



**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL (MESTRADO) – UEPB/UFCG
FLÁVIO ANTONIO SANTOS**

**A RECENTE INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E
O DESENVOLVIMENTO:**
o caso da implantação do campus da Universidade Federal de Campina
Grande em Sumé – PB

**CAMPINA GRANDE – PB
2012**

FLÁVIO ANTONIO SANTOS

**A RECENTE INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E
O DESENVOLVIMENTO:** o caso da implantação do campus da
Universidade Federal de Campina Grande em Sumé – PB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional da
Universidade Estadual da Paraíba, Área de concentração:
Estado e Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional,
em cumprimento à exigência para obtenção do Grau de
Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho

**CAMPINA GRANDE – PB
2012**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237r Santos, Flávio Antônio.

A recente interiorização da Universidade Pública e desenvolvimento [manuscrito]: O caso da implantação do campus da Universidade Federal de Campina Grande em Sumé – PB / Flávio Antonio Santos. – 2012.

146 p.: Il. color.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional)
Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós Graduação,
2012.

“Orientação: Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho,
Departamento de Ciências Sociais”.

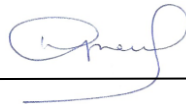
1. Ensino Superior. 2. Desenvolvimento Regional. 3.
Expansão Universitária. 4. Universidade Pública. I. Título.
21. ed. CDD378

FLÁVIO ANTONIO SANTOS

A RECENTE INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E

O DESENVOLVIMENTO: o caso da implantação do *campus* da
Universidade Federal de Campina Grande em Sumé – PB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba, Área de Concentração: Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, em cumprimento à exigência para a obtenção do Grau de Mestre.



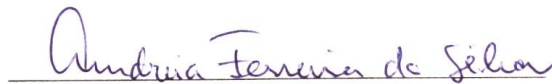
Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho / MDR – UEPB

Orientador



Profª. Dra. Rosilene Dias Montenegro / MDR – UEPB

Examinadora Interna



Profª. Dra. Andréia Ferreira da Silva / PPGE – UFPB

Examinadora Externa

Dedico este trabalho à minha família, que sempre me apoiou, mesmo não alcançando a dimensão da minha busca, renunciando a metas pessoais e silenciando diante dos meus dilemas e escolhas, buscando consolo para as minhas dores igualmente silenciadas. Aos meus amigos, pelo encorajamento e por me lembrar que eu estava no momento da travessia, seria muito mais custoso fazer o caminho de volta.

Ao meu orientador, por me dizer sempre “vai dar certo”.

A minha mãe Helena (*in memoriam*) por todo seu esforço vencendo barreiras na sua condição de mãe, provedora solitária dos filhos e a minha primeira professora, de quem o filho chega a um lugar que ela talvez não imaginasse.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus;
Aos meus familiares novos e antigos;
Aos meus amigos;
À Universidade Estadual da Paraíba;
Ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional na pessoa do
Coordenador
Dr. Cidoval Morais e demais professores;
À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior – CAPES;
Ao Instituto de Planejamento Urbano e Regional IPPUR / UFRJ na pessoa do Dr.
Hermes Magalhães e demais professores;
Ao Prof. Dr. Roberto Leher pelas primeiras contribuições teóricas a este trabalho no
Programa de Pós Graduação em Educação da UFRJ;
Ao meu orientador Dr. Lemuel Guerra pelo estímulo, sensibilidade e compreensão;
Às Professoras Dr^a Rosilene Montenegro e Dr^a Andréia Ferreira pela disponibilidade
em avaliar e contribuir na melhoria do presente trabalho;
Aos funcionários, alunos, professores e ao Coordenador do Centro de
Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA/UFCG, Dr. Márcio Caniello,
pela contribuição na compreensão e disponibilidade dos dados para a pesquisa.

“De tudo, ficaram três coisas: a certeza de que ele estava sempre começando, a certeza de que era preciso continuar e a certeza de que seria interrompido antes de terminar. Fazer da interrupção um caminho novo. Fazer da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sono uma ponte, da procura um encontro.”

Fernando Sabino

SANTOS, Flávio Antonio. **A recente interiorização da universidade pública e o desenvolvimento:** o caso da implantação do campus da Universidade Federal de Campina Grande em Sumé – PB. 150 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual da Paraíba, 2012.

RESUMO

Este estudo é uma pesquisa exploratória com abordagem descritiva, tratando o processo recente de expansão da universidade pública, através da implantação de campi em regiões distantes dos grandes centros de ensino e pesquisa. Nós construímos nossa análise em torno da seguinte pergunta: Quais matrizes, conceitos, diretrizes discursos de universidades públicas foram reunidas durante esse processo? Em relação à perspectiva teórica adotada, a presente dissertação se baseia nos principais diretrizes de políticas públicas sobre a expansão da universidade, em conjunto com a discussão teórica sobre o seu desenvolvimento, com foco nos conceitos de universidade e seu fundo histórico e lutas sociais relacionados a ela. Ele também apresenta uma reflexão a partir da contribuição teórica de autores ligados à discussão sobre o desenvolvimento regional, enfatizando a contribuição da universidade para isso. Nós defendemos que o processo de endogeneização do desenvolvimento, com o surgimento de um modelo que privilegia os processos de decisão e mobilizar a política regional e local é subsidiar a expansão universidades, estabelecendo novas agendas de desenvolvimento com a articulação das instituições de um sistema de inovação que ainda está em uma fase inicial. O locus do estudo empírico é o Centro de Desenvolvimento Sustentável no Semi-Árido cidade Sumé - PB, onde foram entrevistados atores de dentro e fora da universidade, incluindo os líderes comunitários, indivíduos comuns e também líderes políticos, sobre as representações construídas em relação à recém-chegada universidade, sendo apresentadas as percepções, expectativas de desenvolvimento imediato e sobre as mudanças notadas e atribuídas à chegada da universidade. O estudo sugere uma reflexão sobre que tipo de desenvolvimento está sendo proposto e em que medida ele está se dirigindo para os vários estratos sociais, mesmo tendo em conta que ainda não é possível estabelecer uma imagem mais clara dos impactos diretos e indiretos, porque o fenômeno estudado é bastante recente. A partir do estudo também é possível discutir as condições e os desafios colocados para as cidades pequenas, para que possam dar respostas às demandas da população, enfatizando a falta de conexão entre a expansão do sistema de universidades públicas e as cadeias locais e regionais de inovação, o que pode representar um obstáculo à oportunidade para desencadear um projeto de desenvolvimento em que a Universidade teria claramente definido o seu papel.

Palavras chave: Ensino Superior; Desenvolvimento; Expansão de Universidades Federais

SANTOS, Flávio Antonio. **A recente interiorização da universidade pública e o desenvolvimento:** o caso da implantação do campus da Universidade Federal de Campina Grande em Sumé – PB. 150 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual da Paraíba, 2012.

ABSTRACT

This study is an exploratory research with a descriptive approach, treating the recent process of expansion of the public university, through the deployment of new campuses in regions far from major centers of education and research. We built our analysis around the following question: Which matrices, concepts, guidelines discourses of public universities have been gathered in discourses which emerged during that process? Regarding the theoretical perspective adopted, the present dissertation is based on the main guidelines of public policies on university expansion, in conjunction with the theoretical discussion on its development, focusing on the concepts of university and its historical background and social struggles related to it. It also presents a reflection from the theoretical contribution of authors connected to the discussion on regional development, emphasizing the contribution of the university to that. We argue that the process of endogenization of development, with the emergence of a model that privileges the Government decision processes and mobilize regional and local politicians is subsidizing the universities expansion, establishing new development agendas with the linkage of institutions to a innovation system which is still in an early stage. The locus of the empirical study is the Center for Sustainable Development in Semi-Arid city Sumé - PB, where we interviewed actors from inside and outside the university, including community leaders and common individuals and also political leaders, about the representations they constructed on the newcomer university, being presented perceptions, expectations of immediate development and about the perception of changes attributed to the arrival of the university. The study suggests a reflection on what kind of development is being proposed and about to what extent it is heading toward the conceptions of the various social strata, even taking in account that is not yet possible to establish a clearer picture of the direct and indirect impacts, because the phenomenon we are studying is quite a recent one. From the study it is also possible to discuss the conditions and challenges posed to small towns so that they can provide answers to the demands of the population, emphasizing the lack of connection between the public universities system and the local and regional chains of innovations, what can represent an obstacle to a beginning of a development project in which the University would have clearly defined its role.

Keywords: College Education, Development, Expansion of Federal Universities.

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** Universidade Federal da Paraíba por campi e centros, p. 48
- Quadro 2** Universidade Federal de Campina Grande por campi e centros, p. 49
- Quadro 3** Universidade Estadual da Paraíba por campi, cursos e centros, p. 51
- Quadro 4** Tradução e adaptação das determinações internacionais para educação superior, p. 54
- Quadro 5** Síntese dos principais estudos sobre impacto das universidades no desenvolvimento regional, p. 62
- Quadro 6** Síntese dos principais estudos sobre impacto das universidades e desenvolvimento, p. 63
- Quadro 7** Proposta inicial de organização das unidades e oferta dos cursos do campus de Sumé, p. 92
- Quadro 8** Unidades acadêmicas e cursos atuais ofertados pelo CDSA, p. 95
- Quadro 9** Ocupação das vagas por alunos procedentes da cidade de Sumé e outras localidades e os respectivos percentuais nos cursos de graduação, p. 96
- Quadro 10** Número de alunos do CDSA e procedência por regiões e unidades da federação, p. 97
- Quadro 11** Procedência dos docentes por regiões e por unidades da federação em números e respectivos percentuais, p. 98
- Quadro 12** Regime dos docentes do CDSA em 2012, por unidade acadêmica, p. 98
- Quadro 13** Número e percentuais de docentes por titulação e gênero, p. 99
- Quadro 14** Informações gerais das entrevistas, sistematizado por grupos, entrevistados, data, hora e duração, p. 105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Previsão orçamentária inicial do REUNI, p. 55

Tabela 2 Renda – Desigualdade – Coeficiente de Gini, p. 85

Tabela 3 Composição setorial do PIB da cidade de Sumé – PB, p. 112

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Percentual dos alunos matriculados na faixa etária de alunos de 18 a 24 anos em comparação de alguns países com o Brasil, p. 57

Gráfico 2 Renda – Desigualdade – Índice de Theil, p. 83

Gráfico 3 Organização preliminar do polos e cursos do CDSA, p. 94

LISTA DE SIGLAS

ADUFCG Associação dos Docentes da Universidade Federal de Campina Grande
AMCAP Associação dos Municípios do Cariri Paraibano
ATECEL Associação Técnico Científica Ernesto Luiz de Oliveira Júnior
CDSA Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido
CEFET Centro Federal de Educação Tecnológica
CONTAG Confederação dos Trabalhadores da Agricultura
CTDR Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional
DENOCs Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
ENADE Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes
ENEM Exame Nacional do Ensino Médio
FAPESQ Fundação de Apoio a Pesquisa
FURNE Fundação Universidade Regional do Nordeste
HHEW Committee of Heads of Higher Education Walles
IDEP Instituto de Desenvolvimento da Paraíba
IFES Instituições de Ensino Superior
IFPB Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia
INEP Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC Ministério da Educação e Cultura
MISA Museu Interativo do Semiárido
OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB Produto Interno Bruto
PLANEXP Plano de Expansão da Universidade Federal de Campina Grande
PNDR Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNE Plano Nacional de Educação
REUNI Programa de Apoio a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SODS Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores
SUDENE Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TCLE Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UAEDUC Unidade Acadêmica de Educação
UATEC Unidade Acadêmica de Tecnologia
UEPB Universidade Estadual da Paraíba
UFCG Universidade Federal de Campina Grande
UFPB Universidade Federal da Paraíba
UMIST Universidade de Manchester
UnB Universidade de Brasília
UNESCO United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNESP Universidade do Estado Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNICAMPO Universidade do Campo
URNE Universidade Regional do Nordeste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
Questão de Pesquisa	20
Objetivos da Pesquisa	22
Geral	22
Específicos	22
Perspectiva teórica	22
Procedimentos	26
Estratégias metodológicas e perspectivas de investigação	27
Amostras para o levantamento de dados primários	28
Da análise dos dados	29
Estruturação dos capítulos	32
PRIMEIRO CAPÍTULO- O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AS UNIVERSIDADES: UMA LEITURA CRÍTICA INTERPRETATIVA ACERCA DA UNIVERSIDADE COMO VETOR DO DESENVOLVIMENTO	34
1.1 O movimento de <i>endogeneização</i> do desenvolvimento econômico regional como base para as políticas de interiorização	34
1.2 Ensino superior: trajetória da relação entre Estado, universidade e desenvolvimento	38
1.3 O surgimento da universidade no Brasil	39
1.4 Interiorização política e do desenvolvimento no contexto regional.....	40
1.5 Caracterização das principais instituições públicas de ensino superior do Estado da Paraíba e a relação com as determinações da política estadua.....	46
.....	
1.6 Universidade Federal da Paraíba – UFPB	48
1.7 Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.....	49
1.8 Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.....	50
1.9 Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – IFPB.....	52

1.10 Fundação Universitária de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão –FURNE.....52

1.11 Considerações sobre a política de interiorização do ensino superior e a suas orientações..... 54

SEGUNDO CAPÍTULO - A EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E SUA INTERFACE COM OS DISCURSOS DESENVOLVIMENTISTAS..... 60

2.1 Universidade e região: perspectivas dos estudos realizados no âmbito da análise e impacto sobre o desenvolvimento60

2.2 Matrizes dos estudos contemporâneos sobre universidade e desenvolvimento..... 65

....

2.3 Expansão do ensino superior e os condicionantes para o desenvolvimento..... 67

....

2.4 Resultados e desdobramentos da expansão..... 71

2.5 A responsabilidade das universidades diante das necessidades regionais..... 73

2.6 Discurso, ideologia, desenvolvimento e desenvolvimentismo: elementos da crítica para a proposta do estudo..... 77

2.7 O caso do Estado da Paraíba e a atuação das universidades em uma proposta de desenvolvimento regional..... 81

2.8 A criação do Instituto UFPB de Desenvolvimento da Paraíba – IDEP..... 85

TERCEIRO CAPÍTULO - O CASO DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO NA CIDADE DE SUMÉ - PB87

3.1 Orientações e encaminhamentos da política de expansão a partir da análise de documentos.....87

3.2 Criação do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido.....90

3.3 Estrutura acadêmica administrativa do Centro de Desenvolvimento do Semiárido.....96

3.4 Procedência dos alunos de graduação e docentes do CDSA no ano de 2012.....96

3.5 Percorso metodológico do estudo e levantamento das questões iniciais.....96

3.5.1 Materiais e Métodos99

3.5.2 Procedimentos da coleta dos dados.....99

3.5.3 Caracterização da Amostra.....100

3.5.4 As entrevistas101

3.6 Etapas de desenvolvimento do levantamento de dados em campo..... 102

3.6.1 Primeira etapa: O movimento em defesa da universidade no Cariri Paraibano sob a ótica dos movimentos sociais e da imprensa local..... 102

3.6.2 Segunda etapa: entrevistas com gestores, docentes, alunos, lideranças locais e comunidade..... 104

3.7 Variáveis do estudo	105
3.7.1 Concepção de Desenvolvimento.....	105
3.7.2 Relação expansão universitária e desenvolvimento.....	105
3.7.3 Percepção global da política de interiorização.....	105
3.7.4 Percepção dos efeitos no nível local	106
3.7.5 Condições locais para o desenvolvimento pessoal e profissional.....	106
....	
3.8 Análise das entrevistas.....	106
3.8.1 Concepções de Desenvolvimento	106
3.8.2 Relação expansão universitária e desenvolvimento.....	114
3.8.3 Percepção global da política de interiorização.....	119
3.8.4 Percepção dos efeitos no nível local	126
3.8.5 Condições locais para o desenvolvimento pessoal e profissional	130
3.8.6 A percepção da chegada do <i>campus</i>	132
CONCLUSÕES.....	136
REFERÊNCIAS	141

1 INTRODUÇÃO

*Quadro nenhum está acabado
Disse certo pintor;
Se pode sem fim continuá-lo,
Primeiro, além de outro quadro
Que feito a partir de tal forma,
Tem na tela, oculta, uma porta
Que dá a um corredor
Que leva a outra e a muitas outras.*

(João Cabral de Melo Neto – A lição de Pintura)

O processo de interiorização dos *campi* universitários públicos tem se constituído em parte das ações macroestruturais do governo brasileiro relativas ao ensino superior, sob a forma de política de expansão universitária, tendo sido recentemente adotado como meta em diversas instituições de ensino público no país. No caso específico do Estado da Paraíba, o discurso das instituições, com frequência, remete-se à necessidade de integração das políticas de expansão às alternativas locais de desenvolvimento.

No presente estudo analisamos os discursos desenvolvimentistas assumidos pelas universidades públicas do Estado, em seus movimentos de expansão, os quais deram subsídios à interpretação contemporânea da contribuição dessas instituições, operando no nível das propostas e das justificativas presentes na quase totalidade dos textos e documentos institucionais consultados.

Ao longo do presente capítulo, assumimos, juntamente com a perspectiva crítica analítica defendida no mesmo, que por si só a universidade interiorizada já resulta de transformações culturais seja na escala organizacional, seja na escala regional e dos processos de participação política, entendendo desenvolvimento para além dos processos econômicos e como algo situado na esfera das transformações sociais de modo diferenciado e singular em cada região.

A expressão *recente interiorização*, usada no título do trabalho se refere ao período que se inicia com o governo do Presidente Lula, no qual é formatada uma política de Estado no sentido de estimular as universidades e outras instituições de ensino superior a expandirem a sua presença pelo interior das unidades da federação, desenvolvendo assim ações de ensino, pesquisa e de extensão, nos moldes do macro modelo de organização universitária, além de possibilitar o redesenho curricular e a inovação de cursos cuja aproximação se dá em função das potencialidades regionais. Adota-se como recorte de tempo *recente* o início da década passada até a contemporaneidade.

Nos últimos anos houve um forte crescimento da educação à distância, o que

certamente contribuiu para que indivíduos do interior dos estados brasileiros tivessem acesso a uma formação superior, sendo este também um vetor importante que merece uma análise específica e fundamentada em outras variáveis, as quais fogem do escopo do presente estudo, carecendo de análises que apontem essa relação com o desenvolvimento.

Alguns estudos em nível de mestrado e doutorado têm buscado identificar as formas de contribuição da universidade ao desenvolvimento local, situando este de várias formas (LOPES, 2001; OLIVEIRA, 2009; dentre outros). Nesses estudos, dentre as principais possibilidades apontadas estão: a formação de capital humano; a realização de pesquisas desenvolvidas no contexto de atuação das universidades e o potencial de indução do crescimento econômico, bem como os gastos decorrentes da instalação e manutenção das novas estruturas universitárias.

O interesse pela relação entre eficiência institucional, análise das políticas de acesso público às instituições e a relação sujeito - instituição, foi despertado a partir de estudos realizados pelo pesquisador, no âmbito da extensão universitária, em uma clínica escola da Universidade Estadual da Paraíba, como trabalho de conclusão do curso de Psicologia na referida instituição. Naquele estudo, foi produzida uma análise da capacidade de atendimento na clínica de psicologia, tendo como orientação teórica os conceitos de *estrutura*, *processo* e *resultado*, aplicados na análise da eficácia das instituições de saúde coletiva.

Em nível de pós-graduação, amplia-se o espectro de atuação do pesquisador, a partir do interesse em dar continuidade ao estudo da relação entre instituições, atores e formas de efetivação das políticas públicas, bem como a relação de forças atuantes para e efetivação das mesmas no contexto regional.

Esta tem sido ultimamente a perspectiva norteadora das leituras, da compreensão da cultura e das formas de inserção dos sujeitos nas estruturas institucionais representadas pelo Estado. Na compreensão do pesquisador, surgem questionamentos referentes ao modo de atuação de grupos, atores individuais, bem como em relação aos discursos motivadores enunciados em cujo âmbito ocorrem as suas ações.

Questões de Pesquisa

A presente pesquisa se propõe em torno da seguinte questão:

Quais as matrizes, as concepções, as linhas orientadoras dos discursos das universidades públicas enquanto indutoras do desenvolvimento regional através da expansão do ensino universitário para o interior dos estados brasileiros?

Por se tratar de uma questão bastante complexa, que comporta uma grande amplitude

de abordagens, procurou-se delinear as seguintes subquestões:

1 – Como se apresenta a relação entre a *expansão universitária e o desenvolvimento* ao longo da trajetória de expansão da Universidade Pública na Paraíba?

2 – Como se delineiam os discursos proferidos pelos atores envolvidos na implantação do campus da UFCG em Sumé sobre a relação entre a *expansão universitária e o desenvolvimento*?

3 – Quais as percepções dos atores dos espaços intra/extra *campus* sobre a relação entre a *expansão universitária – desenvolvimento*?

Nosso desafio é compreender as matrizes, as concepções, as linhas orientadoras dos discursos e práticas recentes das universidades, definidas como indutoras do desenvolvimento regional, vinculados ao tema da *expansão universitária* para o interior dos estados brasileiros.

Para isso, delineamos os traços gerais da situação nacional, focalizando mais especificamente a trajetória do ensino superior no Estado da Paraíba, o seu movimento na direção do interior do Estado, pretendendo compreender as tensões, as relações de associação, conflitos que marcam esse percurso, analisando as definições, conceitos, mitos, crenças que são mobilizadas nos discursos formulados sobre a indução do desenvolvimento que as universidades produziram, na justificativa, delineamento e implementação dos processos de expansão universitária estadual e federal no Estado da Paraíba.

De maneira recorrente, as instituições de ensino superior têm se apresentado como estando diretamente vinculadas à indução do desenvolvimento nas regiões em que atuam. Tomando como exemplo a Universidade Estadual da Paraíba, registraram-se falas nas quais os gestores declararam que “[...] o objetivo do processo de interiorização é contribuir na correção de disparidades entre as regiões e no desenvolvimento sustentado do Estado” (Apresentação do *campus* de Catolé do Rocha, no *site* da instituição – www.uepb.edu.br). De igual modo, a Universidade Federal de Campina Grande, implantou recentemente na cidade de Sumé, um *campus* cujos gestores declaram ter *uma atuação voltada para as questões do semiárido*, o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA – a fim de a médio prazo “contribuir para a construção de um novo paradigma técnico e científico para o desenvolvimento sustentável do semiárido” (UFCG, 2008, p. 9).

Outro desdobramento que se anuncia em referência aos discursos desenvolvimentistas na região vinculados à expansão do ensino universitário é a articulação político-institucional de uma nova etapa do processo de desmembramento da Universidade Federal de Campina Grande, criada a partir da Universidade Federal da Paraíba, o projeto de criação da *Universidade Federal do Sertão*, que incluiria os *campi* da UFCG situados na referida

mesorregião do Estado, nas cidades de Patos, Pombal, Souza e Cajazeiras.

Objetivos da Pesquisa

A organização, o encadeamento das leituras e o esforço teórico e empírico da pesquisa se norteiam pelos seguintes objetivos:

Geral

Analisar as matrizes, as concepções, as linhas orientadoras dos discursos das universidades públicas enquanto indutoras do desenvolvimento regional através da expansão do ensino universitário para o interior dos estados brasileiros.

Específicos

- 1 – Analisar a trajetória histórica da expansão da universidade pública na Paraíba e sua interface com os discursos desenvolvimentistas formulados ao longo dos processos históricos.
- 2 – Analisar o caso da implantação do *campus* da UFCG em Sumé - O *Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido* – estudando as concepções dos atores sobre a relação Expansão Universitária e Desenvolvimento, buscando compreender a natureza dos movimentos significativos para a implementação do referido *campus*;
- 3 – Compreender como repercutem entre os diversos estratos da comunidade universitária e grupos sociais locais o discurso que associa expansão universitária e indução do desenvolvimento.
- 4 – Analisar as percepções dos estratos da comunidade universitária e dos grupos sociais a respeito dos efeitos da instalação do referido *campus* na cidade de Sumé-PB.

Perspectiva teórica

O estudo aqui proposto se fundamenta no debate sobre as principais diretrizes das políticas públicas de expansão universitária, em sua articulação com o desenvolvimento, focalizando-se, os conceitos de universidade e a sua trajetória histórica, as lutas sociais a ela relacionadas, e o seu caráter de instituição surgida no seio da sociedade burguesa.

Nossa abordagem teórica também inclui uma reflexão sobre os processos econômicos e de transformação do capital em cujo âmbito se localiza e se constrói a história da universidade brasileira, a qual deverá contribuir para a compreensão das transformações das instituições, motivadas pelo cenário econômico, bem como das políticas e estratégias de desenvolvimento local e regional, buscando compreender como emerge a relação mais geral entre educação e desenvolvimento no Brasil pós II Guerra e as dinâmicas de organização dos

espaços de produção, inclusive aqueles relativos à produção do conhecimento científico.

Na abordagem da relação entre os processos de expansão do ensino superior e o desenvolvimento, faz-se necessário revisitar de maneira crítica a trajetória das universidades e dos movimentos sociais a elas ligados, bem como as diferentes concepções de desenvolvimento e do pensamento regional brasileiro, atendo-se ao caso particular do Nordeste, e mais especificamente, ao estado da Paraíba.

Em se tratando da finalidade das políticas sociais, sobretudo relacionadas à educação, o que se estrutura no plano nacional com vistas à correção de indicadores e tentativa de acesso ao ensino superior, caminha ao lado de outras ações polêmicas, que visam reparar ou corrigir distorções ocasionadas por um processo de exclusão ou de afastamento de determinadas classes ou setores da população do centro de decisões políticas, econômicas e da participação cidadã.

A Lei das Cotas Raciais e Sociais, assim como o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, se encaminham nessa direção, visando corrigir distorções que têm origens arraigadas no nosso processo histórico de formação política e social.

Por outra via, esses dispositivos respondem em grande medida a orientações desenhadas e concebidas para além do âmbito nacional, ultrapassando a tentativa de melhoria de indicadores internos e como forma de resolver contradições e dívidas sociais herdadas historicamente. Trata-se de fato de orientações concebidas nos países centrais e servindo de orientação aos países em desenvolvimento, presentes em vários documentos de organizações financeiras de atuação global, como recomendações condicionantes de empréstimos e de financiamentos.

No Brasil, quando da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), pode ser notada a orientação a ser dada nas políticas de expansão e de gestão do ensino nos seus diversos níveis. O projeto que enfatizava a qualidade social da educação foi rejeitado pelos parlamentares, adotando-se assim o projeto de Darcy Ribeiro, que apresentava uma forte orientação neoliberal, ao permitir a alocação de recursos públicos para instituições privadas, mediante doações, subvenções e cooperação financeira, sendo o "instrumento de ajustamento da educação às demandas do mercado numa economia globalizada, centrada na tão decantada sociedade do conhecimento" (cf. SAVIANI, 2004, p. 50).

O Plano Nacional de Educação do Governo Federal, instituído para vigência na década passada, através da Lei nº 10.172, sancionada em 09 de janeiro de 2001, cita que as universidades devem se constituir em "um núcleo estratégico que exerce as funções que lhe foram atribuídas pela Constituição: ensino, pesquisa e extensão". Esse núcleo estratégico tem

como missão “contribuir para o desenvolvimento do País e a redução dos desequilíbrios regionais, nos marcos de um projeto nacional” (MEC, 2001, p. 65).

Outra estratégia governamental que se anuncia enquanto meio para o alcance dessas metas é o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, lançado em 2007, através do Decreto nº 6.096 da Presidência da República, datado de 24 de abril de 2007. Este programa prevê o aumento do número de instituições de ensino, qualificação de pessoal, estímulo à formação docente em nível de mestrado e doutorado, bem como a “disponibilidade de inclusão social e criação de condições de acesso e de permanência nas universidades” (MEC, 2007, p.10). No documento em que o REUNI foi lançado ressaltava-se ainda, “respeitando a autonomia e diversidades das instituições de ensino superior” (p. 04), que a adesão a essas metas cabe às instituições, de acordo com as suas realidades locais.

A articulação entre universidade e desenvolvimento tem sido defendida em produções teóricas e debates acadêmicos e o que se nota é uma aparente diversidade de abordagens, nelas perpassando análises dos campos da economia, da sociologia e da educação, como também reflexões sobre a produção de alternativas a partir das condições próprias das comunidades. No presente estudo, refletimos sobre aquela articulação citada levando em consideração as formas como se moldam os discursos e práticas relativas aos processos de transformação social e política nas diversas escalas.

As discussões teóricas sobre a força política da universidade em produzir transformações no contexto local e regional, sobretudo com vistas ao desenvolvimento, têm apontado para um desafio da cultura do diálogo com os diversos grupos da sociedade e o resgate do protagonismo político das universidades.

Para Gianotti (2004), a universidade se trata de uma instituição que lida diretamente com uma das formas de capitais mais valorizados e necessários para o desenvolvimento a partir do modelo de globalização – o capital humano e cultural – porém está de tal forma “desarticulada e desorganizada que dificilmente seria capaz de produzir transformações significativas” (*idem*, p. 67), pois para isso ela precisaria “arregimentar forças no campo da representação política”, principalmente engajadas nas suas questões fundamentais como financiamento e autonomia.

Diante do quadro atual em que estão inseridas as universidades brasileiras, cabe-nos como parte desse todo e como pesquisadores, questionar as possibilidades da universidade atuar como elo na cadeia de desenvolvimento local e regional, principalmente considerando que não podemos “nos isolar e desenvolver um modelo próprio (de desenvolvimento) voltado para as condições internas, esquecendo o que acontece lá fora” (CONSIDERA, 2004, p.25).

Nossa perspectiva teórica privilegia os processos sócio-econômico-culturais que situam a universidade como uma instituição social e historicamente construída (cf. FÁVERO, 2010) e uma abordagem dos discursos construídos em torno do processo de expansão e interiorização em sua interface com a promoção do desenvolvimento, observado na história mais remota e também na mais recente nas universidades públicas brasileiras em geral e especificamente na Paraíba, em termos da expressão dos interesses dos atores institucionais e não institucionais, sendo marcante neles duas ideias principais: uma, ligada à matriz economicista – revelada na ideia de que a inserção de novos *campi* universitários em cidades do interior do estado se relacionaria com a indução do crescimento econômico – e a outra, ligada à expectativa do incremento do capital social local, tanto pelo lado da articulação entre conhecimento e inovação, quanto no que se refere ao atendimento das demandas sociais de acesso ao ensino de 3º Grau.

Na compreensão do conceito de desenvolvimento, o estudo parte de uma abordagem que enfatiza o processo de endogeneização, que seria um reflexo do novo papel assumido pelo Estado na economia (AMARAL FILHO, 2001; BOISIER, 1999), o qual possui correlação com o esforço de interiorização das políticas públicas em geral e especificamente no que se refere à política de interiorização do ensino superior.

Como perspectiva de leitura crítica, o estudo segue o caminho apontado por Cardoso (1978), que enfatiza a característica ideológica dos debates e propostas de desenvolvimento emergidas no período Pós II Guerra, os quais adotavam abordagens puramente econômicas. No caso analisado, os temas, os mitos e os conceitos mobilizados diferem dos observados naquele momento, mas permanece o viés ideológico e uma referência às dinâmicas do capitalismo, na medida em que refletem orientações e injunções de agências multilaterais de financiamento, em sua prática de ingerência em várias áreas da políticas públicas, e especificamente na da Educação em todos os níveis.

A presente proposta de estudo se encontra em conformidade com os objetivos da linha de pesquisa “Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais”, considerando-se que o tema “Universidade e Desenvolvimento” possui correlação e coerência interna com o conjunto de temas a ela ligados, sendo de importância fundamental a compreensão das transformações e implicações desta relação, trazendo à tona a expectativa produzida em torno das universidades e revelando pontos vulneráveis das mesmas a partir de uma análise crítica sobre discursos e práticas delineados para o alcance desses objetivos, levando-se em consideração a situação do ensino, sobretudo o ensino superior e nosso modelo de universidade secularmente construído.

1.4 Procedimentos

O presente estudo se constitui, em termos metodológicos, como um estudo de caso, utilizando-se estratégias de cunho qualitativo e uma abordagem descritivo-analítica. Foi feito o levantamento e análise de dados primários, provenientes de entrevistas semi estruturadas com uma amostra não aleatória de informantes - chaves de dentro e fora do *campus* da UFCG em Sumé, da observação direta realizada no local citado, bem como da análise de dados secundários, a partir de fontes documentais (planos, documentos de criação dos *campi* do interior, matérias jornalísticas, comunicados e documentos oficiais).

Na concepção de Gil (1999), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Este tipo de estudo se configura como intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, justificado no contexto em que irá ser realizado, considerando estudos já publicados¹, porém insuficientes para o entendimento do recente processo de interiorização do ponto de vista de políticas públicas voltada ao desenvolvimento social.

A pesquisa do tipo estudo de caso caracteriza-se principalmente pelo esforço intelectual concentrado de uma unidade constituinte de uma série geral em relação à qual o caso escolhido se constitui enquanto exemplo representativo e de forte capacidade ilustrativa. Tal estudo é concentrado em casos representativos de um universo ou série considerada. Gil salienta que

[...] o estudo de caso é caracterizado pelo esforço profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível mediante outros tipos de delineamentos considerados. (1999, p. 73)

Dessa forma, o pesquisador tem a oportunidade de reunir informações e verificar *in loco*, as características específicas, mas reveladoras do caráter geral da série considerada, tecendo uma rede de atores que tenham nele participação, em graus diferenciados.

A literatura referendada para o estudo de caso orienta ainda que o mesmo se aplique como estratégia quando

[...] se colocam questões do tipo “como” e “por que” e o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos; o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. A clara necessidade pelos estudos de caso surge do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos. Ou seja, o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real. (YIN, 1982, p. 36)

A aplicabilidade do estudo de caso no contexto da presente investigação se dá ainda em função do objeto se tratar fundamentalmente de acontecimentos em curso, recorte que se enquadra no que Yin (1982) classifica como “contemporâneo”, ou seja, ainda em produção e no *calor dos momento*.

As ações desenvolvidas na pesquisa obedeceram algumas etapas fundamentais na construção da aproximação do pesquisador com o seu objeto de estudo:

1 – Estabelecimento de uma rede de contatos, considerando a existência de um movimento de lideranças comunitárias engajadas na transformação do *Campus Avançado* da UFCG, através do projeto UNICAMPO, em uma unidade institucional com cursos de graduação e ações de pesquisa e extensão na região do Cariri Paraibano;

2 – Cartografia desse movimento e das mobilizações situadas no âmbito da participação comunitária e da mobilização, tomadas como bandeira de luta das lideranças políticas atuantes em Sumé e regiões adjacentes - vereadores, deputados e senadores;

3 – Identificação das lideranças atuantes nesse processo, ou seja, quem teve poder de decisão e as razões objetivas pelas quais se decidiu pela implantação do *campus* e como se definiu a sua caracterização em torno da proposta de desenvolvimento;

4 – A percepção da comunidade acadêmica e da comunidade envolvente a respeito dos efeitos esperados da instalação do *campus* da UFCG em Sumé. Para isso, foi realizada uma série de entrevistas semi – estruturadas, com uma amostra não aleatória de sujeitos de dentro e fora da universidade, constituída por tipicidade.

Estratégias metodológicas e perspectivas de investigação

O *locus* empírico em que ocorreu o trabalho de campo foi o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA/UFCG – e seu entorno, por se tratar de uma instituição surgida dentro do contexto do processo de interiorização situado no recorte temporal proposto no estudo.

A pesquisa de campo para o presente estudo ocorreu nas etapas abaixo descritas:

1 – Análise dos documentos nos quais se delineiam as concepções e justificações dos processos de expansão universitária no Brasil e na Paraíba. Para tanto se recorreu ao exame dos documentos produzidos pelo MEC, bem como os documentos elaborados pela universidades UFPB, UEPB e UFCG.

2 – Construção de uma cartografia dos principais fatos, episódios e atores que contribuíram de maneira efetiva para a implantação do CDSA-UFCG dentro do movimento

de expansão interiorizada. Essa etapa se revelou importante, pois confirmou ou descartou informantes - chaves para a terceira e quarta etapas do trabalho, sendo fundamental para a escolha dos entrevistados que iriam compor a amostra. Por sua vez, esta se apresentou composta por:

- a) Lideranças políticas de representação na região;
- b) Diretores de Centros;
- c) Representantes dos colegiados dos *campi*, dentre docentes e alunos.

Fez-se necessário compreender a natureza dos movimentos sociais engajados na causa da presença da universidade na região e as atividades que se encaminharam no sentido de institucionalizar as ações que ali já eram desenvolvidas, considerando-se a iniciativa de instalação de um campus avançado da UFCG anterior à criação do CDSA.

4 – Análise da repercussão no âmbito das estruturas organizacionais da universidade acerca da política de expansão, considerando a autonomia das instituições e o universo das relações políticas e institucionais. Para tanto, recorreu-se a uma base documental e de registros, bem como as entrevistas com gestores do referido centro. Nessa etapa, o estudo se concentrou fundamentalmente junto ao centro administrativo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA.

5 – Análise da repercussão junto aos diversos atores (gestores, professores, alunos e comunidade) diante da política de interiorização e da presença da universidade concebida dentro de um projeto estratégico como vetor do desenvolvimento.

A análise dos dados foi realizada tanto *a posteriori*, como durante as fases da pesquisa, considerando os limites impostos pelo tempo da mesma e as suas limitações de perspectivas, uma vez que se trata de um fenômeno ainda bastante recente.

Amostras para o levantamento de dados primários

Utilizamos duas amostras:

Amostra 1 - De indivíduos participantes do *campus* da UFCG em Sumé, estratificada por posição na instituição:

- A – Gestores
- B – Docentes
- C – Técnico-administrativos
- D – Estudantes

Amostra 2 – De indivíduos de fora do *campus* da UFCG em Sumé, a partir da constituição de dois subuniversos:

A – Lideranças políticas locais

B – Comunidade – estratificada por atividades afins da atuação direta da universidade: o setor de moradia, restaurantes e transportes.

Da análise dos dados

1 . Leitura e estudo dos documentos sobre a relação entre expansão universitária e desenvolvimento

A – Documentos oficiais relativos aos processos de expansão universitária recente:

- ⤴ Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007 que cria o Plano Nacional de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais;
- ⤴ Lei 10.172 de 9 de janeiro de 2001, que institui o Plano Nacional de Educação para a década vigente onde os planos de expansão foram implementados (2000-2010);
- ⤴ Lei 10.419 de 9 de abril de 2002, que cria a Universidade Federal de Campina Grande;
- ⤴ Relatórios, Propostas e Elementos para a implantação da UFCG;
- ⤴ Relatório Técnico e Projeto de Criação da Universidade Federal do Sertão (Disponíveis em www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/ufs/ufs.htm)
- ⤴ Projeto de Criação do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA/UFCG;
- ⤴ Resolução 05/2008 do Colegiado Pleno da Universidade Federal de Campina Grande que autoriza a implantação do *campus* de Sumé;
- ⤴ Resolução Nº 05/2000 do Conselho Universitário da Universidade Federal de Campina Grande que cria o Estatuto de funcionamento da universidade;
- ⤴ Estatuto da Universidade Federal de Campina Grande;
- ⤴ Portaria Nº 014/2005 que cria no âmbito da Universidade Federal de Campina Grande a Secretaria de Projetos Estratégicos, com a finalidade de conduzir o processo de interiorização através do Plano de Expansão (PLANEXP);
- ⤴ Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal da Paraíba – que prevê para o período de 2009 a 2012 a criação de novos cursos e centros voltados para o desenvolvimento regional, como o campus de Mangabeira, onde funciona o CTDR – Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional, além da previsão de criação

através de emenda parlamentar com essa finalidade, o Instituto de Desenvolvimento da Paraíba – IDEP/UFPB.

- ⤴ Estatuto e Regimento Geral da Universidade Estadual da Paraíba, publicados no Diário Oficial do Estado da Paraíba de 09 de abril de 2008.

B – Matérias da mídia impressa/eletrônica:

- ⤴ Notícias, artigos e blogs disponíveis na Internet (ver referências);
- ⤴ Pesquisa em bancos de dados das emissoras de alcance local e regional no Cariri paraibano (Rádio Cidade de Sumé, Rádio Santa Maria de Monteiro, Rádio Independente de Serra Branca, Rádio Comunitária de Sumé);
- ⤴ Consulta aos arquivos da Câmara de Vereadores do Município de Sumé;
- ⤴ Consulta às atas e portarias da Secretaria de Órgãos Deliberativos Superiores – SODS/UFCG;

Nessa etapa, o estudo encontrou algumas limitações como a ausência dos registros dos programas de rádio locais sobre o tema. A justificativa dada pelas gerências das emissoras é que os programas permanecem gravados por um período não superior a um ano e em seguida são descartados. No livro de atas da câmara de vereadores, não são registrados os discursos, apenas os atos deliberativos e as votações, por ser um registro manual e não consta nenhum registro eletrônico como gravações ou filmagens.

Diante dessas dificuldades, optou-se por fazer entrevistas de caráter geral, com as pessoas que participaram daquele momento, tais como jornalistas, lideranças comunitárias, diretores de escolas e empresários, a fim de que estes rememorassem os fatos e episódios mais marcantes da trajetória de mobilização e criação do campus.

2– Análise das entrevistas com amostra de indivíduos de dentro e fora da UFCG sobre suas percepções referentes à relação entre expansão universitária e desenvolvimento

A seleção dos entrevistados partiu do critério de *vinculação à implantação da universidade naquela cidade*. Para tanto, foi feito anteriormente um levantamento das pessoas que possuíam essa vinculação, atores que exerceram um protagonismo de destaque na implantação e condução dos objetivos, além de naturalmente o grupo de gestores e de lideranças locais. Os aspectos gerais, a maneira de seleção, a descrição desses sujeitos e o número de entrevistados de acordo com os grupos são os seguintes:

Gestores – Neste grupo estão incluídos o Diretor Geral do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido e a Coordenadora Administrativa da unidade referida. Os dois foram entrevistados em datas diferentes. A entrevista com o Diretor Geral foi de grande importância e necessária para o confronto com as informações que apareciam no documento de criação do *Campus*, e também pela participação ativa do atual gestor no estabelecimento de ideias e na definição das linhas de atuação da política de expansão naquele contexto. A entrevista com a coordenadora administrativa também foi de grande importância, uma vez que foi possível perceber a maneira como no dia a dia as metas propostas em nível de planejamento encontram dificuldades em se estabelecer como ações efetivas e a repercussão dessas junto a toda comunidade acadêmica e externa.

Docentes – Neste grupo encontram-se professores selecionados independentemente da posição hierárquica que os mesmos ocupem na estrutura de funcionamento do *campus* (docentes, coordenadores de curso, ligados ou não a um projeto de extensão), obedecendo à disponibilidade de tempo dos mesmos em participar da pesquisa de maneira voluntária. Em função do tempo e das atividades dos professores, foram selecionados coordenadores de curso, após contato direto com os mesmos no próprio *campus*, em datas diferentes. Nesse segmento foram feitas três entrevistas. Há nesse grupo professores que moram na cidade de Sumé, que mudaram o seu domicílio em função do trabalho e há professores que mesmo assumindo coordenações e atividades docentes, não residem na cidade, se deslocando alguns dias na semana e retornando para as suas cidades de domicílio.

Técnicos administrativos – No referido grupo se encontram servidores concursados da universidade atuantes no *campus* de Sumé. Há servidores terceirizados que ficaram de fora da amostra que tinha como critério de inclusão o pertencimento à estrutura administrativa permanente. Nesse grupo foram realizadas três entrevistas, que revelaram, dentre outros aspectos, a vinculação desses servidores à cidade. Alguns moram em outra cidade, mesmo permanecendo em Sumé durante a semana. Atuam em setores administrativos. Alguns são naturais e residentes no próprio município.

Estudantes – No referido grupo foram incluídos estudantes no próprio *campus* que se disponibilizaram a participar voluntariamente do estudo, após abordagem do pesquisador e explicação dos objetivos da pesquisa. Não foi delimitado o número de entrevistados que são naturais da cidade ou de fora dela. O pesquisador se dirigia aos alunos circulantes no *campus*,

fora das atividades acadêmicas, explicava os objetivos da pesquisa e aos que aceitavam participar, era então formalizada a participação do mesmo através da assinatura do TCLE. Foram realizadas quatro entrevistas, havendo na amostra alunos de outras cidades e alunos naturais da cidade de Sumé.

Gestores Municipais – Nessa categoria, o entrevistado foi o prefeito municipal, com o objetivo de perceber como se deu a partir da sua visão a articulação política e institucional para a implementação no contexto local da política de interiorização, bem como a percepção dos efeitos locais. Nesse aspecto, durante o processo de implantação da universidade havia uma conjuntura política no município marcada por uma cassação da então gestora municipal e a pressão para que o então novo gestor municipal se posicionasse do ponto de vista de aquisição dos terrenos para doação à universidade, a fim de que o projeto pudesse ser executado a tempo da pleitear junto ao Ministério da Educação a efetivação do campus de Sumé. Há uma sintonia destacada tanto pelos gestores da universidade como pelo gestor municipal, nas ações propostas por ambas as instituições e a crença de que a universidade tem contribuído, sobretudo na elevação das receitas municipais e se engajado no atendimento de reivindicações da prefeitura, quando solicitada.

Comunidade – Neste grupo foi privilegiada a vinculação dos participantes aos reflexos prováveis que a universidade exercia no contexto, destacando setores do comércio, a emergência de determinados nichos de mercado como o mercado imobiliário, transportes e serviços de alimentação. Foram realizadas nesse grupo cinco entrevistas. A amostra do grupo foi composta por um representante de empresa intermunicipal de transportes, um construtor, uma jornalista, um empresário do setor de supermercados e um do setor de restaurantes. O pesquisador chegou até esses sujeitos, tanto com base no levantamento prévio das pessoas que fizeram parte do movimento de instalação do campus, assim como pela importância dos referidos setores e pelas possíveis transformações na dinâmica socioeconômica do município. Os nomes surgiram a partir de levantamento dos serviços mais utilizados pelas pessoas da universidade.

Estruturação dos capítulos

Com o objetivo de focalizar as questões da pesquisa, o texto se apresenta seccionado em três capítulos:

No Capítulo I, apresentamos o debate teórico a partir da revisão da literatura sobre a correlação entre os processos educacionais de uma maneira geral e mais especificamente aqueles referidos ao ensino de 3º Grau no Brasil e no Estado da Paraíba e o desenvolvimento. Fazemos ainda nesse capítulo uma reflexão sobre os processos econômicos e a questão do desenvolvimento na perspectiva regional no Brasil.

No Capítulo II, são apresentados conceitos de ideologia, discurso e matrizes dos estudos sobre a relação entre universidade e desenvolvimento, os desdobramentos da política de expansão do ensino superior sobre a reversão de indicadores sócio educacionais, bem como a participação das instituições de ensino e pesquisa no Estado da Paraíba na promoção do desenvolvimento local, refletindo sobre o papel das instituições já existentes e sobre o surgimento de uma nova proposta de vinculação destas ao cenário das políticas públicas na área do desenvolvimento.

No Capítulo III, é apresentado o estudo do caso do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, localizado na Cidade de Sumé, no recém criado *campus* da Universidade Federal de Campina Grande. O referido centro enuncia como objetivo *atuar na promoção de cursos e ações de pesquisa e extensão voltadas prioritariamente sobre as demandas regionais*. São apresentados dados da estrutura do *campus*, indicadores específicos da cidade e interpretada a análise das concepções de universidade e desenvolvimento a partir da ótica dos atores e grupos ligados ao movimento de interiorização da UFCG, que teve como principal desdobramento a efetivação da instalação do *campus* universitário na cidade de Sumé, em uma perspectiva de ações de alcance regional.

PRIMEIRO CAPÍTULO

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AS UNIVERSIDADES: UMA LEITURA CRÍTICA INTERPRETATIVA ACERCA DA UNIVERSIDADE COMO VETOR DO DESENVOLVIMENTO

Sete preconceitos antigos sobre a educação superior:

1º Preconceito: A educação superior deve ser para uma elite e não para as massas;

2º Preconceito: A educação superior diminui a qualidade conforme se divide com um maior número de gente;

3º Preconceito: Só uma proporção mínima é apta para a educação superior;

4º Preconceito: Para a educação superior se deve selecionar os mais aptos;

5º Preconceito: Não se deve proporcionar educação superior além das possibilidades de emprego;

6º Preconceito: O Estado já está gastando demasiado em educação superior. A educação superior não deve ser gratuita ou semigratuita;

7º Preconceito: Não se deve querer que todos sejam profissionais. Seria horrível um mundo em que não houvessem operários.

Pablo Gonzalez Casanova

No que concerne à perspectiva teórica proposta para o presente estudo, inicialmente buscaremos identificar as matrizes que subsidiam no plano das transformações econômicas o movimento de interiorização das políticas públicas, adotando como recorte do surgimento dessa discussão o período de acentuada expansão capitalista no pós II Guerra Mundial, objetivando compreender as ações que se configuraram em planos de metas e projetos de desenvolvimento implementados por organismos de atuação global, nos países “em desenvolvimento”, então categorizados como “subdesenvolvidos”. A segunda perspectiva proposta para essa sessão é identificar matrizes dos discursos postos sobre o desenvolvimento, resgatando no legado histórico das instituições universitárias as dinâmicas das ideologias formuladas.

1.1 O movimento de *endogeneização* do desenvolvimento econômico regional como base para as políticas de interiorização

Entre os anos 1950 e 1960, o Brasil passa por um período acentuado de crescimento e de intensas transformações situadas na esfera da produção industrial. O lema positivista de “ordem e progresso” era o fio condutor do processo de desenvolvimento do Brasil, levado a cabo pelos idealizadores de um projeto de nação, tidos como salienta Chauí (1984, p. 124), como os “grandes homens”, autores “dos grandes feitos”. Para a autora, são “grandes” no sentido de serem os poderosos e aqueles a quem foi dado o poder de construir ideologias

que estabelecessem a existência de “pequenos”.

Segundo Da Veiga (2002), antes do período citado – décadas de 40 e 50 – havia um desprezo pela questão espacial, sendo as iniciativas de desenvolvimento até então restritas a uma determinada região. As questões regionais começam então a ganhar espaço nos debates acadêmicos, ainda segundo Da Veiga (*idem*) com o próprio esforço de reconstrução do pós guerra. Nesse sentido, Boisier (1999), também ressalta que o período compreendido como Guerra Fria, possibilitou a emergência de políticas no sentido de preservação da unidade das nações, convertendo o desenvolvimento regional como uma importante atividade mediada pelo Estado, com vistas a essa finalidade.

É a partir da noção de um Estado mediador, que Cardoso (1978), aborda a questão do desenvolvimento no período compreendido entre os governos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, retratando o desenvolvimento regional elevado a categoria de instrumento político e ideológico. No dado período (décadas de 1950 e 1960), não só o Brasil, mas outros países da América Latina têm seus governos pautados pelo ideal de “progresso” e por um esforço de exacerbação dos nacionalismos.

Dessa forma, o planejamento regional ganha sentido, havendo esforços de povoamento, mudança da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, onde a intenção era situar espacialmente no centro geográfico do país e também o centro das decisões políticas e institucionais. Esse esforço se deu fundamentalmente a partir dos investimentos em infraestrutura, criação de condições de mobilidade entre os estados, dotação de parques industriais tudo isso através de investimentos públicos, incentivos e o estado assumindo um papel de regulador dos investimentos privados.

Até então, não aparece claramente no presente debate a relação direta do Estado com o capitalismo. No entanto, como destaca Oliveira (1981), a criação da SUDENE passou não apenas a se configurar em um instrumento de presença do Estado na região Nordeste, como também passou a reproduzir ali os interesses de uma classe através dos amplos incentivos para a indústria a reboque do modelo econômico vigente.

O Nordeste foi até a crise internacional de 1929, um dos maiores exportadores de matéria prima do algodão, tendo a cidade de Campina Grande vivenciado os reflexos dessa crise diretamente por se tratar de um entreposto regional importante de sua distribuição. Os rumos dessa crise passam a ser redesenhados, sobretudo na participação não da classe operária, mas de setores da sociedade ligados à produção industrial ou aos setores que movimentavam a economia local.

Nesse período de crise da economia local acontece a criação de importantes

organizações voltadas para a busca de superação do paradigma econômico nacional de produção de matéria prima, passando ao modelo de produção tecnológica. É graças a uma articulação dos setores industriais estaduais que se cria a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba e é fundada a Escola Politécnica de Campina Grande, entre os anos de 1950 e 1960. Segundo Lima (2010), tais ações não foram por acaso, mas resultaram da atuação das elites econômicas e intelectuais a elas ligados.

Na década de 1970, o paradigma vigente, segundo Boisier (1999, p. 597), era o da industrialização enquanto motor do processo de modernização e de urbanização, aliada à centralidade das tomadas de decisões com vistas ao desenvolvimento regional.

Nos anos 80, entram em cena, segundo Amaral Filho (2001), as transformações no modo de produção decorrentes da abertura econômica face ao processo de globalização, as quais passam a influenciar diretamente as teorias sobre desenvolvimento regional. O autor citado aponta naquela década, um forte movimento de “*endogeneização*” do desenvolvimento econômico, ou seja, o regional passou a assumir uma importância significativa frente ao sistema econômico mundial, sob a forma de mudanças tecnológicas e organizacionais, ligadas às forças locais (educação, qualificação para o mercado de trabalho, atuação de lideranças regionais, organizações sociais e políticas governamentais).

O que está sendo ilustrado é a passagem do modelo econômico *fordista* para o modelo chamado neo fordista. Segundo Amaral Filho (2001), o traço marcante do primeiro é a participação forte dos governos como condutores do processo, ao passo em que no segundo a economia é conduzida através do modelo endógeno, ou seja, a partir da capacidade de organização dos espaços regionais de produção, delineando-se então o novo papel do Estado no desenvolvimento regional: o de organizador das ações políticas necessárias ao bom funcionamento do mercado.

Assim, emergem como foco representativo do poder do Estado as instâncias mais próximas das populações, as esferas estaduais e municipais de poder, fazendo sentido a implementação de políticas cada vez mais capazes de discursivamente e ideologicamente se aproximarem dessas realidades.

No entanto, segundo Lopes (2001), o desafio posto está na capacidade dos níveis regionais e locais (estadual e municipal) serem eficientes num cenário marcado por um lado, pela centralização dos recursos federais e, por outro, pela baixa qualificação dos funcionários públicos municipais e estaduais (LAVINAS, 1997, p. 24 *apud* LOPES, 2001) na condução das políticas de desenvolvimento.

As ideias propostas por Schumpeter (1982), recorrente nos debates compreendem o

desenvolvimento regional como “um processo de transformação, fortalecimento e qualificação das estruturas internas de uma região” (LOPES, 2001, p. 26). Aliado a essa compreensão, o espaço antes entendido como uma configuração delimitada geograficamente, passa a ser denominado de *território*, conceito que possui uma fluidez “no tempo e no espaço” (LOPES, *idem*).

O principal argumento para a maior eficiência das ações locais era a crença de que as regiões possuem, em tese, mais condições de eficientemente conduzir as políticas de desenvolvimento do que o poder central. No entanto, há que se salientar que isso não exclui a participação dos governos centrais, sobretudo nas regiões mais pobres, onde as dinâmicas de produção ainda não são suficientemente fortes, carecendo que essas dinâmicas sejam impulsionadas via políticas públicas.

No caso brasileiro nota-se com frequência acentuada a presença do Estado como articulador do processo de crescimento econômico e do desenvolvimento, promovendo grande parte das atividades desenvolvidas no período considerado de crescimento e dotação de infraestrutura na indústria e na integração do País, no qual emerge, sob a égide do Estado, a questão regional conforme visto anteriormente.

Nesse sentido a ação do Estado se deu nas seguintes frentes:

[...] como principal condutor do crescimento: as metas do programa de industrialização tornaram-se o principal objetivo das políticas econômicas nacionais (cambial, tarifária e creditícia); [...] como regulador/mediador das relações entre as classes operária e patronal e dos conflitos intracapitalistas: criação de instituições para diminuir o conflito mercantil de tais relações e impor soluções que permitissem o bom andamento do processo de industrialização; [...] como produtor: grande parte dos serviços públicos, relativos inclusive às atividades de infraestrutura – rodovias, transporte marítimo, abastecimento de água, eletricidade, comunicações –, foi estatizada ou já nasceu sob a forma estatal, bem como atividades voltadas para a produção de bens intermediários, como petróleo, siderurgia, mineração e química; [...] como financiador do desenvolvimento: ampliação de seu papel de captador de recursos e de seu direcionamento para os setores de interesse. (SIMÕES & LIMA, 2010, p. 20)

As características acima descritas revelam a atuação do Estado como interventor direto, contrastando com as características da nova economia, baseada em redes horizontais e na ampliação da concorrência anteriormente nacional para a competição na esfera global. Segundo Amaral Filho (2001), o novo papel do Estado baseia-se em mudanças da gestão pública no sentido de uma ênfase maior no aumento da eficiência e da eficácia das instituições estatais no gerenciamento dos recursos financeiros e na sua autonomia.

Construindo uma interpretação crítica da relação entre estado, instituições e o capitalismo, alguns autores como Cardoso (1978) e Cunha (1979), analisam as matrizes ideológicas da proposta de desenvolvimento apresentada mundialmente no pós II Guerra, ora

como economia centrada na forte relação do Estado como gestor, acentuando os conflitos de classe, ora como um Estado Regulador e parceiro das corporações privadas.

Segundo Cardoso (*idem*), a ação governamental e as teorias econômicas que lhe deram suporte durante os períodos anteriormente citados, assumida como direcionadas para dotar o Brasil de uma estrutura industrial, condições de mobilidade através de rodovias, projetos de atuação regional, como o caso da SUDENE, foram atravessadas por um discurso que ele chama de “desenvolvimentismo” (pág. 78), devendo o mesmo ser compreendido como parte de uma ideologia mais ampla, ligada à concepção do processo de expansão de um sistema global, segundo o qual uma região, em um momento particular do seu crescimento, pode acompanhar o sistema capitalista em toda sua complexidade, podendo as diferenças de classes serem de fato minimizadas.

1.2 Ensino superior: trajetória da relação entre Estado, universidade e desenvolvimento

Para Cardoso (1978, p. 219) a promoção do desenvolvimento era vista pelos governos brasileiros a partir de Kubitschek como “dependente da adequação do sistema educacional aos seus propósitos”. Como em outros momentos da histórica nacional, as recentes modificações sugeridas no campo da educação em todos os níveis e acentuadamente no ensino universitário aparecem com frequência ligadas ao discurso nacional sobre o desenvolvimento. A perspectiva geral assumida é a de ampliar o sistema educacional do País e colocá-lo a serviço do “desenvolvimento” (CARDOSO, *idem*).

As transformações educacionais devem preceder ou acontecer de modo simultâneo às mudanças nos processos de produção nos espaços regionais. A ideia hegemônica em nossa sociedade é que na educação “se joga, sem dúvida, o destino do nosso desenvolvimento” (*idem*, p. 222). Nesse sentido, os últimos governos federais têm empreendido grande esforço para possibilitar ao sistema educacional atendimento da crescente demanda de pessoal especializado em várias áreas, através da ampliação, diversificação e aparelhamento do ensino superior, além de incentivos para a educação profissional.

Uma das questões apontadas por Cardoso (*idem*) é se o desenvolvimento precisa apenas de técnicos, de profissionais capacitados para os processos de crescimento e expansão da produção ou de profissionais, que estes possam então ir além dos processos de produção como técnicos e passarem à condição necessária de capacidade crítica e de análise global. Para a autora citada, a ideologia desenvolvimentista hegemônica no Brasil não inclui preocupações com questões que vão além das necessidades práticas, instrumentais que o

desenvolvimento coloca, nem mesmo naquilo que diz respeito à educação.

Wanderley (1984, p. 76) enfatiza o papel da universidade como parte de um contexto inclusivo global, que a determina e que, “dependendo do seu funcionamento e sentido, pode colaborar na transformação da sociedade”. No entanto, chama atenção para a dura realidade da universidade latinoamericana e aponta que a sua influência social tem sido muito reduzida e de uma tendência conservadora, com alguns movimentos inovadores, porém de alcance reduzido.

Um fator que pode determinar a relação entre universidades e desenvolvimento na América Latina é o que ele chama de “mimetismo cultural”, característico de uma universidade moldada em termos dependentes em relação aos modelos de ensino superior das nações desenvolvidas.

No caso do Brasil, o autor aponta que não há propriamente a existência de um modelo original, próprio de universidade. O que ele observa é uma instituição formada a partir da reunião de um conglomerado de estruturas e órgãos, impulsionados pelo que ele chama de “colonialismo educacional”.

1.3 O surgimento da universidade no Brasil

Somente três séculos depois do descobrimento, em 1808, surgem as primeiras instituições de ensino superior no Brasil. De acordo com Fávero (2010, p. 19), não havia interesse de se criar aqui, durante o primeiro período colonial uma instituição dessa natureza, sendo encarado como “mais adequado que as elites de época procurassem a Europa para fazer os seus estudos superiores”. Segundo Cunha (1989), somente após a chegada da família real ao Brasil, quando os conventos passaram a se responsabilizar pelos cursos de formação do clero, o Estado passa a se preocupar com outras perspectivas de formação técnica, até mesmo em função das necessidades da Família Real, de profissionais que pudessem assistir à corte.

As primeiras instituições de ensino universitário surgidas no Brasil vão se estruturar apenas nas três últimas décadas do século XIX, quando são fundadas em Ouro Preto e São Paulo a Escola de Minas e a Escola Politécnica, além de escolas de Medicina e de Direito (Fávero, 2010). Também assumem papel importante na história da universidade brasileira a reunião de várias faculdades e escolas bem mais adiante - por volta de 1912 e 1920 – quando são fundadas as Universidades do Paraná e do Rio de Janeiro.

Organicamente a universidade só surge no Brasil em 1920, entendida na visão de Fávero (2010) como “um fato histórico”, com a Universidade do Brasil, atual Universidade

Federal do Rio de Janeiro. Tal época foi marcada por uma efervescência de movimentos políticos e culturais que tiveram o seu ápice na Semana de Arte Moderna, de 1922. Esse movimento rompeu com os cânones do academicismo em diversos campos, tais como na literatura, nas artes plásticas, na música, estabelecendo as bases para uma identidade nacional influenciada pela Europa, mas com tonalidades autóctones.

Nesse contexto também acontecem movimentos históricos importantes na época, tais como o Movimento Tenentista, que veio a culminar com a “Revolução de 1930”. Nesse período são criadas importantes organizações como a Academia Brasileira de Ciências e a Associação Brasileira de Educação, o que possibilitou o início de uma luta pela modernização do sistema educacional brasileiro em todos os níveis, incluindo o superior (cf. FÁVERO, 2010).

Em 1934 surgiu a Universidade de São Paulo, com a colaboração de missões internacionais, realizadas por professores de países como a França, Alemanha e Itália. Mais adiante, esta irá assumir um papel importante como foco de resistência na luta pela democratização do país.

Nas décadas seguintes, anos de 1940 e 1950, surgem diversas universidades importantes, nos estados do Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, assim como se consolidam ações em torno da pós-graduação e o destacado papel das instituições no cenário regional.

Outro marco importante na história das universidades públicas no Brasil foi a criação da Universidade de Brasília, em 1961. Esta possuía como foco de atuação uma postura de resistência nas lutas pela democratização do país, passando entre os anos 1964 e 1968 por períodos conturbados, durante a ditadura militar. O projeto do antropólogo Darcy Ribeiro, seu primeiro reitor, se encaminhava na construção de uma universidade engajada com as transformações políticas que eram defendidas por setores da sociedade, como estudantes, profissionais liberais e intelectuais, orientados sobretudo pelo modelo marxista, o que se constituía como argumento de que se tratavam de subversivos, justificando assim diversas invasões e perseguições a alunos e professores (cf. UnB, 2010).

1.4 Interiorização política e do desenvolvimento no contexto regional

O surgimento da Escola Politécnica de Campina Grande, datando dos anos de 1950, período anterior ao surgimento das importantes instituições acima citadas, é um caso que

merece uma consideração à parte, dada a sua importância para o surgimento e consolidação das demais instituições de educação superior no Estado da Paraíba, em um período atravessado por turbulências no cenário político nacional e local e atuação forte das oligarquias regionais (*cf.* LIMA, 2010).

A primeira instituição de ensino superior a ser criada na Paraíba foi a Escola de Agronomia do Nordeste, em 1931. Nas três décadas seguintes, chegando aos anos de 1950, surgiram diversas faculdades oficiais e outras, já naquela época, sob a égide da iniciativa privada. Entre os “objetivos declarados, encontramos a missão de contribuir para o desenvolvimento do Estado” (LIMA, 2010, p. 111).

Esse também foi o período que marcou o início da industrialização do Estado da Paraíba, sendo implantados os distritos industriais das cidades de João Pessoa e Campina Grande, favorecidos pelos incentivos fiscais provenientes da SUDENE. O Estado passa a favorecer a criação das universidades públicas, percebidas como fontes de acumulação de capital cultural, a ser incorporado aos processos de produção.

Nos discursos referentes à criação das universidades públicas aparecia como condição importante para o desenvolvimento o incremento do capital sociocultural da população (*cf.* ROLIM & SERRA, 2009, p. 407). Pensava-se a relação dessa modalidade de capital com uma sinergia posta no âmbito da “mobilização ou ativação de energias socioeconômicas regionais e locais”, com vistas ao desenvolvimento. Os autores acima salientam que tal condição é “indispensável para produzir a ideia de um eixo de desenvolvimento segundo um projeto efetivo”.

A criação da Universidade da Paraíba, em João Pessoa e, particularmente, da Escola Politécnica da Paraíba, na cidade de Campina Grande, representa a vinculação desta última como pólo gerador de ciência e tecnologia e, portanto, também, ou principalmente, da modalidade do capital cultural/científico. O projeto pedagógico de sua criação definia a universidade como fonte geradora de conhecimentos, devendo a mesma assumir, nos anos de 1960, o papel de propulsora das novidades técnicas e inovações nos processos de informação e de automação no nível do estado (*cf.* NETO, 2010).

Graças ao processo de industrialização ocorrido nos anos de 1940, Campina Grande ganha destaque regional, ao ser fundada, em 1949, a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba na cidade. Possivelmente isso não teria ocorrido, caso não se tratasse de uma cidade que reunia esforços grandiosos por parte de lideranças do cenário econômico e político em

torno de suas instituições e assim também em relação às universidades.

Campina Grande sempre se viu envolvida em lutas de caráter político territorial² com os domínios da capital do Estado. Apenas para citar uma dessas disputas emblemáticas, segundo Lima, em 1950 quando da eleição para governo do Estado, na qual disputavam José Américo de Almeida e Argemiro de Figueiredo, uma forte liderança local, “houve uma sucessão de conflitos, resultando em alguns mortos e dezenas de feridos” (LIMA, 2010, p. 117)³.

É importante destacar que parece haver em todos os campos uma apropriação dos valores desses grupos representativos sobre todos os domínios públicos, nos quais a universidade certamente se inclui. A criação da Escola Politécnica foi um desses domínios, no qual havia um cenário de uma economia que dava sinais de crise, fomentada por outra crise de escala mais ampla: o declínio da atividade algodoeira no interior do Estado, de onde a cidade de Campina Grande retirava grande parte de sua pujança econômica.

O surgimento de órgãos estratégicos como a Federação das Indústrias e do Serviço de Aprendizagem Industrial – SENAI, todos nos anos de 1950, se coadunam com investimentos em outras matrizes industriais como a extração de minérios, favorecida pela implementação de vias de escoamento por estradas de ferro e a ação do DNOCS, valendo-se de uma estratégia de construção de estradas e de barragens para o combate à seca.

Órgãos como a SUDENE e o DNOCS foram criados em grande medida atendendo a interesses situados para além do alvo dos seus programas mais conhecidos, o do combate às secas, através do qual os maiores afetados seriam as populações pobres, atendidas pelos programas de “emergência”. Os recursos por eles destinados se situavam em uma escala de reprodução do capital, na qual a atuação das pessoas menos favorecidas se restringia à troca da força de trabalho por mantimentos.

As ações mais significativas dos citados órgãos se situaram nos incentivos à instalação de parques industriais e construção de grandes barragens nas propriedades privadas. A SUDENE “pensava muito mais no fortalecimento e expansão da burguesia regional através

2 - *Território* expresso para além dos espaços geográficos, sendo aqui representado como *espaços simbólicos de atuação política*.

3 Os paraibanos convivem até hoje com essas contendas, lembrando ainda o mais emblemático desses conflitos que figura até mesmo nos símbolos oficiais do Estado como na bandeira - o episódio de João Pessoa e do seu assassinato, fato que guarda vinculações ao Movimento de 1930, mas que carrega um forte componente local e que mostra a força de decisão desses grupos políticos sobre o restante da população.

dos incentivos fiscais, que se somaria às demais frações burguesas nacional e internacional no processo de expansão capitalista em todo o país” (OLIVEIRA, 1981, p. 26).

É nesse contexto de grandes interesses no processo de desenvolvimento a partir da via da manutenção de espaços representativos no cenário econômico regional, em que se reúnem instâncias governamentais e da iniciativa privada, que surgem as primeiras instituições públicas de educação superior da Paraíba.

Um dos teóricos defensores da associação entre as universidades e o desenvolvimento é Celso Furtado (1984 *et altri*), um economista internacionalmente reconhecido, natural da Paraíba e um dos protagonistas do movimento de criação da SUDENE, sobretudo na tentativa de articulação de estruturas governamentais nas quais atuou por bastante tempo com setores ligados à produção de pensamento e transformações no contexto regional em toda a América Latina. Para ele as universidades, “cristalizam a percepção de que o conhecimento pode ser utilizado para iluminar, disciplinar e ampliar o poder, sendo ela mesma, a universidade, por si uma forma de poder capaz de tomar consciência de sua responsabilidade social” (FURTADO, 1984, p. 55).

De acordo com esse autor, a atividade universitária abrangia três campos: “a difusão de conhecimentos de nível superior, a elaboração de conhecimentos instrumentais e o enriquecimento do patrimônio cultural dos membros de uma coletividade” (FURTADO, 1984, p. 57). Furtado também destaca a importância da universidade como foco de resistência, como instituição que pouco se descaracteriza em uma época onde havia a necessidade de instituições fortes que pudessem dar solidez ao processo de redemocratização. Este autor defende claramente no seu livro “Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise” (1984), a universidade atuando em um contexto regional, se aproximando das vivências locais, capaz de auxiliar na compreensão dos processos locais, dos desafios específicos das populações, sem perder de vista as contradições e os desafios maiores sob os quais o contexto local está submetido.

Ao mesmo tempo, nos traz um alerta, quando defende o caráter autônomo da universidade, sobretudo no que diz respeito a sua capacidade de produzir pensamento, levantar problemas e renovar as concepções, sendo portanto potencialmente fonte de questionamento do poder. Nesse sentido, destaca a importância de uma instituição que tenha como base a liberdade democrática.

Além dessa filiação filosófica ao pensamento de Furtado (*idem*), recorrente nos documentos das universidades paraibanas no que se refere à articulação com o

desenvolvimento regional, é particularmente notória a mobilização em torno da ideia de *desenvolvimento sustentável* nas regiões onde são instalados os novos *campi* universitários. Essa expressão está presente nos planos de expansão, documentos de instalação dos *campi* e em outras formas de registros a ela relacionados. Em todos eles podem ser observados termos como “desenvolvimento”, “produção de intervenção no desenvolvimento regional das localidades” ou termos equivalentes. Muitas dessas propostas são *a priori* concebidas e em outras percebe-se a necessidade de enfrentamento dos desafios relativos ao que se pretende no tocante ao desenvolvimento das localidades-alvo.

A especificidade do termo desenvolvimento, na visão de Furtado (*idem*) tem mais a ver com a capacidade dos homens realizarem as suas potencialidades individuais e coletivas do que com propostas concebidas a partir de modelos externos ou mesmo prescritos. Pensar a universidade como fator de desenvolvimento nessas condições, significa, para Furtado (*idem*), pensar a sua atuação em esforços bastante específicos e empenhada em soluções ou problemáticas claramente identificadas e localizadas.

A recente expansão do ensino universitário público tem buscado a identificação de demandas e a implementação de cursos voltados para as problemáticas locais, como veremos no caso a ser aqui analisado, o do *campus* da UFCG em Sumé, e neste o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido.

O acesso ao ensino superior embora tenha sido bastante expandido, ainda representa uma utopia para amplos setores da população brasileira em geral e particularmente a paraibana. O acesso tem aumentado e se fala de uma “massificação” do ensino superior, a qual tem sido objeto de várias formas de preconceitos, inclusive ligados à avaliação da perda de qualidade dela resultante.

A temática dos efeitos da expansão do acesso sobre a qualidade do ensino superior oferecido precisa ser mais amplamente discutida, inclusive a partir de um olhar para a experiência latino americana, não perdendo de vista a necessidade de pensar o que seria de fato uma educação de qualidade, ponderando não apenas a questão em si do ensino superior, mas se estendendo desde a formação básica e de nível médio. A qualidade seria uma condição ofertada de melhor preparo e formação para atender as demandas dos processos inerentes à complexificação das relações de trabalho e de sofisticação de mão obra instrumental, ou seria a formação competente dos cidadãos para atuarem nos processos de transformação social e democrática de maneira autônoma, informada e mais ampla?

Segundo Leher (2010, p.22), as hipóteses que norteiam o panorama das universidades latino americanas, ressaltando-se as lutas da cidade de Córdoba, na Argentina, em 1918, como

o marco da defesa por um modelo de universidade que pôde vislumbrar novos rumos frente ao capitalismo, são apontados por ele, a partir de algumas noções, nas quais o presente estudo também se encaminha, a partir da proposição defendida de um modelo de universidade / desenvolvimento em plena sintonia com as demandas regionais.

Historicamente o autor remete-se aos processos de reformas parciais apontados por Bovo (2003) e por Coutinho (2004), no qual as frações burguesas dominantes já não desejavam para o seu projeto histórico, uma universidade pública capaz de produzir conhecimento científico e tecnológico novo, assim como também não havia interesse na formação de um quadro com alta qualificação acadêmica, tecnológica e de capacidade crítica. Isso parecia indiferente. O que os setores dominantes almejavam (e almejam – grifo nosso) é a compreensão da educação como um serviço “comodificado”, entendendo-se esta como um setor que é capaz de movimentar grandes interesses entre as parcelas do capitalismo, no sentido de aprofundar os processos de expansão. Sob essa perspectiva, mais uma vez, ressaltando Coutinho (*idem*), nem sempre seria possível aproximar essa universidade interiorizada das realidades locais, no sentido *propositivo*, pois esta não teria condições de propor, uma vez que por consequências das reformas parciais e fragmentadas, esta se apresenta, segundo Leher (*idem*), dependente a partir do panorama das universidades latino americanas, onde as lutas e resistências anti sistêmicas têm apenas um caráter provisório, na ausência de uma profunda reforma.

Quando se fala de expansão “massificada” do ensino superior como fator que possa comprometer a qualidade da ação universitária, incluindo a formação humana e profissional, está sendo posto em questão muito mais a capacidade de eficiência para a qual a universidade se serve nesse contexto apontado pelos autores, residindo também nessa preocupação uma forma de “preconceito” (CASANOVA *apud* WANDERLEY, 1983, p. 6). O fator “qualidade” parece apontar diretamente para a capacidade ou não dos sujeitos se inserirem e responderem prontamente a uma demanda diretamente posta pelas relações de trabalho e a serviço destas, pelas exigências de eficiência dos processos de produção capitalistas e não na qualidade de atuação desses sujeitos nos processos democráticos e de participação social.

Por outro lado, não se deve esquecer, conforme nos lembra o citado autor, que “em todos os países as estruturas organizacionais das universidades e as relações de poder internas tendem a reproduzir as estruturas e relações da sociedade global” (WANDERLEY, 1983, p. 60), de modo que nos planos estratégicos institucionais há a reprodução de valores da sociedade em que elas existem e foram constituídas, variando em função das demandas internas e externas à academia. Nesse sentido, parece o autor assumir uma postura mais

justificativa da condição das universidades frente à questão maior que é o seu financiamento e às condições de apropriação do que nela é produzido e com qual finalidade.

Segundo ele, no caso da estrutura universitária brasileira, os valores contidos na colonização se perpetuaram, “a ponto de tornar necessária uma reforma que seja a expressão de toda a comunidade universitária e que se insira na necessária construção de um sistema democrático para toda a sociedade” (WANDERLEY, 1993, p. 77), sem adentrar nos interesses aos quais o sistema educacional se presta, na perspectiva do pensamento anti sistêmico (Bovo, 2003, Coutinho, 2004 e Leher, 2010) apontado anteriormente.

De acordo com Fernandes (1966, p. 205), “o que dá grandeza ao papel das universidades não é o que se faz dentro delas – é o que de fato se faz com o que elas produzem”. Pensando dessa forma, a questão de estratégias ou projetos pontuais de desenvolvimento não são finalidades em si se estes não são capazes de significar ganhos para toda a coletividade, pois o termo “desenvolvimento” se apresenta para as ciências sociais acompanhado de

[...] certas confusões elementares, que se prendem ao emprego abusivo e confuso de conceitos como “mudança social” e “evolução social” [...] Sociologicamente, desenvolvimento social (*deve ser interpretado* – grifo nosso) como “multiplicidade das formas de interação numa determinada sociedade, acompanhando o desenvolvimento cultural” (FERNANDES, 1960, p. 12)

Na perspectiva defendida por Fernandes, o desenvolvimento transpõe a esfera meramente em função do crescimento econômico e é ressaltado do papel da educação como elemento de reforço e diálogo sobre a cultura. A contribuição das universidades, assim como já apontam outros autores como Furtado (1984), está para além dos conhecimentos instrumentais. A interiorização da universidade pressupõe sua presença no contexto local devido à mobilização de atores locais, traduzindo-se no incremento econômico e no incremento do potencial do capital cultural local e regional. Isso por si só já poderia ser chamado de desenvolvimento.

1.5 Caracterização das principais instituições públicas de ensino superior do Estado da Paraíba e a relação com as determinações da política estadual de educação

Os planos estaduais e municipais surgiram como imperativos da própria lei que instituiu o PNE para a década (Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001), valendo-se em escalas mais próximas dos contextos regionais e locais, dos mesmos princípios norteadores da política macro do governo federal. Neles podem ser observados uma série de diretrizes a serem cumpridas no tocante ao ensino superior, grande parte delas motivadas por uma

tentativa de aproximação desses contextos com vistas ao desenvolvimento. Fala-se por exemplo na

[...] inserção nos marcos de um projeto de desenvolvimento nacional e regional, buscando respostas para os problemas atuais da sociedade brasileira, nordestina e paraibana, no sentido de redução das desigualdades (sócio econômicas, regionais, étnicas, de gênero, *etc.*) e também de um “*inequívoco*” comprometimento com a qualidade de vida da população brasileira e paraibana [...] (MEC, 2006, p. 43)

O documento ainda prevê nas suas diretrizes “a expansão planejada do acesso mediante o aumento de vagas, com atenção voltada aos alunos carentes e aos cursos noturnos”. Grande parte da capacidade de ocupação das universidades se dá durante o dia, acreditando-se que com o aumento de vagas noturnas seria possibilitado um maior número de pessoas com acesso.

No entanto, nem sempre a questão do acesso é o que precisa ser resolvida, mas também da efetiva capacidade da universidade responder aos desafios postos para o desenvolvimento das localidades e como produzir isso de maneira participativa, ponderando ainda que essas “lacunas” (vagas noturnas, cursos voltados para um público específico) como apontamos mais adiante no presente texto é na visão de Schwartzman (2002) a via de ocupação – dentre outras – pela iniciativa privada em relação ao ensino superior.

O Plano Estadual de Educação em vigor orienta o processo de interiorização das IES em “sintonia com as demandas regionais das microrregiões geográficas, preferencialmente nas cidades pólo, com o apoio dos poderes públicos municipais da região”. Isso na prática é atrair para as prefeituras uma responsabilidade, sobretudo na questão patrimonial, traduzindo-se na utilização provisória de estruturas físicas de escolas e outros prédios que a universidade ocupa, onde não há de imediato a construção de instalações apropriadas pelas mesmas.

O *Plano Estadual de Educação do Estado da Paraíba* foi sancionado pela Lei 8.043 de 30 de junho de 2006. Trata-se da implementação dos objetivos constitucionais da Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação, que determina aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a responsabilidade de elaboração dos seus planos de acordo com as suas realidades.

O plano trata de todos os níveis da educação no Estado, desenvolvendo um tópico especial no tocante à realidade do ensino superior. Neste tópico são apresentadas, de maneira sucinta, as instituições federais, estaduais, faculdades e os centros particulares de ensino atuando na Paraíba. No documento citado são apontados como “positivos” três fatores que marcaram o cenário da educação superior no Estado mais recentemente:

1. O desmembramento da Universidade Federal da Paraíba, no ano de 2002, que dá origem à Universidade Federal de Campina Grande;

2. A autonomia financeira da Universidade Estadual da Paraíba, sancionada a partir da Lei Estadual 7.643 de 06 de agosto de 2006;
3. A abertura pelo CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica) de cursos de licenciatura, abrindo possibilidade de formação para um maior número de professores (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2006, p. 33)

No início da década passada (2003), a Paraíba contava com vinte e quatro IES, sendo três universidades públicas (duas federais e uma estadual), um centro de educação tecnológica (federal), vinte instituições privadas, sendo uma delas do segmento comunitário. A rede de educação superior ao final da década amplia significativamente a oferta, com a criação de campi de universidades federais, estaduais e institutos de educação tecnológica. A seguir são apresentadas algumas características organizacionais das instituições de ensino superior público atuantes no Estado:

1.6 Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Apresenta-se como uma instituição de referência no ensino, pesquisa e extensão. Tem uma participação significativa no desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e socioeconômico do Estado da Paraíba e do Nordeste. A sua sede administrativa está localizada em João Pessoa. Apresenta a seguinte distribuição em *campi* e centros:

QUADRO 1 – Universidade Federal da Paraíba por campi e centros.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB	
Campus	Cidade
Campus I	João Pessoa
Campus II	Areia
Campus III	Bananeiras
Campus IV	Mamanguape e Rio Tinto

O campus IV é o mais recente, sendo criado em 2008, no momento em que as IES estavam sendo, em nível nacional, estimuladas à expansão. Este centro possui uma atuação completamente voltada para o desenvolvimento regional, sendo denominado de Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional. A UFPB tem como missão definida no seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI:

Realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão, à base do planejamento estratégico participativo da vida acadêmica administrativa institucional, visando ao progresso científico, tecnológico, cultural e socioeconômico local, regional e nacional, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, da integração com a sociedade e do

exercício da cidadania. (UFPB, 2005)

O plano aponta ainda como diretrizes de sua atuação o desenvolvimento acadêmico-científico, a integração universidade e sociedade, a modernização institucional, a melhorias das condições básicas de funcionamento e a busca de aprimoramento dos processos democráticos internos.

1.7 Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Atualmente a Universidade Federal de Campina Grande tem despontado entre as diversas universidades federais como um pólo importante de ciência e tecnologia, sendo referência em cursos e pesquisas voltadas para esta área em todo o País, além de desempenhar importante papel na integração das microrregiões do estado. Foi criada a partir da Lei 10.419, de 09 de abril de 2002, como desmembramento da Universidade Federal da Paraíba. Possui um relevante papel no ensino, pesquisa e extensão, com vários cursos de qualificação reconhecida nacional e internacionalmente.

Desde a criação da Escola Politécnica, na década de 1950, Campina Grande já trazia “a característica de um desenvolvimento peculiar no interior da Paraíba” (NETO, 2010). A discussão sobre a criação de outra universidade federal a partir da estrutura da Escola Politécnica e a partir da presença da UFPB em regiões mais afastadas da capital, se deu já por volta de 1975, tendo tomado novo impulso a partir da década de 1990 e sendo efetivada no ano de 2002.

Sua sede administrativa está situada na cidade de Campina Grande, que possui, de acordo com o último censo do IBGE (2010), uma população de 385.213 habitantes. Está localizada na região do agreste, a uma distância de 123 km de João Pessoa. Compõem essa instituição os *campi* das cidades de Campina Grande (sede), Patos, Sousa, Cajazeiras, Sumé e Cuité.

Os mais recentes centros estão em Sumé, o CDSA e em Cuité, o CES. De modo geral a instituição possui uma organização *multicampi* e *multicentro*, conforme o quadro a seguir:

QUADRO 2 – Universidade Federal de Campina Grande por campi e centros

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG	
Campus	Cidade
Campina Grande	Campina Grande
Cajazeiras	Cajazeiras
Sousa	Sousa
Patos	Patos
Cuité	Cuité
Pombal	Pombal
Sumé	Sumé

A Universidade Federal de Campina Grande é uma estrutura complexa e diversificada, possuindo no seu quadro de professores efetivos um total de 1.298 professores e 1.522 funcionários técnicos administrativos, além de professores visitantes e docentes de 1º e 2º graus efetivos (dados disponíveis no *site* da instituição).

Há de se destacar a forte presença da UFCG no sertão do Estado da Paraíba e mais recentemente na região do cariri. Atualmente, vem se configurando a proposta de subdivisão da UFCG em outra instituição a ser criada, da qual já existe todo o planejamento e documentação disponibilizada, abrangendo os *campi* situados no sertão do Estado da Paraíba, nas cidades de Sousa, Cajazeiras e Pombal. Trata-se da Universidade Federal do Sertão, cuja proposta é encabeçada pela própria UFCG, justificando tal divisão, dentre outros aspectos, pela estrutura diversificada da instituição, pela distância entre os *campi* do sertão e a sede administrativa e sobretudo dos incentivos oferecidos às IES pelo governo federal através da política de expansão impulsionada na década passada durante as gestões sucessivas do presidente Lula.

1.8 Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

A Universidade Estadual da Paraíba tem se voltado nos últimos anos para uma ação de pesquisa e de extensão amplamente direcionadas para a formação e qualificação docente e se destacado pela intensa presença em todas as microrregiões do Estado. Realizou nos últimos anos um crescimento significativo em termos de infra estrutura e implementação da Pós Graduação no Estado na Paraíba. Foi fundada em 1966, num esforço de criação da Universidade Regional do Nordeste, cuja instituição mantenedora seria a Fundação

Universidade do Nordeste – FURNE - na cidade de Campina Grande. Possui atualmente *campi* em diversas cidades em praticamente todas as regiões do Estado. Tem como missão “formar cidadãos, através da produção e da transmissão de conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento educacional e sociocultural da Região Nordeste e, particularmente, do Estado da Paraíba” (UEPB, 2011).

Nos últimos anos, a Universidade Estadual da Paraíba vem passando por um processo de expansão e de aumento de sua capacidade de oferta de cursos. Vem criando novos *campi* e aumentando o número de vagas em cursos de graduação e de pós graduação (mestrado e doutorado), num esforço de consolidação da instituição voltada para a pesquisa, o ensino e a extensão.

No caso da organização institucional da Universidade Estadual da Paraíba, a partir de 2004, através da Lei Estadual nº 7.643, houve uma mudança política organizacional significativa, com a deliberação, por parte do poder executivo estadual, da autonomia financeira dos gastos e administração de recursos por parte da instituição. De acordo com a “lei de autonomia da UEPB”, o governo do Estado tem por obrigação o repasse de 3% das receitas ordinárias do Estado, para a manutenção da universidade. Embora se trate de um esforço ainda persistente no sentido de se firmar como instituição autônoma, as ações como o incremento da qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação, a instalação dos novos *campi*, os investimentos em pesquisas, se coadunam no sentido de se aproximar da condição de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, levando em consideração a proposta *multicampi* adotada pela instituição, como modelo organizacional.

Há de se destacar ainda as ações desenvolvidas pela Universidade Estadual da Paraíba com o uso de modalidades de educação à distância e ações de extensão voltadas para populações cujo acesso ao ensino superior se torna ainda mais difícil do que para a maioria da população, tais como a educação superior nos presídios e nos movimentos sociais.

Atualmente a Universidade Estadual da Paraíba possui uma distribuição *multicampi*. Em alguns *campi* funcionam centros e em outros departamentos e cursos, de acordo com o que resume o quadro a seguir:

QUADRO 3 – Universidade Estadual da Paraíba por campi, cursos e centros

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB	
Campus	Cidade
Campus I	Campina Grande
Campus II	Lagoa Seca
Campus III	Guarabira
Campus IV	Catolé do Rocha
Campus V	João Pessoa
Campus VI	Monteiro
Campus VII	Patos
Campus VIII	Araruna

Com a implantação de novos *campi* e de vários programas de pós graduação mais recentemente, a UEPB vem se consolidando como instituição que cumpre um papel estratégico no desenvolvimento regional. O aumento significativo dos programas de mestrado e a criação de programas próprios de doutorado, além dos programas associados, vão na mesma direção.

Estas estratégias se mostram ainda na oferta de cursos de graduação e de pós graduação em comunidades e outras cidades, participação em programas de erradicação do analfabetismo, cursos de pedagogia em regime especial e educação à distância. Na pós graduação, tem se buscado a cooperação de outras instituições do país e do exterior, com a facilitação do intercâmbio entre pesquisadores e alunos de várias instituições, numa tentativa de fortalecimento das ações de pesquisa.

1.9 Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – IFPB

O IFPB é uma instituição federal de ensino superior e tecnológico, vinculada ao Ministério da Educação e detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Oferece à sociedade paraibana e brasileira dois níveis de educação: básica (ensino médio) e superior (graduação, pós graduação e extensão), além de uma modalidade de educação profissional regular (técnica e tecnológica).

A educação tecnológica no Estado da Paraíba tem um percurso marcado pela importante presença do antigo CEFET, de onde deriva, por força da reorganização da educação profissional e tecnológica, ocorrida no ano 2008, originando os IFPB. No referido

ano, a Lei nº 11.892 instituiu a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, possibilitando a implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Atualmente o IFPB possui nove *campi* em funcionamento, nas cidades de João Pessoa, Sousa, Cajazeiras, Campina Grande, Cabedelo, Monteiro, Patos, Picuí e Princesa Isabel.

1.10 Fundação Universitária de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FURNE

A Fundação Universitária de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão foi criada pela lei municipal nº 201 de 20 de março de 1968. É pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, possuindo autonomia administrativa e financeira e reconhecida como de utilidade pública através do Decreto Federal nº 62.973 de 10 de julho de 1968.

Possui a sua sede administrativa na cidade de Campina Grande – PB e de acordo com as deliberações do Conselho Diretor, pode expandir as suas representações para qualquer parte do território nacional, podendo ainda firmar acordos, convênios e contratos com universidades, centros de pesquisa, centros universitários, faculdades isoladas, governos em todas as esferas de representação, organizações sociais de âmbito nacional e internacional.

Atua de maneira conjunta com essas organizações ou esferas do Estado, na promoção e apoio ao desenvolvimento educacional, científico, tecnológico, econômico e social. Prevê ainda a concessão de bolsas de extensão, graduação e de pós-graduação, bem como o apoio ao desenvolvimento de projetos científicos, artísticos e sociais em parceria com instituições públicas e privadas. Outra vertente de sua atuação é na seleção, formação e treinamento de recursos humanos e planejamento, elaboração e realização de concursos públicos.

A FURNE possui um papel precursor na história do ensino superior da cidade de Campina Grande e uma relação histórica com o desenvolvimento da cidade e do Estado. A sua perspectiva de atuação hoje se concentra principalmente no apoio a uma rede de estudos, iniciativas culturais e de coesão do esforço feito no passado pela consolidação de outras instituições importantes como a Universidade Estadual da Paraíba e da Universidade Federal de Campina Grande, que elevam a cidade de Campina Grande e a região da Borborema como importante pólo universitário.

Atualmente a característica organizacional da instituição se assemelha àquelas prescritas pelas orientações dos organismos internacionais de fomento e apoio ao ensino superior, sendo esta captadora de recursos tanto públicos, quanto privados para o financiamento de suas atividades.

1.11 Considerações sobre a política de interiorização do ensino superior e a suas orientações

A partir de uma retrospectiva, perpassada por uma discussão acerca das políticas e orientações internacionais no âmbito da educação para os países em desenvolvimento, bem como pelas características gerais das organizações de ensino superior a partir desses parâmetros, tentaremos delimitar, com base nas especificidades do caso brasileiro, o que tem sido o esforço produzido nos últimos anos, no sentido de ampliar as fronteiras de atuação das instituições de ensino superior pelo país, adotando-se para esse recorte a emergência de políticas públicas específicas para essa finalidade.

Tal esforço se coadunou com a necessidade do País enfrentar os seus quadros sociais desfavoráveis, através de políticas internas, muitas das quais postas em prática a partir de modelos e de orientações generalistas recomendadas por instituições multilaterais aos países em desenvolvimento. Um desses organismos é o *Task Force on Higher Education and Society*, uma organização norte-americana conveniada com a UNESCO e Banco Mundial, a qual congrega 13 países, dentre eles o Brasil, sendo atualmente, em termos de políticas educacionais, o norteador das metas a serem implementadas nos mesmos em escala global.

No mais recente relatório da organização, o Brasil aparece na mesma faixa de matrículas no ensino superior comparada a países como Nicarágua, Honduras, Guatemala, China e Índia (taxas $>5\%$ e $\leq 15\%$). O relatório apresenta dados globais anteriores à década de 2000 (1995) e estima que o custo do ensino superior no mundo se situa em torno de US\$300 bilhões, algo em torno de 1% da economia mundial. Indica ainda as formas recomendadas de financiamento e os meios de repactuação entre iniciativa pública e iniciativa privada (Fonte: *Higher Education for Developing Countries - Peril and Promise*, 2000).

QUADRO 4 – Determinações internacionais para educação superior

Financiamento	Natureza da Organização	
	Público	Privado
Público	I – Deve oferecer ensino gratuito, a partir de fundos públicos para cobrir as despesas de capital.	II – Deve ser custeado com sistema de “vales”, onde o governo paga para que o aluno possa frequentar.
Privado	III – Custo de manutenção proveniente de mensalidades pagas diretamente pelo aluno, taxas e rendimentos a partir de doações, fundações, contratos com a indústria privada, gerando receitas para a cobertura geral dos custos.	

Fonte: WORLD BANK. Relatório *Task Force on Higher Education for Developing Countries: Peril and Promise*, 2000, p. 56. (adaptação e tradução do autor)

Segundo a pactuação proposta pelas organizações internacionais, previstas no relatório, e que reflete o caráter neoliberal adotado pela própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, há uma delimitação quanto ao financiamento público como estritamente proveniente dos recursos públicos, ao passo em que há uma abertura para o setor privado, na medida em que possibilita que este seja financiado não apenas com recursos provenientes das mensalidades diretamente pagas, mas também com a oferta dos seus serviços para o Estado, quando este não consegue suprir as demandas, além da possibilidade da iniciativa privada firmar convênios e contratos com a iniciativa pública com a finalidade de prestação de serviços e aumento da capacidade de expansão do sistema educacional superior como um todo.

A expansão universitária no Brasil assume como justificativa relevante não apenas para o desenvolvimento do país e das suas regiões, mas também para o desenvolvimento individual, tendo como resultado desejado a mobilidade vertical de indivíduos das populações menos favorecidas financeiramente, a melhoria do acesso coletivo às oportunidades de educação e de qualificação intelectual, sendo o capital cultural concebido como importante vetor ou modalidade de capital capaz de contribuir para a elevação do país ao patamar pretendido nas próximas décadas.

Por outra via, podemos ilustrar com os dados do relatório a natureza idealizadora das políticas que vieram a ser implementadas na década, como o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (2007). O objetivo do mesmo é “criar condições para o acesso e permanência na educação superior, aumentar a qualidade dos cursos e possibilitar um melhor aproveitamento das estruturas físicas e dos recursos humanos, estimulando a diversidade do sistema de ensino” (p. 10).

TABELA 1 – Previsão orçamentária inicial do REUNI

Previsão de acréscimo orçamentário a partir do REUNI (2007) (valores em milhares de reais)				
Ano	2008	2009	2010	2011
Investimento	305.843	567.671	593.231	603.232
Custeio/pessoal	174.157	564.247	975.707	1.445.707
TOTAL	480.000	1.131.918	1.568.938	2.048.939

Fonte: MEC. Programa de Reestruturação das Universidades Federais, 2007, p. 13.

De acordo com as metas do programa, havia a necessidade do investimento gradual até o corrente ano, onde se esperava elevar para 90% a taxa de egressos e atingir a relação de 18

alunos por professor em cursos presenciais. Dos valores previstos, 500 milhões de reais seriam destinados considerando o número de matrículas já projetadas, o restante do valor da ordem de 1,5 bilhão de reais seriam distribuídos tomando-se como base o valor de 5 mil reais para cada nova matrícula projetada.

O relatório do primeiro ano de funcionamento do programa (2008-2009) aponta investimentos superiores aos que foram pactuados da ordem de R\$ 496.998.529, contra os R\$480.000.000 previstos.

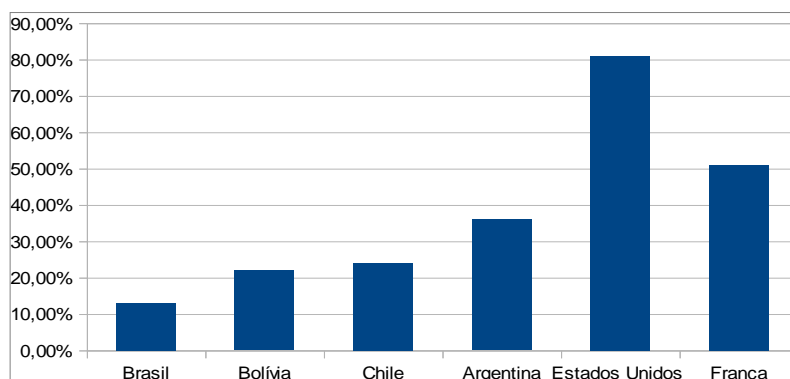
Na interpretação dessas mudanças são comuns posturas otimistas. Ao nosso ver é preciso analisar sobretudo a relação entre a universidade e as empresas privadas. Como recomendação dos organismos internacionais aparece o poder público como provedor e como comprador dos serviços oferecidos pela iniciativa privada, sem que essa tenha com o poder público nenhum compromisso a não ser a oferta de vagas, condicionada pelo paradigma econômico de oferta e de procura.

De acordo com Porto & Régner (2003), o Brasil vem atravessando nas últimas décadas um processo combinado de modernização econômica e abertura interna, tópicos já apontados no presente texto, quando se pontuava a evolução das transformações econômicas e da redefinição do papel do Estado nesse sentido. Houve o “aumento do espaço das agências de regulação, uma excessiva exposição à concorrência internacional e a deflagração de crises em alguns setores, atenuadas por um esforço de modernização e elevação da produtividade” (*idem*, p. 61).

O país tem experimentado a estabilidade econômica na última década, porém ainda possui desafios imensos em diversos setores, tais como saúde, segurança pública, educação, infraestrutura, aliados a uma “elevada dívida pública e crescentes déficits fiscais que comprometem a formação de poupança pública” (*idem*, p. 62)

No caso específico da educação, dado que nos interessa diretamente, o país ainda apresentava no início da década uma situação bem aquém da desejável, se comparado com o quadro internacional.

GRÁFICO 1 – Percentual de alunos matriculados na faixa etária de 18 a 24 anos em comparação de alguns países com o Brasil.



Fonte: Porto & Régner, 2003.

No nosso caso, algo em torno de 13% da população brasileira entre 18 e 24 anos se encontrava matriculada no ensino superior, índice inferior ao da Bolívia (22%), do Chile (24%), da Argentina (36%) e de outros países com taxas bem mais favoráveis, tais como Estados Unidos (81%) e França (51%), ressaltando-se as especificidades de cada um deles.

Na década de 90, assim como no início da primeira década do novo século, houve um aumento significativo do acesso, no entanto, a distorção idade-série, fator herdado da má qualidade do ensino básico, tem forçado negativamente esses indicadores, o que permite pensar a necessidade de melhorias sistêmicas na educação brasileira, sem reduzir a abordagem a nenhuma de suas instâncias (fundamental, médio ou superior).

O crescimento notado no início da década passada vem acompanhado de uma alta taxa de evasão nas universidades públicas e um alto índice de vagas ociosas no setor privado, bem como uma considerável taxa de inadimplência, redução da relação candidato vaga no setor privado e aumento dessa relação no setor público (PORTO & RÉGNER, 2003), revelando possivelmente um limite no crescimento da expansão do ensino superior, inclusive na esfera privada.

O País não conseguiu ainda implantar importantes reformas, dentre elas a reforma universitária, embora não se pode negligenciar o que está sendo feito: a criação de instrumentos e sistemas de avaliação; o intenso incentivo para a educação à distância; a criação e implementação de cursos sequenciais, devendo essas ações se integrarem com a efetiva autonomia das universidades públicas brasileiras.

A “revolução silenciosa” do ensino superior de que fala Schwartzman (2001, p. 10), seria “uma mudança não planejada e que estaria ocorrendo no interior do sistema burocrático

de gestão e de controle das instituições”. Tal revolução se apresenta imediatamente ligada à diversificação de modalidades de cursos, que em tese poderiam criar novas oportunidades de acesso ao ensino superior a uma população que tradicionalmente se encontrava alijada do sistema de ensino. O autor é otimista em relação a tais mudanças, defendendo que isso “pode tornar o sistema mais adequado e justo do ponto de vista social” (*idem*, p. 20).

A expansão tida muitas vezes como “desregulada” força a emergência de uma política específica de enfrentamento, dadas algumas questões relativas ao mercado de trabalho que tem por base (ao menos oficialmente, ressaltando-se o paternalismo e o protecionismo) o credencialismo e a meritocracia. Se pela via do mercado de trabalho “há novas exigências profissionais, pela via da cultura juvenil – tanto das classes médias como das menos favorecidas – o ensino superior passa a ser objeto de desejo” (PORTO & RÉGNER, 2003, p. 66), promessa de melhores possibilidades de emprego, renda e qualidade de vida.

Apesar do nosso recorte se concentrar nas instituições públicas, não se pode deixar de abordar mesmo que de maneira mais breve a questão da expansão pelo viés da iniciativa privada. Isso se faz necessário, principalmente quando se está tratando de analisar um processo que, pelas parcerias público-privadas, possibilitadas principalmente pela própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação, amplamente criticada pelo seu caráter neoliberal, possibilitou a convergência dos sistemas públicos e privados de ensino, através de “incentivos, doações, subvenções, e convênios entre o setor privado” (MEC. LDB. Art. 53, parágrafo X, 1996) e dos financiamentos estudantis patrocinados pelo setor público.

O setor privado era responsável, no ano 2002, segundo dados do INEP, por 67% das matrículas no ensino superior, apresentando um crescimento acelerado. O que coloca o sistema privado em desvantagem é a sua heterogeneidade, segundo Porto & Régner (2003). Cada vez mais este assume características distintas, às vezes opostas em termos de orientação de interesses e da qualidade dos serviços prestados, bem como da natureza da sua gestão, fazendo com que apesar do sistema público possuir as dificuldades e lacunas que o sistema privado propõe como alternativa suprir, ainda é aquele que oferece possibilidade de formação qualitativamente mais favorável.

É bastante perceptível, de acordo com Schwartzman (2002), como a proposta da iniciativa privada em relação ao ensino superior é de cobrir lacunas deixadas pelo setor público no atendimento da sua clientela: “com poucas exceções, o setor privado concentra suas atividades e cursos no turno da noite, nas áreas de ciências sociais aplicadas e para alunos mais velhos, que presumivelmente trabalham durante o dia.”

Outro dado importante é no que diz respeito ao investimento nos três níveis de ensino:

fundamental, médio e superior. Segundo Porto & Régner (2003), a participação da iniciativa privada nos níveis básicos da educação vem caindo, sendo justificado então o aumento da participação da iniciativa privada na educação superior, enquanto a “opção” do Estado e dos governos centrais foi pelo investimento na educação básica. Tudo isso graças à relação de “parceria” entre Estado e o empresariado.

A orientação das políticas de expansão universitária implicou também numa atuação social, seja estabelecendo cotas raciais, destinadas a favorecer indivíduos autodeclarados negros ou populações indígenas; seja no estabelecimento de cotas sociais, para favorecer o acesso de alunos provenientes de escolas públicas às universidades públicas; seja fomentando a instalação das IES em regiões distante dos grandes centros de pesquisa, através dos incentivos econômicos propostos às instituições que aderissem aos projetos nacionais de expansão do ensino universitário⁴.

O pressuposto subjacente aos projetos de expansão do ensino superior implementado na década passada era o da importância estratégica das universidades e dos centros de pesquisa a serem então criados, pensados em suas contribuições diretas para o desenvolvimento das localidades, visto que eles produziam uma grande quantidade de capitais: financeiro, humano e social, componentes concebidos como substanciais para alavancar processos de desenvolvimento.

Levando em consideração o cenário nacional e estadual acima apresentado, é nosso propósito analisar o processo através do qual é instalado o *campus da UFCG* em Sumé, no que se refere aos movimentos de mobilização local e institucional, bem como as concepções da relação entre universidade e desenvolvimento presentes nos discursos produzidos pelos atores nele envolvidos.

4

A lei 10.558, de 13 de novembro de 2002, cria o Programa Diversidade na Universidade. No seu artigo 2º, o Programa prevê a transferência de recursos diretos da União para as instituições que adotarem projetos inovadores no sentido de incluir “grupos socialmente desfavorecidos, especialmente afrodescendentes e indígenas” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei 10.558, Art. 1º, 2002).

SEGUNDO CAPÍTULO

A EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E SUA INTERFACE COM OS DISCURSOS DESENVOLVIMENTISTAS

“A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida.”

John Dewey

A proposta fundamental do presente capítulo é apresentar elementos importantes que perpassam a problematização das relações entre a expansão universitária e o desenvolvimento no Brasil, tais como as noções de discursos, desenvolvimento, desenvolvimentismo, expansão, matrizes de análise e concepções de universidade e de desenvolvimento. Fazemos isso tentando compreender esses conceitos não apenas a partir da trajetória das instituições de ensino superior no Estado da Paraíba, mas também ilustrando e interpretando a partir do que vem ocorrendo em escala mundial.

2.1 Universidade e região: perspectivas dos estudos realizados no âmbito da análise e impacto sobre o desenvolvimento

O papel das universidades no desenvolvimento regional vem recebendo uma atenção crescente nos últimos anos, sendo a expansão das instituições públicas de ensino de terceiro grau considerada um elemento chave para o crescimento econômico, para a democratização do acesso a estratégias de acumulação de capital intelectual e humano, bem como para o incremento da relação entre ciência, tecnologia e processos sociais em geral e de produção especificamente em regiões marcadas por baixos índices de desenvolvimento.

Nas últimas décadas, com o crescimento da compreensão de que as inovações têm papel relevante no processo de desenvolvimento econômico, houve uma preocupação crescente com os condicionantes dessas inovações. Surge então a motivação para a extensa literatura sobre o que é denominado Sistema Nacional de Inovação, Economia de crescimento, *etc.* (Arbo; Benneworth, 2007 *apud* Rolim & Serra, 2009). Por outro lado, também ocorre um debate renovador sobre o desenvolvimento das regiões. A moderna concepção considera que as regiões com maior possibilidade de crescimento nas diversas áreas da vida social são aquelas que conseguem estabelecer um projeto político de desenvolvimento, congregando os seus diferentes atores. Faz parte desse projeto político, na

sua vertente econômica a utilização intensiva e coordenada do conjunto de conhecimentos existentes na região para aumentar a sua competitividade.

O encontro entre as duas vertentes dá origem ao conceito de Sistema Regional de Inovação. Segundo os autores citados, as primeiras referências ao termo surgiram no início dos anos 1990 e a sua evolução tem origem em duas grandes matrizes teóricas. Uma primeira, os trabalhos sobre inovação tecnológica, particularmente aqueles referentes aos Sistemas Nacionais de Inovação, e a outra, os avanços nas teorias de desenvolvimento regional.

Segundo Cooke & Morgan (1998), o atual estágio de desenvolvimento do conceito de Sistema Nacional de Inovação pode ser sintetizado como se segue:

As regiões que possuem o conjunto ideal de organizações para a inovação inseridas em um meio institucional adequado, onde as ligações sistêmicas e comunicação interativa entre os atores da inovação é um fato normal, enquadram-se na designação de sistema nacional de inovação. A expectativa é se esse conjunto de organizações seja construído de universidades, laboratórios e centros de pesquisa, laboratórios de pesquisa aplicada, agências de transferência de tecnologia, organizações de treinamento vocacional, bancos, empresários dispostos a desenvolver novos produtos em parcerias de risco, pequenas e grandes empresas interagindo. Além disso, essas organizações devem demonstrar vínculos sistêmicos através dos programas em comum, participação conjunta em pesquisa, fluxos de informações e pelo estabelecimento de linhas de ação política pelas organizações de governança. (COOKE & MORGAN, 1998, p. 1 *apud* ROLIM, 2000, p. 30)

Os autores apontam a presença de vários subsistemas na constituição de um sistema regional de inovação. Entre os mais importantes encontram-se os subsistemas financeiros e o de aprendizado, ambos relacionados com a cultura produtiva. Sem o primeiro, as possibilidades de inovação ficam muito reduzidas, segundo Rolim & Serra, particularmente para as estruturas regionais em que predominem as pequenas e médias empresas. O sistema de aprendizado, no qual estão inseridas as IES, parece ser uma ferramenta fundamental, sendo as restrições ao seu funcionamento um empecilho ao acesso de conhecimento acumulado, o que diminuiria as possibilidades de emergirem iniciativas de inovação.

O conhecimento é o ponto de partida para a inovação. Na perspectiva piagetiana, o conhecimento é mais do que o acréscimo de informações. Na sociedade contemporânea, a aprendizagem assume uma posição central nos processos de inovação e sustentação dos paradigmas de desenvolvimento, vinculadas diretamente, segundo o autor citado, ao desempenho das instituições nas economias nacionais modernas. Dessa maneira, essas instituições (universidades, incubadoras, agências de fomento à pesquisa e inovação,

empresas de apoio a iniciativas de desenvolvimento, *etc.*) reproduzem, administram e coordenam as condições para a interação dos atores possibilitando que os processos de aprendizagem sejam transformados em atividades inovadoras.

Para se falar na criação ou a integração em um sistema regional de inovação como perspectiva de desenvolvimento com a participação das universidades, é necessário considerar as práticas locais e nesse sentido a presença da instituição, resultante de transformações culturais, políticas e organizacionais, seria uma condição importante para se fomentar o desenvolvimento nas localidades mas não a única via dentro de uma visão do sistema de inovações enquanto estratégia adotada para o desenvolvimento.

Os estudos realizados no Brasil sobre a relação universidade e desenvolvimento, inseridas na perspectiva de ações de aprendizagem com vistas ao incremento de um sistema de inovações, são bastante incipientes. O trabalho de Rolim & Serra (2009) é um desses referenciais pioneiros no Brasil, sendo feita nele uma análise da contribuição das universidades do Estado do Paraná para o desenvolvimento regional, valendo-se de literatura referentes ao contexto internacional.

Estes trabalhos seguem diversas orientações metodológicas, divergindo em seus procedimentos e enquadramentos do impacto das universidades nas economias locais a curto e a médio prazo, recortes de tempo e de tipos de custos, *etc.* (ROLIM & SERRA, 2009, p. 67).

QUADRO 5 – Síntese dos principais estudos sobre impacto das universidades sobre o desenvolvimento regional.

Universidades estudadas/ Autores	Principais variáveis e contribuições
Universidades Escocesas (MC NICOLL, 1993/1994)	Estudo encomendado pelo comitê de reitores das universidades escocesas, considerando 22 instituições. Abrangia 28 setores econômicos, 17 faixas de renda e 10 tipos de empregos. Apontou a receita de 17 bilhões das universidades, o que corresponde a 2% do PIB escocês e um impacto direto de 1.197 bilhão sobre a economia local, correspondendo aos gastos correntes, investimentos e gastos dos estudantes, gerando 30.500 empregos diretos e 37.000 empregos indiretos.
Universidades de Manchester-UK (ROBSON <i>et al.</i> , 1995)	Analisou os gastos de quatro universidades: Manchester, Manchester Metropolitana, Salford e UMIST. As instituições gastaram no período de 1992 a 1993 o equivalente a 450 milhões de libras, gerando empregos para 12.500 pessoas e recebendo aproximadamente 46.000 alunos regulares e 100.000 em

	<p> cursos de curta duração.</p>
<p>Universidades de Gales (HILL <i>et al.</i>, 1997)</p>	<p>Estudo encomendado pelo <i>Comittee of Heads of Higher Education, Walles</i> (HHEW), que dirige o ensino superior no país de Gales. Utilizou a matriz insumo-produto (conceito também utilizado no estudo de ROLIM & SERRA no caso do norte do Paraná e muitos outros estudos aqui citados), apontando os gastos diretos da ordem de 35 milhões de libras e as despesas diretas em torno de 300 milhões de libras. A renda total equivale a 2,1% do PIB de Gales e gera 12.707 empregos diretos e 10.455 empregos indiretos.</p>
<p>Universidade de Portsmouth, (HARRIS, 1997)</p>	<p>Trata-se de um estudo que considera os impactos diretos e indiretos e também os impactos induzidos pela presença da universidades na economia local. Se vale de dados específicos que avaliam o montante de vendas, importações, etc. Estima que cerca de dois terços dos gastos de manutenção das universidades são feitos na região.</p>
<p>Sudoeste da Inglaterra, Reino Unido (ALLEN & TAYLOR, 2002)</p>	<p>Elaborado para as autoridades educacionais do sudoeste inglês, considerando 12 instituições de ensino, sendo que destas, 04 instituições concentram aproximadamente 70% do total dos gastos: Bristol, West England, Plymouth e Bath. Se vale de pesquisas específicas sobre renda, padrões de gastos e estruturas de consumo dos alunos e professores, considerando fluxos tais como: salários pagos aos funcionários e professores, gastos de alimentação e manutenção, alojamento dos estudantes e os gastos totais dos alunos na economia local. Se vale de multiplicadores keinesianos, conceitos utilizados também em outros estudos.</p>
<p>Reino Unido (MCNICOLL <i>et al.</i>, 2000)</p>	<p>Este estudo parte de análises anteriores do autor e foi atualizado em 2000, ampliando o espectro para todo o Reino Unido, avaliando o impacto econômico do <i>setor</i> de Ensino Superior, entendido aqui como um setor da economia britânica. O universo considerado são as 170 instituições de ensino superior, todos os estudantes matriculados e todos os alunos estrangeiros e visitantes no ano escolar de 1999/2000. Aponta o impacto total das universidades britânicas no Reino Unido, estimando os gastos totais em 12,7 bilhões de libras, gerando um produto total de 32,5 bilhões na economia britânica, gerando 297.216 empregos diretos e 537.428 empregos indiretos. Outra consideração do estudo é sobre os gastos dos alunos visitantes e estrangeiros, apontado como relativamente insignificantes em relação às universidades, exceto no impacto sobre as importações.</p>
<p>Universidade do Algarve, Portugal (SILVA & SANTOS, 2005)</p>	<p>Os autores analisam o impacto das universidades no ano escolar de 2003/2004, considerando as seguintes fontes: consumo e investimentos das universidades; gastos decorrentes da massa assalariada universitária (professores e funcionários)</p>

	<p>e gastos decorrentes dos estudantes. A região considerada é um pólo de turismo que multiplica a sua população com visitantes de toda a Europa. Abriga mais de 10.000 alunos e emprega em torno de 1.400 funcionários, pagando cerca de 37,3 milhões de euros em salários e com despesas de manutenção e investimento de 53,5 milhões de euros, tudo isso coloca a Universidade do Algarve como um dos maiores empregadores da região e representa um impacto considerável na economia local. Ao contrário dos estudos típicos nesse segmento, o estudo do Algarve revela que o impacto mais importante veio dos gastos dos estudantes, enquanto os demais apontavam os maiores impactos dos salários pagos pela universidade.</p>
<p>Universidade de Sherbrooke, Canadá (HANEL <i>et al.</i>, 2005)</p>	<p>Considera o impacto das despesas das instituições que compõe o pólo universitário de Sherbrooke e as despesas dos estudantes e visitantes sobre o PIB do Canadá, da província de Quebec, de uma das sub-regiões (Erie) e da cidade de Sherbrooke. Utiliza diferentes metodologias, tais como a de base econômica e de impacto estático e dinâmico, ou seja, tanto impactos do lado da oferta como da procura.</p>
<p>Universidade da Tasmânia, Austrália (GIESECKE & MADDEN, 2005)</p>	<p>Assim como o estudo anterior, esse também se volta para a relação entre demanda e oferta, ou seja, tradicionalmente os estudos tem apontado que o impacto das universidades nas economias regionais se dá, supondo que aquelas atividades não existiam naquelas regiões e a análise se volta para os reflexos dessa presença a partir dali. A diferença entre os cenários antes de depois do período considerando é o que se chama de impacto. Quando se foca na oferta, analisando também os seu impactos, os gastos e benefícios com pesquisa, a taxa de retorno dos investimentos e com os benefícios da atuação direta das universidades no contexto local e regional são considerados.</p>
<p>Universidades do Norte do Paraná, Brasil (ROLIM & SERRA, 2009)</p>	<p>Trabalho realizado no sentido de produzir uma avaliação do impacto econômico a curto prazo, nas instituições de ensino superior do norte do estado do Paraná. Parte dos investimentos do Governo Federal para as IES e avalia o impacto direto através das despesas de custeio e capital, proveniente dos salários de professores e funcionários. O impacto indireto e induzido na economia regional se dá, segundo o estudo, através de vazamentos de renda, o que representa o impacto total na economia do estado. De maneira geral, o estudo não difere em termos metodológicos dos demais analisados e apresentados de maneira sintética, apontando inclusive resultados e multiplicadores semelhantes aos encontrados nos estudos de referência.</p>

Fonte: Elaborado com base nas informações de Rolim & Serra, 2009, pp. 70-78

O tratamento dado nos estudos e nas discussões sobre desenvolvimento em grande medida, se encaminham pela abordagem economicista, focada nos indicadores e instrumentos que propõem, de maneira geral, a justificativa dos processos de expansão e investimentos das universidades no contexto regional, como vetores do desenvolvimento a partir de indicadores estatísticos, fazendo-se uso de variáveis que possam apontar de maneira quantitativa o fluxo de investimentos e de capitais ali circulados.

Com raras exceções, os estudos não têm apenas convergido para o fator investimento, considerando por exemplo os ganhos advindos da oferta, tais como os que se revertem em melhorias para a região, como os investimentos em pesquisa e na capacidade das localidades se beneficiarem com as mesmas. Pouco se tem discutido nos estudos - grande parte deles realizados sob demanda dos órgãos representativos das próprias universidades - aspectos culturais e sociais dessas mudanças que acompanham a expansão das instituições, como se não fosse relevante um projeto de instituição voltado para uma visão de desenvolvimento menos centrada no crescimento econômico, porém compreendendo essas dimensões como idiossincráticas. No contexto macro em que foram realizados, chama a atenção o foco neles predominantes, sobre uma relação puramente econômica, valendo-se de conceitos keynesianos e entendendo, como no caso do Reino Unido, a universidade, ou o ensino superior, como um setor da economia, equiparado à indústria, por exemplo.

2.2 Matrizes dos estudos contemporâneos sobre universidade e desenvolvimento

Neste tópico, identificamos as matrizes dos estudos e apresentamos alternativas de abordagens que privilegiem não só os ganhos advindos dos investimentos, mas também são capazes de integrar na análise as especificidades das regiões, para delinear as concepções dos papéis a serem desempenhados pela universidade e para discutir os modelos de investimentos no contexto regional ao qual estão direcionados.

A matriz dos estudos que abordam a relação expansão universitária e desenvolvimento pela via do fluxo de capitais investidos e retornáveis, parte primordialmente da compreensão do setor ou da educação universitária como um produto. Nessa vertente, é possível identificar pelo menos duas matrizes diferentes⁵: a de insumo-produto e a da contabilidade social. Em

5 - No sentido de cristalizações metodológicas que possam ser validadas em outros contextos, recurso positivado pelas ciências econômicas.

alguns trabalhos que apresentam levantamentos e sínteses, como o de Windolf (1997) e o de Rutten & Cols (2003), é possível identificar outras perspectivas de análises, as quais tomam como parâmetros a distribuição regional das instituições, a abordagem geográfica e a análise dos percursos das instituições universitárias em países como Estados Unidos, Alemanha, Itália e Japão, na segunda metade do século XX, apontando os principais aspectos econômicos e sociais dessas mudanças.

Dentre os trabalhos consultados, o estudo pioneiro no Brasil sobre os impactos de uma universidade no contexto regional é o de Rolim & Serra (2009). Nele, os autores partem da abordagem econômica que desenvolve possibilidades de análises em termos de contabilidade do impacto das IES, focadas nas seguintes matrizes ou modelos:

Matriz de base econômica – os estudos de enfoque econômico partem da compreensão de que as atividades econômicas são consideradas básicas e não básicas e que o crescimento se dá a partir do aumento das atividades básicas, ou seja, daquelas cujo mercado se encontra fora da região, que são capazes de induzir o crescimento das atividades não básicas, ou seja, daquelas cujo mercado se encontra dentro da região. Do ponto de vista do impacto econômico são apontados pela literatura limitações de análise, pois, segundo Rolim & Serra (2009, p. 45), não é possível precisar o impacto dos gastos universitários, uma vez que o referencial multiplicador é na verdade uma média dos valores que são de toda a economia regional. Tanto pode haver uma *super*, como uma *sub* avaliação partindo desses indicadores. Outra limitação do modelo é saber se a universidade é um setor básico, não básico ou uma combinação dos dois e a dificuldade de estabelecer um percentual de ambos.

Matriz de multiplicador keynesiano – este modelo parte de uma elaboração mais complexa do modelo de base econômica, tendo como particularidade a referência às economias regionais. A ideia principal do modelo de base keynesiana é a de que a renda regional é igual ao consumo regional + investimento regional + gastos governamentais + exportações regionais – importações regionais. Possui como limitação para análise dos impactos das universidades em termos das variáveis desse modelo, “o fato de serem determinados pela demanda, não sofrerem restrições do lado da oferta e terem os preços e salários determinados exogenamente” (*idem*, p. 46).

Matriz de insumo-produto – segundo os autores citados, os modelos baseados em insumo-produto são os que apresentam maiores possibilidades e sofisticação para as análises de impacto. São instrumentos que se prestam diretamente à análise dos impactos econômicos,

tais como volume de produção e de renda e estimativas de aumento de importações, exportações e o volume de empregos gerados. As universidades são entendidas enquanto produtos e a partir dessa compreensão analisa-se o fluxo de recursos por elas movimentados.

Matriz de contabilidade social – este modelo se vale de dados provenientes da renda, fatores de produção, dados das famílias, tributos, investimentos das diversas esferas dos governos, importações e exportações e os correlaciona com as interdependências do sistema econômico. Pode ser aplicado para interpretar os efeitos da distribuição de renda e de consumo dos grupos socioeconômicos. Em relação às universidades, o uso do modelo de contabilidade social geralmente está associado com a relação de indicadores sociais que justifiquem o fluxo de recursos mobilizados e a mudança de indicadores regionais.

Matriz de equilíbrio geral computável – segundo Rolim & Serra (2009, p. 64), esse modelo se constitui atualmente do “instrumental metodológico mais moderno e poderoso na análise econômica”. Possui aplicabilidade tanto na macro como na microeconomia e no meio ambiente. Considera um sistema como interdependente, sendo nele os valores de equilíbrio determinados simultaneamente. Aplicado na análise do impacto de instituições, possibilita correlacionar variáveis dos sistemas econômicos e dos reflexos destes nas mesmas. São modelos complexos e que podem conter muitas variáveis, sendo adequados para análises regionais e multi regionais.

Nos modelos apresentados, os quais serviram de base para os estudos aqui sintetizados, houve um enfoque sobre a relação de “impactos diretos, indiretos e induzidos a curto e médio prazo” das universidades nas localidades. Essa tendência é apontada em outros estudos semelhantes como o de BOVO (2003). A necessidade de investigações nessa linha é importante também no contexto em que se desenvolveu o presente estudo, sendo inclusive uma fala recorrente nos atores, quando se referem às transformações possibilitadas a partir da chegada das universidades às regiões.

2.3 Expansão do ensino superior e os condicionantes para o desenvolvimento

É no sentido de identificação das condições ideais de participação das universidades, que se busca compreender as especificidades que as regiões apresentam para o desenvolvimento. No caso aqui analisado, o esforço de implantação do Centro de Desenvolvimento do Semiárido possui uma vinculação direta com a trajetória dos movimentos sociais no cariri paraibano e com as condições de vida dos moradores das áreas

rurais, sendo estes fatores que determinaram os processos de definição das linhas de concepção e de implementação do novo *campus* da UFCG enquanto elemento desencadeador do desenvolvimento local.

A partir da revisão dos estudos nacionais e internacionais, pensamos que uma crítica possível aos enfoques numéricos/estatísticos pode ser encaminhada considerando os embates situados no campo das relações políticas e sociais, por que não dizer culturais e específicos das relações de poder da regionalidade, os quais subjazem aos números que são apresentados, são recorrentemente sub focalizados, quando podem estar diretamente ligados às condições de subdesenvolvimento e do desempenho das economias locais e regionais.

O projeto de expansão das universidades federais no Estado da Paraíba se deu a partir de dois movimentos diferentes: um que compreende o próprio surgimento de instituições nascidas dentro do contexto de atuação regional, como é o caso da Universidade Estadual da Paraíba e da Universidade Federal de Campina Grande e outro movimento que se apresenta “puxado” pelas políticas públicas que fomentaram a expansão e reestruturação das universidades em escala nacional, com metas bastante evidentes, como a de possibilitar o acesso dos jovens na faixa etária adequada para o ingresso no ensino superior e que se encontravam fora dele.

De maneira geral, o contexto desses movimentos de expansão, não difere daquele apresentado por outras instituições no país, sendo que, na literatura especializada, o movimento de expansão do ensino universitário é focalizado a partir do “substancial crescimento que se deu a partir dos anos de 1960, em torno das instituições de ensino superior pelo mundo, particularmente nos Estados Unidos, na Alemanha, França, Itália e Japão”, conforme aponta WINDOLF (1997, p. 1).

Nesses estudos e em muitos outros discursos sobre o desenvolvimento, a educação superior tem sido apontada como um dos principais pilares que sustentam o desenvolvimento desses países nos seus aspectos econômicos, sociais e culturais. O aumento do número de instituições tem, nesses países, uma relação direta com os ganhos graduais nas taxas de acesso e de efetivação dos processos sociais ligados à educação, inclusive no que diz respeito ao ensino superior, sendo focalizados os esforços endógenos e exógenos, realizados para a transformação na direção do aperfeiçoamento, do desenvolvimento, nas esferas econômicas, políticas e culturais de cada país.

This sort of growth can be seen as *endogenous*, as it derives from forces set in motion by the educational expansion itself. (...) The expansion in university enrollment is not maintained solely by endogenous forces, but is influenced by economic and political circumstances which, in terms of the educational system, can be termed exogenous. (WINDOLF, 1997, p.3)⁶

No caso do modelo brasileiro de expansão do ensino universitário pela via das políticas públicas, há alguns aspectos que precisam ser considerados. Os resultados apontam um crescimento da taxa de matrículas no ensino superior, que as lideranças locais tendem a destacar como positivas, bem como a ampliação da presença das instituições nas regiões. No entanto, a existência de condições propícias para o desenvolvimento ser alavancado depende de mudanças estruturais, sobre as quais algumas teorias vão se debruçar.

Segundo Rolim & Serra (2009, p. 407), analisando o percurso do desenvolvimento propiciado na região norte do Estado do Paraná, “o desenvolvimento só ocorrerá se houver uma mobilização ou uma ativação das forças, das energias socioeconômicas regionais e locais”. Destacam ainda esses autores que o capital físico é importante, mas o social (humano, institucional) é indispensável para a produção de um eixo de desenvolvimento regional em um projeto efetivo” e para isso ocorrer é apenas mediante uma construção política e social.

Cada vez mais o capital humano tem sido destacado pelos órgãos de cooperação multilateral, tais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, Banco Mundial e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE. Há nesses organismos internacionais uma ideia consensual de que a valorização do capital humano se reflete em bem estar direto para as sociedades, na sua capacidade de absorção das transformações e dos avanços tecnológicos, principalmente pela via do crescimento e do fortalecimento dos processos de globalização.

Por outra via, há também a crença ou propósito de que a busca pela aproximação dos sistemas de educação a um padrão prescrito e orientado através desses organismos internacionais seja capaz de reduzir indicadores desfavoráveis, provocar impactos nas taxas de mortalidade e natalidade, bem como melhorar a distribuição de renda. Tais orientações despertam algumas indagações, no que diz respeito à produção dessas desigualdades e assimetrias e o real propósito das ações. Ou seja, se as próprias organizações multilaterais

6 *Esse tipo de crescimento pode ser visto como endógeno, já que deriva de forças colocadas em movimento pela expansão universitária (...) A expansão nas matrículas das universidades não é mantida apenas por forças endógenas, mas também é influenciada pelas circunstâncias econômicas e políticas, as quais, em termos do sistema educacional, podem ser consideradas exógenas.* (Tradução do orientador)

como o Banco Mundial, recomendam os caminhos a serem seguidos nas suas políticas de fortalecimento do capital humano, como é possível ainda existirem tantas assimetrias e desigualdades? Ou ainda, onde está a causa dessas assimetrias que não seja no próprio modo de organização capitalista?

Na compreensão das questões pertinentes à expansão do ensino superior, são apontadas por Windolf (1997, p. 3 a 18) as Teorias Funcionalistas (Capital Humano), da Competição por *Status* Individuais e a Teoria do Conflito Coletivo. A teoria do capital humano liga diretamente os processos sociais aos ganhos ou perdas de espaços institucionais mediante as crises ou recuperações da capacidade dos mercados. Dessa forma, a expansão das universidades seria também reflexo dos avanços e dos investimentos possibilitados a partir de condições favoráveis no âmbito das transformações globais.

Ao contrário da teoria do capital humano, a da competição por lugares cada vez mais escassos situa a explicação na esfera do sujeito e no desenvolvimento de suas habilidades. As duas teorias de expansão educacional se apresentam contrastadas, sobretudo, pela relação de “integração/dissociação” (*idem*, p. 12). Ou seja, a teoria do capital humano propõe a integração do mercado com as universidades a fim de fortalecer os seus processos de sustentação, enquanto a da meritocracia defende a ocupação desses espaços por pessoas mais qualificadas, sedo que o mercado absorva apenas quem foi capaz de desenvolver as habilidades que lhe interessam. De fato, o mercado absorve apenas os profissionais que podem ser favoráveis ao seu crescimento e manutenção. No entanto, a perspectiva de afirmação do sujeito e dos processos de autonomia implicam o desenvolvimento das habilidades para além de um campo de necessidades prescritas fora desse sujeito.

A terceira teoria para explicar a expansão e o aumento da demanda pelas universidades, a do Conflito Coletivo, tem uma matriz na sociologia de Weber, quando trata dos grupos sociais em busca de afirmação e de disputas por espaços de influência social e política (*cf.* WINDOLF, 1997).

Para além das disputas por afirmações situadas no campo das subjetividades, há entre os grupos religiosos, políticos, empresariais, étnicos, acadêmicos e dos movimentos sociais uma demanda pela emancipação desses grupos e participação nos processos decisórios da sociedade. Isso parece ter assumido uma influência muito forte, sobretudo nas justificativas para a implantação de várias políticas governamentais que favorecem a grupos específicos,

fruto de embates políticos e sociais travados pela ocupação de espaços nas universidades, como é o caso da lei das cotas (raciais, sociais, *etc*).

Essas teorias não são totalmente excludentes. Ponderamos aqui inclusive que os processos de expansão possam ser entendidos a partir da integração de todas elas. O processo de crescimento das universidades pode tanto ser reflexo da luta de grupos da sociedade por espaços simbólicos, bem como reflexo de uma demanda situada nos processos econômicos que se valem dos sujeitos que ofereçam oportunamente as melhores condições de preparação e adequação às leis do mercado. Este último inclusive cria demandas que são postas às instituições de ensino e de pesquisa como desafios para a preparação dos sujeitos adequados às suas necessidades, tais como um domínio intenso dos saberes necessários aos complexos processos de integração das economias locais e global.

Os desafios na prática, quando se analisa as experiências de desenvolvimento a partir da conjuntura internacional e regional, apontam que os obstáculos mais significativos na organização de um eixo de desenvolvimento regional estão situados na esfera social e não nas condições de que as instituições de ensino e pesquisa possam fornecer esses instrumentais técnicos e humanos necessários, com a “falta de confiança das lideranças da comunidade para a construção de um projeto de interesse comum e as poucas condições políticas de se criar um ambiente de cooperação” (ROLIM & SERRA, 2009, p. 408).

O próprio ambiente globalizado, contraditoriamente dificulta por parte das lideranças locais as iniciativas concebidas para serem sustentáveis e efetivamente vinculadas com um projeto de desenvolvimento local que fuja de uma linha de interesse capitalista, tais como o foco na participação dos fluxos de capitais mobilizados regionalmente em função dos investimentos, mais até mesmo do que as efetivas contribuições culturais e sociais que as instituições universitárias estão inclusive legitimadas a oferecerem.

2.4 Resultados e desdobramentos da expansão

Segundo Porto e Régnier (2003, p. 17 a 38), a expansão do sistema de ensino superior em escala mundial abriu uma arena em que se situam diversas naturezas de instituições denominadas sem fins lucrativos, filantrópicas ou instituições criadas por investidores que objetivam conseguir lucros segundo as normas de empresa e do mercado. Aliado a essa abertura e possibilidade de exploração através de diferentes naturezas, liga-se

fundamentalmente outro debate que é como possibilitar que essa abertura e intenso processo de interiorização e expansão, possam garantir as mesmas normas de qualidade.

Por parte tanto do sistema público, como do sistema privado, emerge a questão do financiamento e da maneira de sustentar a expansão, especialmente quando se considera a pouca disponibilidade de recursos e o aumento dos custos graduais, uma vez que a questão do provimento das condições de ensino e de pesquisa, não está apenas no fato de estar presente uma instituição na região. Isso é, sem dúvida, o ponto inicial, mas o que situa a instituição como capaz de responder prontamente as demandas são os constantes e crescentes investimentos em pesquisas e desenvolvimento de novas tecnologias, capazes de fazer com que as ações possuam cada vez mais uma interlocução com outros agentes de desenvolvimento regional, atuando em um a agenda que estabeleça os parâmetros do desenvolvimento nas regiões.

Tudo isso exige a busca de novos modelos de gestão dos estabelecimentos, articulando necessidades locais e regionais com uma orientação mediada por órgãos como o Ministério da Educação, INEP, Sistemas de avaliação de qualidade (ENADE, ENEM, dentre outros), aliados com as determinações e o cumprimento de metas e acordos internacionalmente postos como condições de celebração de cooperação econômica entre os demais países.

Uma consequência visível que é apontada como tendência de transformação na estrutura do ensino superior tem sido a massificação do ensino através de um encurtamento do tempo de formação superior, caindo pela metade em termos de tempo de formação. Esta tendência é notada em países como Estados Unidos, representando assim mudanças tanto quantitativas, quanto qualitativas (PORTO & RÉGNIER, 2003). No caso brasileiro, a implementação da educação à distância, bem como a forte presença dos Institutos Federais de Educação no interior dos estados, merecem inclusive uma investigação à parte, pois estão diretamente ligados aos objetivos estabelecidos para o país e as regiões em termos de acesso à formação superior.

O próprio modelo de universidade surgida e apoiada pelos movimentos sociais e voltada para uma determinada demanda, como se apresenta o caso em apreciação, surge também como um desdobramento do processo de expansão. Segundo Porto e Régnier (2003, p. 19), esse processo também tem sido marcado pelo surgimento de novos protagonistas, tais como as universidades corporativas, patrocinadas por empresas e organizações, visando a otimização dos seus quadros, as empresas instrucionais que são empresas terceirizadas à

serviço das universidades, especializadas em determinados nichos de conhecimento, dentre outras mudanças.

Por outra via, a expansão também possibilita uma maior abertura da universidade para além do seu paradigma clássico de ensino, pesquisa e extensão, passando a oferecer serviços nos quais a comunidade passa a ser objeto de sua ação mais amplamente difundida. Esses serviços e atividades são mediados tanto por agentes políticos, bem como pelo próprio mercado. Dessa maneira a universidade também tem se encaminhado no sentido de uma maior visibilidade e vulnerabilidade diante da sociedade, se transformando em foco de expectativas e cobranças no campo do desenvolvimento regional.

Outra necessidade posta tem sido o desafio da formação continuada. Diversos profissionais têm recorrido a uma complementação de sua formação, quase que obrigatoriamente, em função da própria demanda de pessoas altamente qualificadas, seja para preservar os seus postos de trabalho, seja no sentido de buscar novos espaços de realização e ascensão profissional. Essas formações também denotam a interconexão entre os saberes e a fluidez do espaço de aprendizagem, que cada vez menos se restringe a um espaço clássico de ensino e pesquisa.

2.5 A responsabilidade das universidades diante das necessidades regionais

A capacidade das universidades responderem às demandas regionais é influenciada pelas inter-relações situadas em diversas escalas geográficas e no legado histórico de cada universidade (CHATTERTON & GODDARD, 2009, p. 20). Conforme esses autores, os formuladores de políticas de desenvolvimento com a participação das universidades precisam levar em concepção as demandas postas às instituições e as reais capacidades das mesmas oferecerem respostas a essas demandas.

Tem sido recorrente no debate acerca da relação entre a expansão universitária e o desenvolvimento regional/local, a ideia de que para a universidade ou qualquer instituição de ensino superior oferecer a sua contribuição, atuando em um sistema de inovações (COOKE & MORGAN, 1998 *apud* ROLIM, 2000), ela deve ser capaz de estimular a formação de uma nova cultura, a disseminação do conhecimento técnico e científico de alto nível dentro do universo de relações políticas, econômicas e sociais situadas no contexto regional/local.

Nesse sentido, a universidade e a sua ação esbarram em outra problemática, a de *territorialidade*. As universidades se configuram como instituições autônomas, podendo então

por essa prerrogativa expandir a sua atuação, tanto nos níveis regional, local, nacional ou transnacional.

*Territoriality is an extremely complex and problematic concept for HEIs. Universities, in particular, exist as autonomous institutions which are often characterised by low levels of local territorial embeddedness, regulation at the national level, and preoccupation with international and national academic and research communities. (CHATTERTON & GODDARD, 2009, p.20)*⁷

A questão da governança nas universidades e a submissão a normas e planos de expansão mediante financiamento e investimentos dos governos federais é outro agravante para a questão territorial das universidades. Em tese, não se expande por haver em dadas regiões uma potencialidade ou um eixo de desenvolvimento no qual as universidades possam se integrar, porém no caso da expansão via política pública com essa finalidade, há uma clara orientação financeira inclusive sobre a questão das cotas de inclusão, como ganhos diretos ao orçamento das universidades. A própria lei que regulamenta o REUNI e as leis de cotas são exemplos desses incentivos para além do orçamento regular ofertados às universidades.

Art. 2º O Programa Diversidade na Universidade será executado mediante a transferência de recursos da União a entidades de direito público ou de direito privado, sem fins lucrativos, que atuem na área de educação e que venham a desenvolver projetos inovadores para atender a finalidade do Programa. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, LEI 10.558 DE 13 DE NOVEMBRO DE 2002)

A complexa noção de territorialidade parece ser também uma problemática da própria noção de desenvolvimento regional, considerando as dificuldades de se consolidar um modelo de desenvolvimento para uma região, quando há uma clara orientação sobretudo por parte dos chamados *policy makers*, ou seja, dos formuladores dessas políticas públicas, quais sejam os objetivos conhecidos de uma clara adaptação às leis do mercado, como se evidencia nas próprias orientações dos planos de educação enquanto reflexo das orientações internacionalmente concebidas a partir de agendas orientada aos países em desenvolvimento.

Mesmo diante das dificuldades conceituais de se abordar a questão das universidades e do desenvolvimento sob o prisma territorial, a literatura tem apontado o sentido das respostas oferecidas às necessidades regionais. A principal resposta tem sido na mudança das estruturas de governança das instituições, conforme apontam Chatterton & Goddard (2009). Essas estruturas têm sido flexibilizadas, sendo então distribuídas em subunidades, como é o caso do estudo desenvolvido no Brasil por Oliveira (2009), que aponta uma mudança da cultura

⁷ *Territorialidade* é um conceito extremamente complexo e problemático para Instituições de Ensino Superior. As universidades, particularmente, existem como instituições autônomas as quais são frequentemente caracterizadas por baixos níveis de envolvimento local, pela regulação em nível nacional e por preocupações com comunidades acadêmicas e de pesquisa em níveis nacional e internacional (Tradução do orientador).

organizacional em universidades tradicionalmente focadas no modelo de concentração dos esforços de ensino, pesquisa e de extensão como a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Estas mudanças estão ocorrendo, não apenas no modo de organização das estruturas curriculares dos novos cursos, bem como têm se voltado para a ação de pesquisa e oferta de serviços às localidades. A mudança tem sido apontada também como reflexo das transformações ocorridas durante o século XX, nos processos de formação das elites, dos quadros de agentes públicos, industriais e cidadãos civis, nos quais hoje se requer uma ação que também possa ser estendida para outros grupos, surgindo assim a emergência de outros estratos da sociedade que disputam tais espaços de formação dentro das universidades. Desse modo, “o contexto para a oferta de educação tem mudado como resultado das demandas postas às universidades pela criação de um sistema mais eficiente de gestão e oferta de serviços” (CHATTERTON & GODDARD, 2009, p. 28).

Estas mudanças por sua vez, resultam direta e indiretamente de uma condição posta pelas transformações globais, sobretudo na relação entre demandas regionais e mercado de trabalho e do *status* do conhecimento na sociedade capitalista. A chamada *sociedade do conhecimento (learning society)*, instaura nas instituições de educação o desafio de possibilitar a formação de sujeitos cada vez mais capazes de mobilidade e competitividade nas disputas do mercado de trabalho, hoje compreendido como um ambiente fluido e de exigências mutáveis, a fim de manter uma mesma regra: a eficiência dos processos de gestão para assegurar maior lucratividade.

Outra mudança notada diante da necessidade de respostas mais rápidas para o desenvolvimento mediante a educação, tem sido um encurtamento do tempo de formação, com o planejamento de cursos de curta duração, e a busca pela eficiência dos meios disponíveis, como as formações à distância. Esta também tem sido uma alternativa adotada inclusive no planejamento das novas unidades dos *campi*, que assim flexibilizam o acesso aos cursos, possibilitando a existência de convênios entre órgãos públicos e privados, visando a eficiência dos processos de gestão e de formação.

Estas e outras mudanças na estrutura das universidades regionais ocorrem principalmente pela busca de um sistema regional de formação em vários países do mundo, possuindo algumas variações. No entanto, o que se mantém é a reunião de universidades, escolas, organizações públicas, sindicatos e empresas, na tentativa de otimizar o capital humano disponível nas regiões e com isso estimular o desenvolvimento.

Quanto à pesquisa, tradicionalmente as universidades a tem realizado através da implantação de parques tecnológicos, transferência de tecnologias produzidas nas universidades e patenteada para uso de empresas públicas e privadas, sendo estas as formas mais comuns. No contexto regional, essas iniciativas não devem ser vistas como “panacéia para o desenvolvimento” (CHATTERTON & GODDARD, 2009, p. 33), pois há um longo caminho a ser percorrido entre a transferência de tecnologia e o aumento líquido da riqueza e a efetiva mudança das práticas, processo que os autores consideram bastante complexo.

O desafio básico parece ser a consolidação da pesquisa dentro das próprias universidades e segundo Gilberto Velho (2004, p. 75), dentro do próprio país, pois há um consenso de que o sistema de pós-graduação e de pesquisa brasileiro é o melhor no hemisfério sul, no entanto, não tem a importância devida mesmo dentro do próprio País. Isso se reflete na dificuldade das instituições financiarem suas pesquisas e mais ainda, na dificuldade de aproximar as populações daquilo que é desenvolvido no contexto das universidades, traduzindo-se em ganhos que possam ser usufruídos por uma grande parcela da sociedade. Há ainda a concentração da pesquisa nas universidades públicas e delas também é exigida a adequação de programas de ingresso às necessidades do aumento dos níveis de acesso dos alunos aos cursos superiores, considerando que é a qualidade total do sistema de educação que precisa ser elevada no seu todo, a fim de que esses ganhos se tornem inerentes ao próprio modelo de sistema educacional, sendo impulsionados “endogenamente” (WINDOLF, 1997).

Os serviços ofertados à comunidade tradicionalmente se concentram em acesso a oportunidades de formação em cursos e às ações de pesquisas produzidas com a participação das IES. Um exemplo da importância desses serviços está principalmente no papel que exercem os hospitais universitários na pesquisa e no tratamento de diversas doenças de média e de alta complexidade, vinculados à rede pública de saúde, sendo muitas vezes, quase na totalidade delas a única alternativa que as camadas populares possuem, sem contar que os grandes centros de pesquisa, mesmo não se tratando de instituições que façam parte diretamente da estrutura das universidades, são por ela subsidiados.

No entanto não são apenas essas ações pontuais que formam o terceiro eixo de sustentação das universidades, a *extensão*. Facilidades de acesso a acervos, museus, bibliotecas, esportes e artes de uma maneira geral, também constituem parte desse eixo que liga a demanda de novos conhecimentos a serem ofertados pelas instituições à produção de alternativas situadas no campo da investigação científica.

Esta sessão apresentou algumas considerações sobre a contribuição das universidades às demandas regionais em termos de ensino, pesquisa e de extensão. São notadas várias barreiras dentre elas a trajetória histórica das universidades e a estrutura econômica de crescimento das regiões. No entanto muitos avanços podem ser apresentados. Dentre eles, uma importante mudança nas estruturas organizacionais das universidades, que cada vez mais tentam se aproximar dos contextos de mudança local e regional, propondo alternativas de enfrentamento dos desafios regionais, através da mudança das culturas paternalistas e da consideração das dinâmicas locais.

Como base desses cenários de mudança, há de se destacar a crescente importância da formação de alta qualidade, proporcionada pelas universidades, principalmente com a evolução experimentada ao longo do século XX, impulsionadora do crescimento da participação dos diversos grupos nas decisões sobre os rumos da sociedade. Esta mudança se dá no papel que a meritocracia assume atualmente diante do chamado processo de burocratização e racionalização posteriores à revolução industrial (MEYER 1978; SCHLUCHTER, 1979 *apud* WINDOLF, 1997, p. 125).

Embora no contexto das transformações locais seja notada a presença atuante de grupos nas decisões políticas de implantação das novas unidades educacionais, o que Windolf (1997) compreende a partir do pensamento de Weber (1956), é uma reconfiguração diante do novo cenário em que emerge a necessidade de qualificação constante. Nesse sentido, a universidade seria o espaço pelo qual a sociedade burguesa “*refeudalizaria*” a classe estruturante. No contexto da sociedade feudal, Weber assinalava que a modernização da estrutura administrativa do Estado não teria sido possível sem o treinamento dos cidadãos civis, sendo a emergência da meritocracia uma consequência da própria burocratização.

Essas transformações são consequências de um cenário de mudanças constantes situadas na esfera dos processos econômicos. Isso se nota nos planos e projetos de expansão, nos quais o chamado período de globalização fortemente intensificado nos anos 1990 implicou no planejamento de políticas públicas voltadas para a regionalidade e a produção de alternativas locais de desenvolvimento. Assim também foram encaminhadas as políticas de expansão, não apenas enquanto efetivação dos direitos dessas populações locais à qualificação e à educação, mas principalmente enquanto uma transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade no que se refere ao delineamento dos rumos do seu desenvolvimento, assim

como ocorria com o processo de privatizações a transferência da responsabilidade do Estado para a iniciativa privada.

2.6 Discurso, ideologia, desenvolvimento e desenvolvimentismo: elementos da crítica para a proposta do estudo

A nossa argumentação se vale de alguns conceitos os quais devem ser justificados. Na medida em que pretendemos verificar as matrizes dos discursos sobre a relação universidade e desenvolvimento mobilizados no caso aqui estudado, é necessário apresentar a noção de *discurso* e a de *práticas discursivas*, a partir de vários autores, os quais partem de recortes epistemológicos diferentes.

Duas posturas principais servem para situar a maneira como a noção de discurso será aqui utilizada: uma com base no conteúdo manifesto tratado como “verdade” e outra que procura relativizar o discurso, ponderando as diversas significações e contextos em que um mesmo pode ser expressado. Surgidas como resultado do movimento produzido nas ciências humanas, objetivando a compreensão dos fenômenos sociais a partir do esforço exaustivo de compreensão de um texto⁸, com base no conteúdo ali supostamente representado. Esta postura afastaria ao máximo a subjetividade, perseguindo uma ilusão por parte do cientista de uma certa neutralidade, capaz de produzir um olhar completamente independente da sua postura e visão de mundo.

Este paradigma de análise teve, segundo Rocha e Deusdará (2005), um contraponto na história da análise de conteúdo e do discurso, a partir dos anos de 1960, quando se revelaram insuficientes as possibilidades de criação de uma significação profunda, um sentido estável atribuído pelo locutor naquilo que era por ele proferido. Emergia então, para os citados autores no período demarcado, a necessidade de que as abordagens de fenômenos sociais que passam pela via da compreensão dos seus agentes, a fim de que pudessem “articular no plano discursivo, a linguagem e a sociedade, atravessadas pelo contexto ideológico” (p. 308).

Essas noções são importantes para a análise pretendida no presente capítulo, uma vez que não se está desprezando a contribuição oferecida pelas universidades ao desenvolvimento dos países e das localidades, tomando-se isso como uma “verdade”, algo que poderia ser contemplado com a análise do conteúdo expresso pelos dirigentes e pelas populações das

8 Aqui referido como uma possibilidade de fala, de uma leitura de um dado fato ou fenômeno social.

localidades como algo positivo e constatável através de instrumentais metodológicos apropriados, mas buscando o objetivo de compreender a maneira como as concepções de universidade e de desenvolvimento são articuladas a partir dos seus agentes e de parcelas da sociedade e de como são ideologicamente justificados tais discursos, tomando-se por base os percursos das políticas públicas de educação e no plano econômico.

De acordo com Fischer (2001), para analisarmos os discursos na perspectiva foucaultiana, precisamos, antes de tudo, recusar as explicações que soam de maneira consensuais ou “unívocas”, que encerram em fáceis explicações ou que permitam interpretações facilmente racionalizáveis, bem como se deve recusar a busca por um sentido último, um sentido oculto no discurso. O discurso deve emergir com a sua complexidade, sendo necessário ao pesquisador realizar a difícil tarefa de um aprendizado representado nas ciências pelo desejo de conhecimento de uma verdade anterior ou posterior à existência do próprio discurso⁹.

O que é mais desalentador para os que perseguem a apreensão de uma “verdade” ou um “sentido” pelo discurso, é que na perspectiva apontada por Fischer (2001, p. 198), “não há nada por trás das cortinas e nem sob o chão que pisamos, a não ser as relações e os enunciados que o próprio discurso põe em funcionamento”. Analisar um dado acontecimento pela via do discurso então nada mais é do que situar histórico e politicamente o mesmo e compreender que para além do discurso ali se situa um território de práticas, perpassado por relações de poder e saber que findam por se implicarem mutuamente.

Passaremos daqui por diante a entender a relação entre universidade e desenvolvimento como uma formação discursiva de pelo menos um enunciado: a ideia, subjacente nos planos e propostas de expansão analisados, de que a universidade possui correlação direta com o desenvolvimento econômico, social e cultural das localidades. Além disso, esse enunciado faz parte das falas dos próprios atores ouvidos em nosso levantamento de dados, estando também presentes nos documentos em que se apresenta o processo de expansão das universidades públicas da Paraíba. Este e outros enunciados, certamente são constituídos de signos e de palavras.

Nesses enunciados destaca-se o valor que a educação assume nos processos de desenvolvimento social, sendo situada como condição ou pré-condição para que as ações

9 Na perspectiva de Foucault, é preciso ficar, ou tentar ficar simplesmente no nível das palavras, das coisas ditas.

positivas possam ser desencadeadas no contexto das regiões. A condição dos enunciados se vale, segundo Fischer (2001), de quatro elementos básicos, os quais procuramos identificar em relação às formações discursivas acerca da associação entre universidade e desenvolvimento.

1 – O primeiro desses elementos é a própria referência à instituição, como vetor de desenvolvimento, associada sempre a uma mudança de paradigmas e à capacidade de alavancar via processos de formação de novas posturas, mediante a maior qualificação, pela capacidade de iluminar novos conhecimentos sobre as práticas cristalizadas de relação dos sujeitos com o seu ambiente - o próprio semiárido - com as suas condições supostamente adversas, que carecem de formas de esclarecimento e de alternativas de desenvolvimento econômico a partir e não apesar de suas particularidades.

2 – O segundo elemento é o fato de haver um sujeito (ou sujeitos) que pronuncia (ou pronunciam) esse enunciado, ou seja, o papel assumido pelas lideranças locais, pelos movimentos sociais, setores da imprensa e pela classe política regional de uma maneira geral, na vocalização da crença de que efetivamente a instituição poderia ali desempenhar um papel importante no âmbito da formação e da geração de receitas para o município e para a região, aumento dos seus indicadores positivos de população e renda, diminuindo o abismo existente entre os grandes centros de formação e pesquisa, bem como o desenvolvimento de ações pontuais que possam melhor assistir a comunidade não apenas acadêmica, mas ao conjunto da população.

3 – O terceiro elemento da existência e natureza discursiva dos enunciados é o fato deste não se apresentar isolado, mas sempre possuindo uma correlação com outros enunciados, pertencentes à mesma matriz, à mesma formação discursiva. A própria agregação da noção de *desenvolvimento sustentável* dá indícios desta matriz/formação mais ampla em cujo âmbito os discursos sobre a relação entre universidade e desenvolvimento vão sendo constituídos e nela comportados. Não apenas em relação à universidade, mas principalmente no campo da relações econômicas, a tônica do desenvolvimento pela via das localidades, tem sido o argumento posto à empresas e organizações sociais, tudo com referência à busca de “sustentabilidade”. Além disso, a noção discursiva para um desenvolvimento situado numa rede, numa cadeia de atores que possam realizar esforços e ações com vistas à melhoria do seu acesso aos direitos sociais e às garantias fundamentais de participação das cidades pequenas, médias e de grande porte em um projeto de desenvolvimento.

4 – E o quarto elemento estruturante de um enunciado é a própria materialidade do mesmo, ou seja, a reversão dos indicadores, a constatação de programas de ensino e pesquisa com a temática das “necessidades regionais”, o aumento do fluxo de pessoas e de capital investido, como argumento primordial para a defesa da presença da instituição na cidade, situando e justificando a luta travada internamente por setores da sociedade, grupos de empresários e agentes políticos em sua defesa. Isso se reflete diretamente na própria imagem construída através e pela mídia de que as ações eficazes com vistas ao desenvolvimento só podem ser efetivadas mediante o desejo das populações em modificar esses quadros, crença esta disseminada principalmente no meio acadêmico, que para tanto precisa antes de tudo, situar social e politicamente a construção desses enunciados.

A descrição dos mesmos requer antes a compreensão de suas especificidades, situando os mesmos como um acontecimento, em um dado contexto de tempo e de lugar. As formações discursivas são apontadas como relações que prescrevem o que deve ser relacionado com uma prática discursiva (FOUCAULT, 1986 *apud* FISCHER, 2001, p. 203). Dessa maneira, há dentro de um determinado discurso, por exemplo, o da *sustentabilidade*, uma coerência dos elementos que se acoplam a essa noção, como a ideia de desenvolvimento fomentado a partir da atuação de atores e de instituições em diálogo com a formação discursiva do macrossistema econômico capitalista.

Os elementos que estão fora dessa formação discursiva, não podem vir à tona, ou não são comportados pela mesma. Um exemplo disso é a univocidade produzida em torno do próprio desenvolvimento sustentável com a participação dos atores locais. Quem ousaria questionar a capacidade da universidade gerar desenvolvimento no contexto regional por esta via? Mais ainda, quem ousaria questionar para qual modelo de sociedade essas mudanças ou esses avanços assim se constituiriam? Em que medida as populações situadas no nível das necessidades elementares se beneficiam das pesquisas desenvolvidas no contexto acadêmico? Ou indo a outro extremo: qual o uso que os “grandes”, os “poderosos”, na acepção de Chauí (1984), fazem do que é produzido nesse mesmo contexto?

A formação discursiva dominante é indubitavelmente ligada à própria lógica do sistema de relações econômicas/políticas/simbólicas vigentes, condicionando as relações sociais pelo modo de produção econômico/político/simbólico/lingüístico, no sentido apontado por Marx na *Ideologia Alemã* (1976) e por Bourdieu, nos seus “O Poder Simbólico” (2007) e “A Economia das Trocas Simbólicas” (2007). As formações discursivas que comportam

determinado direcionamento, qual seja a natureza das políticas de desenvolvimento e educação se situam dentro de um espaço discursivo comportado pelo discurso da educação, da sustentabilidade e do progresso econômico. Não atuam como sistemas fechados em si mesmos, conforme aponta Fischer (2001, p. 203), mas regidos pelo “princípio de dispersão e de repartição” dos enunciados, ou seja, algo que tanto seja válido para o discurso da sustentabilidade como também para o discurso das iniciativas por conta das universidades nos contextos local e regional.

2.7 O caso do Estado da Paraíba e a atuação das universidades em uma proposta de desenvolvimento regional

O destacado papel das universidades públicas vinculadas ao desenvolvimento regional no estado da Paraíba segue uma trajetória desde a federalização da Universidade da Paraíba, passando pela criação da Escola Politécnica, bem como pela criação da Universidade Federal de Campina Grande, com seu destaque no setor de tecnologia e a presença massiva da Universidade Estadual da Paraíba em praticamente todas as regiões do Estado. Os anos de 1950 e 1960 foram decisivos para a formação de uma cultura de vinculação da presença das instituições de ensino superior com o desenvolvimento a ser produzido no Estado da Paraíba.

Esta mudança foi influenciada por diversos fatores e por uma conjuntura que se desenhava não apenas no contexto local e regional. Tais movimentos ocorrem ao lado da criação de organizações também surgidas no intuito de valorização da ciência e da tecnologia enquanto indutores de desenvolvimento, a exemplo da Fundação Parque Tecnológico e da ATECEL, dentre outras que cumpriram e ainda cumprem importante função ligada ao desenvolvimento de novas iniciativas com o apoio ao surgimento de ações empreendedoras no campo da ciência e tecnologia no Estado, como a Federação das Indústrias e a FAPESQ.

O discurso hegemônico afirma que as universidades assumem em qualquer contexto um importante papel e possuem igualmente uma missão relevante no desenvolvimento. No caso do Estado da Paraíba, as ações pioneiras como a criação da Escola Politécnica na cidade de Campina Grande, de acordo com Lima (2010, p. 113), surgem como um projeto que envolve diretamente as “elites” como um conjunto de classes e frações de classe que possuem hegemonia econômica, política e cultural, a qual se traduz no poder que esses grupos possuem em determinar os rumos a serem tomados nesses campos.

A concentração de poder ou dos espaços simbólicos de exercício dos mesmos, sendo o espaço acadêmico um destes, talvez um dos mais importantes, tem sido ao longo das décadas

passadas até mais recentemente, alvo de iniciativas que se encaminham no sentido de abordar a questão do desenvolvimento no Estado da Paraíba a partir de uma via ou de um modelo proposto pelo próprio sistema econômico global, que cada vez mais implica o contexto local e regional nas iniciativas em prol do desenvolvimento articulado e discursivamente *sustentável*.

A história da relação entre universidade e desenvolvimento na Paraíba está intrinsecamente vinculada ao processo de industrialização e à consolidação de importantes segmentos de atuação nesse campo no nível regional, como a Federação das Indústrias da Paraíba e a presença dos incentivos fiscais da própria SUDENE. Estes por sua vez não se tratavam de incentivos que pudessem se considerar suficientes para situar a região na dinâmica do processo de industrialização que ocorria no sudeste, voltadas para a produção de bens duráveis e de transformação, ao passo que no interior do nordeste havia um foco voltado para a transformação de recursos locais e regionalmente produzidos tais como beneficiamento do algodão, do couro e produção de óleos vegetais (*cf.* LIMA, 2010, p.116). Tratavam-se de culturas que poderiam sofrer variações e que dependiam grandemente de incentivos que pudessem contornar a emergência de crises de produção.

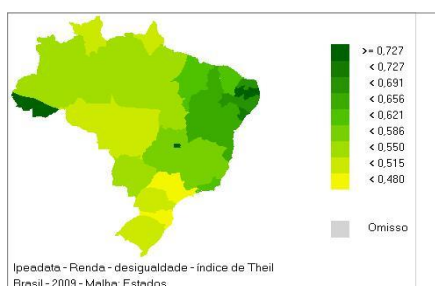
A cidade de Campina Grande assumia no contexto cultural um importante papel ligado à participação da intelectualidade na formação de um protagonismo ligado às transformações culturais e valorização de uma classe que se desenvolvia e se consolidava. A busca pelo desenvolvimento era naturalmente a busca do crescimento e do fortalecimento dos anseios dessa classe. E disso a universidade não estaria de modo algum isenta, ao contrário, foi exatamente a partir do fomento de uma cultura acadêmica, da formação de espaços de convergência de ideias e de espaços onde a cultura local dialogava com o que ocorria no restante do País, que os valores do próprio sistema econômico e cultural nacional e internacional puderam ser ali reproduzidos e consolidados.

Segundo Cardoso (1978), o período compreendido entre os governos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros foi atravessado pelo que autora chama de “desenvolvimentismo ideológico”, pensamento este que se dissemina por todas as esferas do Estado, guardando as suas raízes nos processos de expansão do próprio capitalismo financiador da maior parte da estrutura industrial brasileira. De igual modo, repercute regionalmente esse pensamento nos próprios anseios das classes diretamente ligadas a essas transformações, manifestando-se na crença que circulava nesse mesmo período no âmbito da intelectualidade do Estado da Paraíba, principalmente entre aqueles personagens ligados à política e ao desenvolvimento, de

que as potencialidades regionais e “a atitude do homem sertanejo diante da técnica e da ciência seria capaz de fornecer-lhes o instrumental necessário para romper com o ciclo de miséria e do subdesenvolvimento” (LIMA, 2010, p. 153).

Eram visões otimistas, inspiradas pelo ponto de vista de que os processos de desenvolvimento econômico e tecnológico representariam uma melhoria significativa na vida da população, o que infelizmente não se concretizou, na medida que atualmente a Paraíba é o Estado com a segunda maior concentração de renda do País, aparecendo junto ao Estado do Acre nesse *ranking*, segundo dados do IPEA do ano de 2009 atualizados em 2011.

GRÁFICO 2 – Renda – Desigualdade – Índice de Theil¹⁰. Frequência: Anual (2009).



Fonte: IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>

Diante deste cenário, sendo apenas uma das facetas do problema e dos desafios para o desenvolvimento do Estado, os dados ainda mostram que praticamente não houve nos últimos trinta anos nenhuma mudança significativa nesses patamares (provavelmente os mesmos fluxos de renda são mantidos, mesmo que haja o aumento geral da renda total do Estado) e que a diferença de renda é ainda mais discrepante quando se comparam as renda por domicílio e não apenas entre Estados. Nessa situação a Paraíba aparece em 1º lugar, com um índice de 0,832 contra 0,797 do Acre, ou seja, lá a renda apesar de discrepante em relação aos demais Estados é distribuída de maneira mais equânime internamente (*cf.* IPEA, 2011)

Recentemente no Estado da Paraíba vem sendo implementado um fórum de discussões sobre a questão do desenvolvimento disseminado pelas microrregiões, conhecido como “Caminhos para o Desenvolvimento da Paraíba” com a participação direta da Universidade Federal da Paraíba. A iniciativa teve espaço a partir da instauração de discussões setorializadas e com vistas à posterior implantação de um organismo de atuação regional capaz de coordenar e

10 - Mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. É o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica das rendas individuais, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre os indivíduos e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo. Para seu cálculo, excluem-se do universo os indivíduos com renda domiciliar per capita nula.

conduzir programas que *aproximem as populações locais dessas microrregiões do estado de uma proposta de desenvolvimento que se encaminhe na superação dos desafios de crescimento*, tendo como meta o *soerguimento da economia* (UFPB, 2011).

Conforme apontamos em outras passagens do texto, essas iniciativas precisam ser interpretadas como surgidas dentro de um contexto onde as condições já estão previamente acordadas. Assim tem sido inclusive com a própria criação do Centro de Desenvolvimento do Semiárido, surgido dentro do contexto da política de expansão universitária, incentivada pelo Governo Federal no início da década de 2000. No caso do fórum que se instaurou recentemente no Estado da Paraíba, com vistas à discussão pela via das instituições de ensino e de pesquisa, capitaneado pela Universidade Federal da Paraíba, trata-se de uma articulação política institucional, previamente em curso, inclusive com aprovação orçamentária da ordem de 14.500.000,00 reais, através de emendas diretas na Câmara dos Deputados no ano de 2010, com vistas à instalação do Instituto UFPB de Desenvolvimento da Paraíba (o que ocorreu no segundo semestre de 2011).

A maneira operativa pela qual a universidade atua nesse contexto é através da produção de diagnósticos das perspectivas econômicas do estado nos seus diversos setores, fóruns de discussões e de disseminação da meta de *integração com a sociedade*, reunindo o que há de mais significativo no campo da produção acadêmica sobre desenvolvimento (UFPB, 2011) . Ou seja, as condições pelas quais foram produzidas as assimetrias que colocam o Estado como um dos que apresentam indicadores mais desfavoráveis não são condições recentes, segundo apontam as estatísticas oficiais. E mais ainda, não houve, a despeito de outras possibilidades de participação dos governos e instituições até mesmo de atuação regional, como o caso do DENOCS e a SUDENE uma significativa mudança na estrutura de distribuição de renda do Estado.

A perspectiva diagnóstica adotada ressalta os recursos naturais, as potencialidades turísticas, as potencialidades industriais e de serviços, aliados a uma proposta de *integração com a sociedade*. Um dos fatores mais destacados nos dados que foram apresentados anteriormente é sobre a grande concentração de renda que o Estado apresenta e praticamente da imobilidade da economia estadual, por pelo menos três décadas.

TABELA 2 – Renda – Desigualdade – Coeficiente de Gini¹¹. Frequência anual – 1990-2009.

Estado	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Alagoas	0,574	0,583	0,633	0,644	0,635	0,623	0,619	0,588	0,607	0,606	0,608	0,575	0,566	0,627	0,605	0,583	0,572
Bahia	0,647	0,594	0,642	0,606	0,635	0,612	0,596	0,585	0,594	0,592	0,591	0,556	0,554	0,557	0,557	0,560	0,556
Ceará	0,627	0,605	0,628	0,617	0,629	0,624	0,618	0,613	0,612	0,590	0,569	0,576	0,578	0,548	0,549	0,539	0,544
Maranhão	0,563	0,525	0,607	0,579	0,601	0,619	0,605	0,575	0,574	0,567	0,576	0,609	0,521	0,595	0,555	0,521	0,538
Paraíba	0,655	0,590	0,649	0,615	0,599	0,633	0,640	0,656	0,597	0,601	0,568	0,595	0,581	0,565	0,598	0,587	0,591
Pernambuco	0,602	0,588	0,621	0,574	0,605	0,593	0,598	0,604	0,617	0,609	0,590	0,607	0,587	0,582	0,560	0,566	0,554
Piauí	0,666	0,615	0,618	0,588	0,590	0,621	0,594	0,599	0,598	0,618	0,602	0,591	0,591	0,599	0,593	0,574	0,555
Rio Grande do Norte	0,609	0,604	0,578	0,597	0,608	0,597	0,598	0,597	0,582	0,584	0,562	0,570	0,598	0,561	0,561	0,551	0,559
Sergipe	0,567	0,592	0,610	0,585	0,606	0,620	0,617	0,624	0,571	0,556	0,578	0,561	0,554	0,560	0,543	0,539	0,576

Fonte: IPEADATA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>

Se rememorarmos a trajetória da relação entre as políticas de desenvolvimento e o Estado, não se pode fugir da própria estrutura dos grupos locais que se sucedem na condução dos destinos políticos do Estado da Paraíba.

A tradição de acirramentos e tensões político – partidários locais e regionais se mantém, como bem salienta Lima (2010). Isso possivelmente se traduz em um estado de poucas alternativas economicamente viáveis e em uma cultura de clientelismo e de beneficiamento de determinados setores ou grupos específicos da população, razão pela qual, grande parte da renda é concentrada, apontando os dados recentes para uma imobilidade na estrutura econômica do Estado. Isto posto, a questão que surge é: até que ponto não são as condições sociais, políticas e culturais, muito mais do que as condições de vocação econômica e até mesmo mais do que as questões climáticas e ambientais, que dificultam a dinamização e o desenvolvimento de setores da economia, se interpondo como obstáculo para o desenvolvimento do Estado?

3.8 A criação do Instituto UFPB de Desenvolvimento da Paraíba – IDEP

Como reflexo das discussões do fórum “Caminhos para o Desenvolvimento da Paraíba”, foi recentemente criado pelo Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba, o IDEP – Instituto de Desenvolvimento da Paraíba, através da Resolução 32/2011 que determina a estrutura do referido órgão e dá outras providências. As premissas sob as quais se fundamentam a criação do IDEP são apontadas na resolução como:

A condição de pobreza do Estado da Paraíba, relativa aos demais estados da federação;

A condição de superação do atual paradigma, mediante a difusão e investimento em educação de excelência e da geração, absorção e difusão de ciência e tecnologias;

¹¹ Consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm). O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100).

O papel assumido pela própria instituição como estratégica para capitanear o desenvolvimento do Estado. (UFPB, 2011)

Dessa maneira o órgão se propõe, de maneira suplementar, de acordo com o artigo 2º da Resolução a: “*produzir, disseminar e promover a aplicação de conhecimentos científico-tecnológicos, artísticos e culturais integrados ao desenvolvimento sustentável da Paraíba*”. Esta missão se daria mediante o cumprimento de objetivos tais como:

1. Uma aproximação da universidade com o desenvolvimento do Estado, tendo como foco a sustentabilidade ambiental e a inclusão social;
2. A produção de estudos e pesquisas aplicadas para os órgãos, empresas privadas e públicas sobre o desenvolvimento do estado;
3. O apoio e o fomento de pesquisas com foco nas inovações tecnológicas;
4. A disponibilidade para toda a sociedade de alternativas e projetos com a finalidade de desenvolvimento regional;
5. Se constituir em um fórum permanente de discussões entre a comunidade acadêmica, os movimentos sociais, os setores empresariais e os governos nas diversas esferas sobre as iniciativas de desenvolvimento. (UFPB, 2011)

Por outra via, a temática do desenvolvimento com a contribuição das universidades, tendo como foco a discussão sistemática da questão tem sido evidenciada pela presença cada vez mais intensa de programas e iniciativas de criação de centros pelas universidades nesse campo. O próprio Mestrado em Desenvolvimento Regional, programa ao qual a presente pesquisa está vinculada é um dos exemplos. Possui linhas de pesquisa que contemplam não apenas a abordagem dos aspectos gerais da economia, as políticas públicas para o desenvolvimento, assim como se volta para a reflexão das potencialidades regionais como o turismo. Outro exemplo, além da recente criação do IDEP pela UFPB é a proposta de implantação do *campus* de Mangabeira, na cidade de João Pessoa, voltado especificamente para cursos de ênfase nas vocações econômicas do Estado da Paraíba, o Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional – CTDR. A proposta do *campus* é promover cursos voltados para a tecnologia, alimentos e produção sucroalcooleira, tendências significativas da economia local.

TERCEIRO CAPÍTULO

O CASO DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO NA CIDADE DE SUMÉ - PB

3.1 Orientações e encaminhamentos da política de expansão a partir da análise de documentos

O objetivo deste tópico é apresentar a orientação a partir dos documentos onde são anunciados os objetivos gerais da política de interiorização, as justificativas defendidas pelo Ministério da Educação, bem como a manifestação por parte de instâncias representativas locais.

Antes faz-se necessário ponderar alguns aspectos da pesquisa em documentos e de estudos valendo-se desta modalidade de investigação como ferramenta auxiliar de pesquisa. Segundo Malheiros (2011, p. 86), a modalidade de pesquisa documental se apresenta como alternativa quando se faz necessário ao objetivo geral ou parte dele em um estudo, de analisar ou ainda de compreender ou criticar a definição de políticas públicas, no caso específico da educação. Assim como nas demais modalidades de pesquisa, faz-se necessário a identificação do problema, ou seja, tanto nos casos em que ela está sendo utilizada como método principal, mas também como ferramenta de pesquisa, há que se proceder a uma sistematização que procura obedecer a *definição do problema, identificação dos documentos* ou fontes de pesquisa e a *análise* dos mesmos relacionando-os ao problema proposto.

O que se busca com o uso dessa ferramenta auxiliar de pesquisa é traçar um panorama entre os documentos (leis, planos de criação e reivindicações) em suas diretrizes e justificativas, perpassadas por um contexto local e regional, onde essas determinações são encenadas.

O Plano Nacional de Educação para o decênio 2000 a 2010 previa entre outras diretrizes a implementação de vagas no ensino superior capazes de aumentar a taxa de acesso ao ensino superior onde é apontado um crescimento significativo do acesso nas instituições públicas entre as esferas federais, estaduais e municipais. Nesse sentido, o PNE preconiza que o fortalecimento e a implementação do ensino superior é uma condição primordial para o desenvolvimento do país, conforme se explicita no referido documento.

Nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior. Num mundo em que o conhecimento sobrepuja os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, a importância da educação superior e de suas instituições é cada vez maior. Para que estas possam desempenhar

sua missão educacional, institucional e social, o apoio público é decisivo (MEC, 2001, p. 65).

A educação superior e conseqüentemente o seu acesso é encarado como um desafio principalmente como alternativa capitaneada pelo sistema público, embora o acesso por outros programas e financiamento no sistema privado tenham tido um forte incremento na referida década, colaborando de maneira importantíssima para a massificação do ensino universitário.

A Lei 6.069 de 24 de abril de 2007, através de um Decreto Presidencial normatiza e institui o Programa Nacional de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Esse plano delimita portanto as suas metas e o cumprimento de suas diretrizes como exclusivas das instituições federais, atribuindo às mesmas a importante missão de otimizar processos de gestão interna, redesenho curricular, oferta de vagas em cursos capazes de superar o antigo modelo acadêmico, focado em propostas pouco flexíveis e que oferecem pouca oportunidade de mobilidade docente e discente, fortalecimento do compromisso social da instituição no acesso e na permanência no ensino superior.

Os objetivos gerais da política de expansão do REUNI, foram estabelecidos a partir dos indicadores e orientações internacionais aos países em desenvolvimento fundamentadas em diagnósticos e relatórios da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e Banco Mundial. Tais documentos foram lançados pouco antes do Brasil propor o seu Plano Nacional de Educação e a política de reestruturação do ensino superior surgir como ação consonante a esse plano e anterior diagnóstico. Dessa forma o documento que orienta os planos de expansão e reestruturação se dispõe a

criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior (MEC, 2007, p 10).

O objetivo central da política de expansão almeja prioritariamente a eficiência dos atuais modelos de gestão das universidades, traduzindo essas iniciativas a serem financiadas no acesso mais igualitário, redução das taxas de evasão, bem como a criação de mecanismos ou ações que dinamizem o acesso ao ensino superior, meta estabelecida como crescimento de trinta por cento para o decênio.

Nesse sentido, tanto o contexto nacional como o regional e local se vêem implicados, uma vez que tradicionalmente o acesso a educação de uma maneira geral tem tido ao longo dos processos históricos, alegação quase que permanente dos gestores e de toda a sociedade como demandando não apenas o acesso de todas as classes sociais, mas colocando-a como

condição fundamental para o desenvolvimento geral do país e das regiões. É esse inclusive até hoje o discurso apresentado por toda a classe representativa das esferas de poder federal, estadual e municipal, como condição para o desenvolvimento.

O Estado da Paraíba é apresentado no Plano de Criação do Centro de Desenvolvimento do Semiárido – CDSA - Sumé, a partir dos seus referenciais ambientais e sociohistóricos com forte predomínio das condições insalubres em que ocorrem as formas de vida, apontadas no documento, referindo-se ora ao fenômeno da seca, ora ao desastre com sérias implicações sociais e limitantes das dinâmicas de desenvolvimento. Dessa forma, a proposta fundamental de criação do Campus de Sumé, almeja uma ligação intrínseca com a vida rural, fundamentando quase que a totalidade do seu diagnóstico na necessidade de renovação das forças produtivas do Cariri Paraibano, na formação de capital cultural capaz de associar as práticas dos agricultores a uma prática de pesquisa e eficiência dos processos de identificação, estudo e aporte de tecnologias apropriadas para o convívio no semiárido.

A partir do documento, o desafio, portanto é

construir um espaço permanente que contribua para a elaboração e implementação de um verdadeiro projeto de desenvolvimento sustentável para agricultura familiar nordestina, contemplando as políticas públicas para o setor, baseando- o na interação entre as perspectivas, interesses e projetos dos agricultores familiares e de suas organizações com o referencial teórico, analítico e prático das disciplinas universitárias (UFCG, 2008, p.12).

A região do Cariri Paraibano aparece ainda como “zona de exclusão universitária”, ou seja, distante dos grandes centros de pesquisa e formação superior como João Pessoa e Campina Grande, apontada como uma região onde a taxa de acesso dos jovens na faixa etária relacionada à meta das políticas de acesso ao ensino superior, é inferior a 1%. Esse panorama apresentando ao Ministério da Educação possui entre os grupos representativos locais uma ressonância bastante parecida, quando nos documentos consultados, aparece o Projeto Unicampo, embrião da universidade no Cariri Paraibano como uma ação que possui referências em um documento posterior que é o Plano de Criação (2008), denunciando que esta foi uma “articulação institucional muito bem amarrada, uma interação com a sociedade civil muito bem costurada e um ótimo produto pedagógico” (BOLETIM OFICIAL DO MUNICIPIO DE SUMÉ, maio de 2005 *in* UFCG, 2008, p. 77).

Ainda no mesmo documento, se evidencia a mobilização política interna na universidade, bem como as relações de interesses (sociais, políticos e institucionais) quando se afirma o papel da universidade como fator dinamizador do processo, havendo uma ênfase no caráter apolítico da mobilização, no entanto tudo irá culminar em uma sessão plenária da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, realizada no dia 07 de abril de 2005. Conforme

se faz alusão a esse fato como “um fato que não é político, é social, mobilizador, transformado em um fato institucional (*idem*)”.

Nos anos subsequentes, a mobilização das lideranças políticas tanto do poder legislativo estadual e federal, articulada com as bases locais, quanto do executivo estadual se fizeram presentes, principalmente nas condições previstas no plano de criação no que diz respeito da inclusão das cidades de Itaporanga e Itabaiana, também apontadas como “zonas de exclusão universitárias”, iniciativas estas diretamente intermediadas pela Universidade Federal de Campina Grande, na pessoa do Reitor Thompson Mariz e do Secretário de Projetos Estratégicos Márcio Caniello.

Em comunicado oficial encaminhado pelo então governador Cássio Cunha Lima, no dia 16 de agosto de 2007 (Ofício nº 234/07 do Gabinete do Governador), há um posicionamento a favor da presença da universidade no Vale do Piancó, sendo ressaltada a relevância desta região para a economia do estado, através da piscicultura, do potencial hídrico da região e das potencialidades agrícolas como fonte de pesquisa, entendendo a presença da universidade enquanto fator que fosse capaz de no seu processo de expansão, gerar novas dinâmicas de desenvolvimento ou impulsionar as já existentes, valendo-se do potencial regional.

Também se evidenciam matérias jornalísticas publicadas no Correio da Paraíba, onde a região conclama através dos prefeitos a participação de toda a classe política e a comunidade em geral, para o engajamento na defesa da presença da universidade na região, salientando-se a disponibilidade física de escolas em regime de cessão patrimonial e aquisição de terrenos (CORREIO DA PARAÍBA, 31 de março de 2008 *in* UFCG, 2008). Destaca-se ainda o comprometimento do projeto de instalação da universidade na região em função da pouca quantidade de emendas orçamentárias que garantam a efetivação do projeto.

3.2 Criação do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido

O movimento universitário no cariri paraibano ganhou força pelo papel que exerceram na região, particularmente na cidade de Sumé, as ações de extensão universitária da UFCG, voltadas para a população do campo, em um esforço conjunto de organizações não governamentais, sociedade civil e universidade. O que disso resultou foi uma primeira mobilização no sentido da luta que viria a ser posteriormente travada por grupos políticos regionais e movimentos sociais, a instalação, no ano de 2003, do *Projeto Unicampo* (defendido em nível nacional pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) na cidade de Sumé, objetivando *possibilitar aos movimentos sociais o conhecimento ou a*

organização de saberes que pudessem viabilizar a consolidação dos objetivos da classe trabalhadora, no tocante à contribuição que a educação poderia oferecer a esses movimentos (UNICAMPO, 2005).

No ano referido (segundo o documento de criação do campus de Sumé), foi instalado o “Campus Avançado da UFCG”, em uma parceria entre o Projeto Dom Hélder Câmara, a Universidade Federal de Campina Grande e o *Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement* (CIRAD). Tratava-se inicialmente de uma ação de extensão da universidade, que objetivava durante o seu desenvolvimento, entre os anos de 2003 e 2005, a capacitação de jovens de vários municípios do cariri paraibano para a elaboração e o desenvolvimento de projetos produtivos, capazes de gerar nesses jovens a oportunidade de empoderamento junto aos programas e projetos de desenvolvimento local e regional, havendo ainda, segundo o projeto de instalação do CDSA, o objetivo da construção “participativa” de um projeto de instalação do atual *campus* da UFCG (UFCG, 2008).

De acordo com o Projeto de Criação do Campus de Sumé, no intervalo de tempo entre a chegada do projeto Unicampo e implantação do CDSA, reconhecia-se que “a proposta da *Unicampo* seria capaz de oferecer viabilidade ao programa de desenvolvimento da região. Aliado a essa avaliação, pensava-se que a mobilização da sociedade e dos poderes constituídos, bem como o amadurecimento por setores administrativos da universidade da proposta de interiorização, em um momento onde havia no cenário nacional, uma política de expansão das IFES subsidiando essas propostas, constituíam um cenário perfeito para a criação do *campus* da UFCG em Sumé.

Foi justamente a partir das condições nacional e internacionalmente postas às IFES que a UFCG elabora o seu plano de expansão, o PLANEXP, no ano de 2005 e o apresenta ao Ministério da Educação, em um momento onde houve também no cenário político estadual e federal a congregação de várias lideranças de orientações ideológicas distintas em torno da luta para a criação de *campi* das universidades públicas no interior da Paraíba.

Ao mesmo tempo, no interior da UFCG as tensões em torno do projeto de expansão se delineavam em um cenário marcado pela eleição para reitor. A ação expansionista era considerada importante, mas enfrentava resistência, por parte de alguns setores, a exemplo da própria Associação de Docentes, baseada em certa medida na defesa da consolidação primeira da universidade para então possibilitar a sua expansão.

A relação de forças internas associada à dinâmica do processo expansionista das universidades aqui focalizado, resultou na instalação dos *campi* nas cidades de Pombal, Cuité e Sumé, num momento em que havia uma conjuntura interna marcada por um momento

político decisivo e uma conjuntura externa, marcada pela existência da política de interiorização como orientação governamental às IFES. A política de expansão tratava-se de uma meta do Governo Federal, apontada no Plano Nacional de Educação para a década, em si própria uma ressonância das metas defendidas em Relatórios da Organização Mundial do Comércio e do Banco Mundial.

Empiricamente essa trajetória aparece, sob a ótica dos gestores, como uma “perfeita” correspondência entre as ações tidas como naturalmente emanadas do desejo do povo do cariri, manifestado através de sua condição de livres cidadãos, e dos movimentos sociais, juntamente com o poder do Estado e com as condições objetivas de efetivação dessas determinações *populares*.

Nosso recorte de pesquisa estabelece como objetivo entender como se articularam os discursos mobilizados nesse contexto em que se produziu momentos de ação popular, a exemplo do “Grito do Cariri”, no qual cidadãos foram colocados na linha de frente pela instalação do *campus* da UFCG em Sumé, *gritando* suas reivindicações do direito à educação, bem como do *direito ao desenvolvimento*, tomando-se por base a noção de que a chegada do *campus* da UFCG poderia representar o aporte e a movimentação de capital financeiro à economia local/regional, gerar crescimento populacional, aumento do consumo de bens e serviços e melhoria das taxas em alguns setores da economia local, ligados diretamente às novas demandas que surgiriam a partir dali, entendendo isso como *desenvolvimento*.

A mobilização social acima referida se deu principalmente em função da não inclusão do *campus* de Sumé na execução do *PLANEXP I*, sendo contempladas as cidades de Pombal e Cuité. Outros movimentos realizados também nas cidades que ficaram de fora da primeira etapa da expansão - Itabaiana e Itaporanga – se somaram ao protagonismo da Associação dos Municípios do Cariri Paraibano – AMCAP – que protocolou requerimentos junto aos órgãos administrativos da UFCG, em uma conjuntura de reeleição do Governo Lula e diante da possibilidade de continuidade da sua política de expansão, resultando assim na elaboração pela UFCG de um segundo plano de expansão que contemplasse esses municípios, conhecido como o *PLANEXP “II”*.

3.3 Estrutura acadêmica administrativa do Centro de Desenvolvimento do Semiárido

Segundo o documento de criação do *campus* de Sumé, havia pela designação original da emenda de autoria do então Senador José Maranhão, para a execução nos anos de 2008 a 2011, o subsídio para a criação e a manutenção do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, e também recursos suficientes para atuação deste em pólos nas cidades de

Itaporanga e Itabaiana (UFCG, 2003). A garantia da liberação dos recursos, aliada ao oferecimento de patrimônio público para as instalações provisórias e dos terrenos para construção dos edifícios permanentes do novo *campus* da UFCG por parte das prefeituras, possibilitaria a criação dos referidos pólos. Dessa forma, o CDSA seria assim composto por duas unidades acadêmicas, apresentando de acordo com a proposta original o seguinte quadro de oferta de cursos:

QUADRO 7 – Proposta inicial de organização das unidades e oferta dos cursos do campus de Sumé

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO		
UNIDADES	CAMPUS / PÓLO	CURSOS OFERTADOS
Unidade Acadêmica de Tecnologia e Desenvolvimento - UATEC	Campus de Sumé POLOBIO	Engenharia de Biosistemas
		Engenharia de Biotecnologia e Bioprocessos
		Engenharia de Produção Agroindustrial
	Pólo de Itaporanga POLOÁGUA	Engenharia Civil
		Tecnólogo em Irrigação e Drenagem
		Tecnólogo em Agrimensura
	Pólo de Itabaiana POLOINFO	Tecnólogo em Aquicultura
		Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação
		Tecnólogo em Segurança da Informação
		Tecnólogo em Redes de Computadores
Unidade de Educação do Campo – UAEDUC	Campus de Sumé	Tecnólogo em Sistemas de Internet
		Licenciatura em Educação do Campo
		Licenciatura em Ciências Sociais
		Tecnólogo em Gestão do Desenvolvimento Rural
		Tecnólogo em Gestão Pública

Fonte: Projeto de Criação do CDSA/UFCG, 2008, p.38.

Como já mencionado acima, a elaboração e execução do recente plano de expansão da Universidade Federal de Campina Grande surgem dentro de um contexto marcado por tensões internas, havendo no Reitor Thompson Fernandes Mariz e no então Secretário de Projetos Estratégicos da UFCG, Prof. Márcio Caniello, dois dos seus principais defensores. No trecho a seguir da entrevista concedida ao pesquisador pelo Prof. Caniello, o mesmo retrata o panorama interno da universidade em que ocorre o processo de expansão.

(...) evidentemente quando a gente começou a instalar o campus avançado, a ideia era exatamente essa de interiorizar. Mas não havia uma política pública para isso. Foi o primeiro ano do governo Lula, e nesse primeiro ano nada foi dito sobre expansão das universidades federais. Mas em 2004 o governo lança o plano de expansão das

instituições federais de ensino superior. E, evidentemente, nesse processo eu conversando com o professor Thompson, disse: olha “tá” aí uma grande oportunidade de instalar o campus avançado lá, vamos tentar emplacar um campus para Sumé. Nós construímos essa idéia juntos e começamos a pensar nesse assunto. Coincidentemente em 2004 foi a eleição de Thompson. A primeira eleição. Ele era *pró tempore*, assumiu em 2002 e em 2004 nós incluímos esse ponto no seu programa. Esse foi um debate forte, porque mesmo os apoiadores de Thompson não concordavam com a ideia da expansão. A equipe dele era toda contra. Tinha eu e ele com essa ideia (CANIELLO, Entrevista, 2012).

O *PLANEXP II*, garantido pela emenda constitucional acima referida, implanta os *campi* de Cuité, Pombal e Sumé, não havendo, ao final do processo todo, segundo o Prof. Caniello, possibilidade de implantação dos pólos nas cidades de Itabaiana e Itaporanga, conforme era defendido originalmente. Ele justifica essa mudança, conforme relatado no trecho da entrevista, abaixo transcrito:

Esse plano previa naquele momento a criação de três novos *campi*: Sumé, Cuité e Pombal. Sumé era o prioritário. Fizemos um debate muito forte dentro da universidade, por que havia uma posição defendida pela ADUFCG e por várias outras pessoas dentro da universidade de que ela devia primeiro se consolidar para poder se expandir. A nossa visão era de que se há esses recursos, essa política específica, ele deve ser usado para isso. Se a universidade não quiser aderir a expansão, ela também não ia ter dinheiro para essa tal consolidação. Elaboramos um projeto, fizemos todo um alinhamento político em torno do mesmo, e aprovamos pelo conselho universitário e quando levamos ao MEC, o MEC diz: olha, Sumé não dá não (*sic*). Pois é muito perto de Garanhuns e Caruaru. Mas enfim, dentro da negociação, só foi aprovado o campus de Cuité. Brasília identificou que ali ele estava em lugar mais carente de universidade e de *campi*. Continuamos a luta, conseguimos depois emplacar o campus de Pombal e a mobilização no cariri continuou. Houve uma mobilização muito intensa, que culminou no dia 10 de março, o chamado Grito do Cariri que foi uma mobilização muito interessante, reivindicando o campus e nesse processo todo a gente acabou em 2008 conseguindo aprovar o campus de Sumé já numa segunda carga política que fizemos, toda a bancada foi lá e nós conseguimos emplacar o campus do cariri, que foi implantado em 2009 (CANIELLO, Entrevista, 2012)¹².

O projeto inicial, aprovado para a implantação do Centro aponta as cidades de Sumé, Itabaiana e Itaporanga a serem contempladas e os respectivos pólos com os cursos articulados aos que iriam ser implantados na cidade de Sumé, que seria a sede do Centro, criando a proposta de unidades acadêmicas integradas nas três cidades:

12 Atualmente se encontra em discussão a implantação de dois *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba– IFPB nessas cidades.

Gráfico 3 – Organização preliminar dos pólos e cursos do CDSA.



Fonte: Plano de Criação do CDSA /UFCG, 2008, pág. 48.

Sobre essa inclusão / exclusão do processo de implantação do CDSA, o Gestor justifica a não inclusão destas quando da efetivação do plano, após aprovação da sua execução e construção das unidades acadêmicas, que foram implantadas apenas na cidade de Sumé, abandonando a ideia de inclusão das outras duas cidades como pólos:

Nesse processo, também houve outras duas reivindicações: Itaporanga e Itabaiana. Quando nós fizemos o plano, foi baseado no que nós chamamos de diagonais da exclusão universitária. Nós pegamos o parâmetro de jovens de 18 a 24 anos fora das universidades. O PNE estabelecia que até 2010 deveria haver trinta por cento dos jovens na universidade. Nós tínhamos no Brasil onze por cento, na Paraíba, o valor de sete por cento e no cariri menos de um por cento. Foi baseado nisso, e na época houve essa reivindicação também de Itabaiana e Itaporanga, que são zonas que no primeiro estudo eles já estavam apontados. Como a gente viu que não seria viável, vamos fazer só um campus. Essas duas cidades não tem como entrar. Ai o reitor, disse: Olha, Márcio, coloca Itaporanga e Itabaiana como pólos, mas não deu certo. Quer dizer: a gente colocou isso, todo o orçamento foi feito em cima desses pólos, fizemos uma arquitetura acadêmica e administrativa que justificasse isso dentro dessa ideia de desenvolvimento sustentável, colocando em Itaporanga cursos de Engenharia Civil, Edificações, Aquicultura por conta da bacia maior reservatório do Estado da Paraíba e em Itabaiana pensamos em cursos superiores na área de tecnologia da informação. Foi feita dessa maneira, mas na verdade não colou. Conseguimos apenas aprovar o campus de Sumé e hoje nós nos sentimos contemplados com a instalação dos dois CEFETS nessas duas cidades. Que se valeram inclusive do trabalho que havia sido feito por nós na tentativa de implantar nessas cidades. Ai então o reitor se deu por satisfeito sobre a malha das universidades federais na Paraíba (CANIELLO, Entrevista, 2012).

Segundo o exposto, a formação atual do Centro de Desenvolvimento do Semiárido seguiu, orientações internas e externas ora por contingências impostas pelo Ministério da Educação (critério de proximidade) ora por efeito de arranjos locais e metas internas da

própria universidade “sobre a malha das universidades na Paraíba” (*idem*). Não são explicitados de maneira técnica e criteriosa os motivos pelos quais essas cidades ficaram de fora do projeto, bem como a maneira pela qual se deu a inclusão das mesmas, uma vez que a proximidade com agentes políticos locais e regionais é claramente identificada na fala do gestor, em expressões como “carga política” (*idem*) e a universidade atuando como propulsora dessa mobilização: “houve uma conjunção de interessantes a partir de uma articulação política que é o papel do reitor fazer, sensibilizando a classe política” (*idem*).

Atualmente o CDSA apresenta a seguintes unidades acadêmicas com os respectivos cursos, de acordo com o quadro abaixo:

QUADRO 8: Unidades acadêmicas e cursos atuais ofertados pelo CDSA.

UNIDADE ACADÊMICA	CURSO	NÍVEL
UATEC	Engenharia de Biotecnologia e Bioprocessos	Graduação
	Engenharia de Produção	Graduação
	Superior de Tecnologia em Agroecologia	Graduação
	Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase na economia solidária do semiárido	Pós Graduação
UAEDUC	Licenciatura em Ciências Sociais	Graduação
	Licenciatura em Educação do Campo	Graduação
	Superior de Tecnologia em Gestão Pública	Graduação
	Especialização em Educação Contextualizada para o Semiárido	Pós Graduação

Fonte: Levantamento de dados para o estudo junto ao CDSA / UFCG, 2012

A seguir são apresentados alguns dados estatísticos e informações coletadas durante a pesquisa, tais como a procedência dos alunos, professores e dados referentes a titulação e gênero dos docentes atualmente lotados no campus de Sumé. A universidade não disponibilizou os dados referentes aos cursos de pós graduação.

3.4 Procedência dos alunos de graduação e docentes do CDSA no ano de 2012

QUADRO 9 – Ocupação das vagas por alunos procedentes da cidade de Sumé e outras localidades e os respectivos percentuais nos cursos de graduação

UNIDADE ACADÊMICA	CURSO	Nº DE ALUNOS DE SUMÉ	Nº DE ALUNOS DE OUTRAS LOCALIDADES	PERCENTUAL DE ALUNOS DE SUMÉ	PERCENTUAL DE ALUNOS DE OUTRAS LOCALIDADES
UATEC	Engenharia de Biotecnologia e Bioprocessos	41	83	33,06%	66,94%
	Engenharia de Produção	29	133	20,42%	79,58%
	Superior de Tecnologia em Agroecologia	53	57	48,18%	51,82%
UAEDUC	Licenciatura em Ciências Sociais	63	98	39,13%	60,87%
	Licenciatura em Educação do Campo	70	70	50%	50%
	Superior de Tecnologia em Gestão Pública	74	69	51,75%	48,25%
TOTAIS		330	510	39,28%	60,71%
		840		99,99%	

Fonte: Dados colhidos na pesquisa junto à Assessoria de Assuntos Educacionais, CDSA/UFCG, 2012.

A partir dos dados, verifica-se um percentual maior de alunos de outras localidades (P=60,71%), entendendo como aluno da cidade de Sumé (P=39,28%), aquele cujo domicílio pertence ao município. Os categorizados como "outras localidades" incluem as cidades próximas, bem como as cidades distantes do Estado da Paraíba e de outros Estados.

QUADRO 10 – Número de alunos do CDSA e procedência por regiões e unidades da federação.

REGIÃO	ESTADO	Nº DE ALUNOS	PERCENTUAL
Nordeste	Paraíba	769	91,54%
	Pernambuco	44	5,23%
	Rio Grande do Norte	13	1,54%
	Ceará	05	0,59%
	Piauí	01	0,11%
	Alagoas	01	0,11%
	Bahia	04	0,47%
	Maranhão	02	0,23%
Sudeste	São Paulo	01	0,11%
TOTAIS		840	99,82

Fonte: Dados colhidos na pesquisa junto à Assessoria de Assuntos Educacionais, CDSA/UFCEG, 2012.

Os dados acima, mostram a participação regional do CDSA em termos de ingresso de alunos no ano de 2012. Na distribuição por estados, inclui a cidade de Sumé onde está localizado o campus. A maioria das vagas é ocupada por alunos do Estado da Paraíba (n=769, P=91,54%). Interessante observar que o critério de proximidade é observado, ou seja, a ocupação por uma vaga no ensino superior, aparece possivelmente mais possível de ser ocupada por pessoas de estados ou de cidades mais próximas, mais em função da existência da mesma, do que propriamente da proposta do curso.

Nota-se a ocupação de vagas nos cursos como "Educação do Campo", "Agroecologia", "Gestão Pública" e "Ciências Sociais" majoritariamente, quando não totalmente preenchidas por alunos do Estado da Paraíba e Pernambuco. Os curso de "Engenharia de produção" e "Engenharia de Biotecnologia de biosistemas", são os que apresentam uma presença também significativa de alunos do Estado da Paraíba, porém nota-se uma heterogeneidade de alunos procedentes dos demais estados relacionados.

QUADRO 11 – Procedência dos docentes por regiões e por unidades da federação em números e respectivos percentuais.

REGIÃO	ESTADO	NÚMERO	PERCENTUAIS
Nordeste	Paraíba	55	63,01
	Pernambuco	07	8,01
	Bahia	03	3,01
	Rio Grande do Norte	06	7,01
	Ceará	03	3,01
Norte	Pará	01	1,01
Centro Oeste	Distrito Federal	01	1,01
	Goiás	02	2,01
Sudeste	Rio de Janeiro	03	3,01
	São Paulo	03	3,01
	Minas Gerais	03	3,01
TOTAIS		87	99,99

Fonte: Dados colhidos na pesquisa junto à Assessoria de Assuntos Educacionais, CDSA/UFCEG, 2012.

Quanto aos dados referentes à procedência dos docentes, o Estado da Paraíba apresenta o número mais significativo ($n=55$, $P=63,01\%$), destacando-se também a presença regional dos docentes de outros estados do nordeste. Nos dados referentes à ocupação dos docentes nas duas unidades acadêmicas (Unidade Acadêmica de Tecnologia e Unidade Acadêmica de Educação) há um equilíbrio de número de professores ($n=44$ e 43 respectivamente), sendo que a maioria deles é em regime de dedicação exclusiva ($n=81$), a maioria possuindo como titulação o doutorado ($n=43$), seguido de mestrado ($n=41$) e especialização ($n=03$), conforme são ilustrados nos quadros a seguir:

QUADRO 12 – Regime dos docentes do CDSA em 2012, por unidade acadêmica.

UNIDADE ACADÊMICA	D.E.*	T-20	TOTAL
UATEC	44	00	44
UAEDUC	37	06	43
CDSA	81	06	87

Fonte: Dados colhidos na pesquisa junto à Assessoria de Assuntos Educacionais, CDSA/UFCEG, 2012.

QUADRO 13 – Número e percentuais de docentes por titulação e gênero.

TITULAÇÃO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	PERCENTUAIS
Especialização	03	00	03	3,4%
Mestrado	29	12	41	47,1%
Doutorado	21	22	43	49,4%
TOTAIS	53	34	87	99,99%

Fonte: Dados colhidos na pesquisa junto à Assessoria de Assuntos Educacionais, CDSA/UFCG, 2012.

3.5 Percorso metodológico do estudo e levantamento das questões iniciais

3.5.1 Materiais e Métodos

1ª Etapa: **Análise de documentos e identificação dos objetivos das políticas e reivindicações acerca do desenvolvimento com a participação das universidades.**

2ª Etapa: **Entrevista, transcrição, interpretação dos dados e produção do relatório de pesquisa.**

Nas duas etapas do estudo, a opção pela metodologia qualitativa se deu em função do objetivo central se focalizar nas concepções de universidade, desenvolvimento e das possíveis transformações locais ocorridas com a chegada da universidade, elicitadas nos documentos relativos ao recente processo de expansão da UFCG e nas entrevistas com atores nele envolvidos. O uso de dados quantitativos faz-se necessário a fim de auxiliar na interpretação dos discursos focalizados. Segundo Malheiros (2011, p. 189), o uso das abordagens qualitativas ou quantitativas em uma pesquisa deve ser definida primordialmente pela natureza do fenômeno a ser investigado, sendo essa a razão única para a sua escolha.

Iniciamos a coleta de dados com a reunião e leitura dos documentos institucionais considerados relevantes na focalização dos discursos relativos à relação entre universidade e desenvolvimento, produzidos no âmbito do delineamento do *PLANEXP I* e *PLANEXP II*. Em seguida, na coleta de dados referentes à etapa da cartografia do *movimento em defesa da universidade na região do cariri*, especificamente na cidade de Sumé, realizamos entrevistas semi-estruturadas com atores envolvidos em todo o processo de instalação do *campus* da UFCG naquela cidade, utilizando-se os seguintes materiais:

- ▲ Protocolos da pesquisa (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, Termo de Autorização Institucional e Termos de Concordância dos Pesquisadores) (Ver Anexo);
- ▲ Quadro Geral das Variáveis (Ver Anexo);

- ▲ *Tablet* (Modelo *Apple iPad* com uso do software *Smart Recorder*) que permite a gravação e identificação dos entrevistados;
- ▲ Roteiro das Entrevistas (também constante no *Tablet*, para orientação do pesquisador e controle das entrevistas).

3.5.2 Procedimentos da coleta dos dados

Na leitura dos documentos institucionais acima mencionados, utilizamos como instrumento norteadores as variáveis utilizadas na elaboração das questões das entrevistas, todas relativas ao mapeamento dos discursos mobilizados no processo que resultou na instalação do *campus* da UFCG em Sumé.

As entrevistas foram realizadas na cidade de Sumé, na sede do CDSA e em alguns pontos da cidade. Inicialmente houve um contato direto do pesquisador com a Secretária do CDSA, por e-mail e esta se prontificou a colaborar e possibilitando o contato com os gestores e coordenadores de cursos, funcionários e docentes nos dias das entrevistas em campo.

Entrevistamos primeiro o atual Diretor do Centro, ao mesmo tempo em que fazíamos na comunidade externa da universidade o levantamento entre as pessoas do comércio, imprensa e demais entrevistados, que durante a etapa de cartografia do movimento em defesa da universidade, apareceram como atores representativos.

Nas entrevistas, a abordagem dos entrevistados seguiu os seguintes procedimentos:

- ▲ Apresentação do pesquisador;
- ▲ Apresentação geral da pesquisa e dos seus objetivos;
- ▲ Apresentação da justificativa para a escolha do entrevistado a partir do pertencimento deste a um dos grupos de interesse do estudo;
- ▲ Apresentação das condições em que este poderia participar;
- ▲ Leitura e conhecimento do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido);
- ▲ Assinatura das duas vias do documento, pelo entrevistado e pelo pesquisador, das quais uma delas ficou de posse dos entrevistados;
- ▲ Gravação da fala dos entrevistados;
- ▲ Encerramento da entrevista e agradecimentos pela participação, além de disponibilidade para futuras informações sobre o estudo.

3.5.3 Caracterização da Amostra

A amostra de indivíduos entrevistados no estudo é caracterizada como *não aleatória*, ou seja, foram selecionados critérios não probabilísticos para a inclusão dos indivíduos na

mesma, os quais ora apresentamos. O principal deles foi a visibilidade desses atores no movimento para a implementação do campus da UFCG em Sumé.

Um outro critério foi a disponibilidade e as condições de acesso do pesquisador aos atores institucionais e não institucionais. A seleção de sujeitos aconteceu com base na *consulta casual* a funcionários, docentes e estudantes e com base na ocupação de cargos chave na instituição, no caso do diretor e de coordenadores de curso da referida unidade. Em relação à comunidade, após exploração inicial a respeito dos principais atores no movimento e dos mais significativos indivíduos nas diversas áreas das atividades econômicas exercidas no município, fizemos uma lista de possíveis respondentes e iniciamos o contato para propor as entrevistas, de modo também casual.

3.5.4 As entrevistas

Realizamos entrevistas semiestruturadas com gestores, docentes, funcionários, alunos e pessoas da comunidade, a fim de cumprir os objetivos estabelecidos para o trabalho referente à focalização das concepções dos atores institucionais a respeito da relação entre universidade e o desenvolvimento. Trabalhamos inicialmente com entrevistas mais abrangentes e de caráter geral, onde se privilegiou a busca de informações sobre o movimento de articulação em torno da instalação do *campus*. Nesse levantamento, confrontamos as informações constantes no documento oficial de criação e na proposta da política de expansão com as informações dos entrevistados.

Nesta fase, procuramos a assessoria de Imprensa do CDSA, as emissoras de rádio locais e nos arquivos da Câmara de Vereadores do Município de Sumé. Constatamos a ausência de registros escritos e matérias veiculadas na imprensa local, uma vez que as gravações dos programas não são conservados por um período superior a um ano de duração ou bem menos do que isso. As visitas à Câmara de Vereadores do município para contatos iniciais dão conta de um registro manual em livro de ata, do teor das reuniões deliberativas, mas não há nenhum mecanismo de busca que pudesse identificar o teor de cada discurso ali proferido, sendo que nos livros de ata constam em geral questões deliberativas, pedidos oficiais e questões normativas do trabalho legislativo com uma finalidade específica e sintetizados apenas os pontos da pauta referentes às deliberações.

Nessa primeira fase, pudemos observar como a UFCG se vincula a uma postura de protagonismo político local, em um momento onde nacionalmente despontava a possibilidade da expansão interiorizada e se delineava uma oportunidade para os políticos locais obterem visibilidade junto à população, ao convocar através do canal de comunicação local (rádio) a

população à uma dizibilidade dos desejos de atendimento do *direito de acesso ao ensino universitário* e do *desejo de desenvolvimento*¹³.

A emissora de rádio existente atualmente na cidade de Sumé pertence à família de um dos líderes políticos locais, que, à época da instalação do CDSA, exercia na Assembleia Legislativa o mandato de deputado estadual. Na nossa interpretação isso parece relevante, pois esse veículo é apontado nas entrevistas como capaz de “*organizar e traduzir o desejo da população*” (JAQUELINE OLIVEIRA, Entrevista, 2011), o que em termos efetivos, pode ter sido contabilizado em favor do prestígio e poder simbólico do referido político.

3.6 Etapas de desenvolvimento do levantamento de dados em campo

3.6.1 Primeira etapa: O movimento em defesa da universidade no Cariri Paraibano sob a ótica dos movimentos sociais e da imprensa local

Esta fase se constituiu de um levantamento de informações preliminares, com a realização de entrevistas semiestruturadas objetivando coletar dados sobre o cenário anterior à instalação do *campus*, principalmente sobre como se deu a articulação política entre os atores institucionais da UFCG e as lideranças locais no sentido de possibilitar a implantação do *campus* da UFCG em Sumé.

Marcadamente nas falas se nota a presença de movimentos anteriores como os da “Universidade Camponesa”. Este programa surge no Brasil, no ano 2000, também dentro do contexto da universidade associada aos movimentos de expansão, como uma iniciativa da Confederação dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG – valendo-se de um modelo de Universidade Camponesa Africana. Nos primeiros anos subsequentes, as articulações se encaminharam no sentido da implementação do Grupo de Pesquisa *Desenvolvimento Sustentável no Semiárido* (UFCG, 2003).

Uma vez iniciadas na Escola Agrotécnica de Sumé as atividades do Projeto Unicampo, com o objetivo enunciado de favorecer o empoderamento de jovens lideranças dos movimentos sociais e de agricultores de várias cidades do cariri paraibano, começou a se constituir o protagonismo de alguns setores da educação como diretores de escola e alunos, que segundo as informações das entrevistas, “formaram um grupo de ação, mobilizando alguns deputados e começando a pensar a chegada da universidade” (JAQUELINE

13 Vale salientar que o controle das emissoras de rádio e de televisão, assim como de outros canais de comunicação tais como jornais e grandes portais de notícias, se concentra nas mãos de grupos empresariais que exercem atividades partidárias.

OLIVEIRA, Entrevista, 2011). Nessa fase de mobilização, houve, segundo a entrevistada, a participação de atores importantes ligados à discussão do semiárido como espaço de preservação e de pessoas ligadas à cidade de Sumé através de laços de naturalidade, como o sumeense Daniel Duarte, atual diretor do Museu Interativo do Semiárido - MISA-UFCG.

Do ponto de vista de mobilização de lideranças locais, foram destacados pela entrevistada nomes de representantes da Associação dos Municípios do Cariri – AMCAP – nomes de vários prefeitos e lideranças regionais que exerceram um papel na mobilização das pessoas em defesa da presença de um *campus* universitário na região.

O movimento que culminou essa etapa de mobilização, foi o chamado “Grito do Cariri”, promovido no dia 10 de março de 2003. Segundo a entrevistada, fruto de uma articulação na qual a imprensa local exerceu uma importante função, trazendo para a discussão setores não ligados ao campo acadêmico.

O Grito do Cariri foi

uma mobilização de todos municípios em torno da universidade. A imprensa inteira, a rádio sempre presente nesse momentos, mobilizando o povo. O movimento foi um sucesso, no próprio lugar onde hoje funciona a universidade, com a participação de muitos deputados estaduais, presidentes de associações comunitárias. Conseguimos mobilizar o cariri inteiro. Fomos às ruas, colocamos faixas. Foi uma coisa muito interessante. Mobilizamos a comunidade inteira sobre esse assunto (JAQUELINE OLIVEIRA, Entrevista, 2011).

Uma das características marcantes do processo de mobilização anterior a instalação da universidade na cidade de Sumé é uma percepção de apropriação da mesma no nível discursivo, onde aparentemente foi feita através do rádio, uma intensa mobilização a fim de que os representantes políticos locais, as pessoas e os diversos segmentos da sociedade tomassem para si a causa da universidade ali naquele contexto. Essa postura apontada nas entrevistas preliminares, com pessoas da comunidade, setores da imprensa, educadores e comércio, contrasta com posturas de entrevistados se referindo à maneira atual como percebem o desenvolvimento. Parte desses atores exerceram um protagonismo importante no processo de mobilização e instalação do *campus* e hoje estão de fora desse processo, seja pela não exploração dos seus lucros e desdobramentos, seja pela natureza da organização universitária, centrada na produção acadêmica e na alta qualificação como requisito para a composição dos seus quadros.

3.6.2 Segunda etapa: Entrevistas com Gestores, Docentes, Alunos, Lideranças locais e Comunidade

A partir das nossas visitas ao *campus* e também através da leitura dos documentos relativos a sua implantação, identificamos os informantes-chave, com os quais foram realizadas entrevistas semi estruturadas com variáveis abertas e organizadas sob quatro eixos:

- 1 – Concepção de Desenvolvimento
- 2 – Relação expansão universitária e desenvolvimento
- 3 – Percepção Global da política de interiorização
- 4 – Percepção dos efeitos no nível local

A comparação das variáveis é a mesma para os diversos grupos de entrevistados, organizados em grupos, como se mostra a seguir:

GRUPO 1 – Gestores

GRUPO 2 – Docentes

GRUPO 3 – Técnicos Administrativos

GRUPO 4 – Estudantes

GRUPO 5 – Lideranças políticas

GRUPO 6 – Comunidade Geral (incluindo setores do comércio, serviços e habitação)

Ao todo foram realizadas dezoito entrevistas, conforme ilustrado no quadro a seguir, no qual constam a data, hora e duração das mesmas. Duas das entrevistas foram anteriores ao início da coleta sistematizada, com o caráter de levantamento de dados gerais e atores significativos ao movimento de implantação do campus, não seguindo a orientação das variáveis do estudo, e por esta razão, não é considerada como parte da análise das variáveis, mas dando subsídios para a compreensão do processo de implantação e mobilização na sua totalidade.

QUADRO 14 – Informações gerais das entrevistas, sistematizado por grupos, entrevistados, data, hora e duração.

GRUPO	ENTREVISTADO	DATA	HORA	DURAÇÃO
Gestores	G1	02/05/2012	11:42	51'29"
Docentes	D1	02/05/2012	09:30	13'06"
	D2	02/05/2012	09:46	9'30"
	D3	02/05/2012	11:30	10'20"
Técnicos Administrativos	T1	02/05/2012	10:19	10'02"
	T2	02/05/2012	10:33	14'56"
	T3	02/05/2012	11:02	3'08"
Estudantes	E1	02/05/2012	13:45	2'35"
	E2	08/05/2012	09:28	5'09"
	E3	08/05/2012	09:52	2'56"
Lideranças Políticas	L1	08/05/2012	15:30	25'00"
	L2	08/05/2012	17:00	14'00"
Comunidade Geral	C1	02/05/2012	12:19	20'36"
	C2	08/05/2012	13:49	6'59"
	C3	02/05/2012	14:28	26'44"
	C4	10/02/2012	12:59	29'07"

3.7 Variáveis do estudo

3.7.1 Concepção de Desenvolvimento

A questão norteadora para elicitare dados sobre essa variável foi: *Qual é a sua concepção de desenvolvimento?* Os entrevistados ficaram livres para selecionar de qual tipo de desenvolvimento estava se falando, podendo centralizar os aspectos econômicos, sociais, culturais, relativos à sustentabilidade, dentre outros, ou para selecionar uma determinada conjunção deles para caracterizar desenvolvimento.

3.7.2 Relação expansão universitária e desenvolvimento

O propósito dessa variável foi coletar dados a respeito das concepções da contribuição que a universidade pode oferecer, atuando em contextos para além das grandes cidades sob o ponto de vista de mobilidade, de recursos pouco renováveis e acentuados desafios para o bem estar da população.

3.7.3 Percepção global da política de interiorização

A proposta de inclusão dessa variável teve como função possibilitar a discussão das

maneiras pelas quais os entrevistados percebem as políticas nacional e local de expansão universitária interiorizada, levantando dados a respeito de quais aspectos da realidade contextual ele esperam ser modificados a partir dela e maneira pela qual essas políticas são legitimadas no contexto local, mobilizando expectativas e produzindo significados.

3.7.4 Percepção dos efeitos no nível local

O objetivo da utilização dessa variável foi apresentar a percepção dos atores a respeito dos efeitos da chegada de estudantes, professores, funcionários que compõem o *campus* da UFCG em Sumé.

3.7.5 Condições locais para o desenvolvimento pessoal e profissional

Essa variável se refere especificamente aos funcionários e professores, no entendimento de que nas grandes cidades é onde normalmente se concentram as possibilidades mais acentuadas de desenvolvimento pessoal, mediante a existência de instituições de ensino e de pesquisa e do setor industrial, paradigma que no Brasil teve grande ênfase, sobretudo a partir dos anos 1950 e 1960, que marca o processo histórico de dotação de infra estrutura mínima das cidades de maior porte.

Com o advento de políticas que favoreceram cada vez mais a interiorização das ações governamentais, partindo essas da noção de um modelo de desenvolvimento orientado para a mudança de cenários internos e bem localizados em porções distante dos centros de decisões, as pequenas e médias cidades passam a oferecer oportunidades de trabalho, no setor público, através de concursos públicos, atraindo diversos profissionais, sem que nesses locais haja estruturação que possibilite o equacionamento das expectativas dos novos moradores daquela cidade como um lugar onde o trabalhador possa atingir níveis desejados de qualidade de vida.

3.8 Análise das entrevistas

Após a apresentação das variáveis, passamos agora à visão geral das mesmas a partir das falas dos entrevistados. Nessa etapa procuramos destacar as tendências das falas, acerca das temáticas, apontando as direções assumidas na interpretação das mesmas, que serão mais adiante explanadas e correlacionadas teórica e empiricamente.

3.8.1 Concepções de Desenvolvimento

Acerca da *concepção geral de desenvolvimento* é definida com referência à melhoria global de *qualidade de vida*. De modo geral, a educação é apontada como condição fundamental para isso, principalmente em uma região onde se apresentam dilemas bastante fortes, tais como a agravamento das questões ambientais, em função das estratégias historicamente adotadas para a *convivência do homem com as condições do semiárido*. Esta tem sido inclusive a perspectiva que serve de justificativa das mais recorrentes, para a presença da universidade na cidade de Sumé, como visto nas palavras do gestor e na análise do Plano de Criação do Campus de Sumé (UFCEG, 2008).

(G1) “A minha compreensão de desenvolvimento é essa, que ele **amplia as oportunidades dentro de um parâmetro ético e de responsabilidade ambiental**, procurando a **melhoria do bem estar** da população do semiárido”.

(D1) “Desenvolvimento como **qualidade de vida**. Não adianta desenvolver sem que isso se reflita na mudança da qualidade de vida”.

(T3) “Informação é **precípua** para o desenvolvimento”.

(D2) “Eu acho que em termos de desenvolvimento, educação. **O que move uma nação é a educação**”.

(D3) “É o **desenvolvimento de novas tecnologias** o progresso da comunidade, das micro regiões, melhoria da qualidade de vida, saúde, educação, melhoria social”.

(T1) “A pessoa melhorar a **qualidade de vida, a qualidade intelectual**”;

(E1) “**Desenvolvimento é dar oportunidades das pessoas melhorarem de vida**”.

Esta tendência de ligar a universidade com a possibilidade de *melhores condições de vida* se reflete nas falas dos entrevistados, observando-se que se gerou sobre a atuação da universidade naquele contexto uma expectativa bastante forte, uma vez que junto à sua ação em torno do ensino e da pesquisa, da possibilidade de mudança de padrões culturais, vem também uma série de grandes investimentos em infraestrutura, criação de novos postos de trabalho, tanto temporários como permanentes e a mobilidade naturalmente provocada de estudantes e funcionários. Nesse sentido, o gestor afirma que a desde a criação do plano de expansão da universidade, que compreendia a região do cariri paraibano como “zona de exclusão universitária”, o que foi feito no sentido de dotar a região de um *campus* universitário, com uma atuação voltada diretamente para o desenvolvimento, foi o que ele também afirma como “um processo completamente induzido”, ou seja, a universidade ali atuando como instituição propositora de uma alternativa, naquilo que a ela compete de imediato: a relação com o conhecimento e com a produção de ferramentas tecnológicas de

produção de sentidos e meios de convivência com o semiárido.

(T2) “Essa implantação da universidade deu uma **alavancada** para a educação como possibilidade de desenvolvimento”.

(E2) “É tudo que leva a melhoria que **passa de um estado para outro mais adaptado**”.

A consequência da característica induzida desse processo se reflete em certa medida na fala de alguns entrevistados, no uso de termos que remetem à mecânica e a impulsão através de forças externas, capazes de gerar um movimento que conduz de um estado a outro. Essa indução, em princípio, se nota naquilo que de mais evidente pode ser percebido: na mobilização de pessoas, novos investimentos e geração de postos de trabalho, sendo essa a maneira também pela qual se nota a tendência de compreensão da noção de desenvolvimento como crescimento urbano e populacional, quando se tratam de conceitos diferentes.

(E3) “Desenvolvimento para mim é **crecimento populacional, adaptação**, mais capital circulando na cidade”

(L1) “Mais **dinheiro circulando na cidade**. Houve um **aumento do Produto Interno Bruto** do município de Sumé, um aumento significativo das taxas de participação do município”;

(C2) “**Pessoas circulando na cidade, trazendo o que gastar**. Também tem a universidade como atrativo de pessoas e que **pode no futuro dar outra cara cidade** de Sumé”.

(C3) “Desenvolvimento para mim **precisa gerar emprego**. A gente vive em uma região que tem um dos piores indicadores socioeconômicos do Brasil”.

O momento que a comunidade vive, após três anos de instalação do *campus* de Sumé, é da expansão acelerada de construção civil, tanto no que se refere a prédios que irão abrigar e já abrigam a estrutura física da universidade, quanto da criação de espaços adequados para a moradia dos novos habitantes da cidade. Observa-se o aumento da realização de reformas de imóveis, com a finalidade de aluguel e venda, bem como o aquecimento do comércio local e a construção de um shopping center. No entanto, começam a surgir outras noções de desenvolvimento, para além da onda imediata de aquecimento da economia local e dos ganhos financeiros concentrados nas mãos de quem tem o que oferecer nesse momento em que a comunidade formada de alunos, funcionários e professores está buscando, em função das necessidades de subsistência.

A noção de desenvolvimento como algo autosustentável, aparece ligada a outras expectativas vinculadas às transformações sociais nas quais a universidade certamente cumpre um papel mais efetivo, embora menos visível. São as transformações nas maneiras pelas quais

a comunidade passa a interpretar o capital cultural já agregado às demais formas de capitais ali existentes (financeiro, social, etc). Nesse sentido, as falas dos entrevistados, principalmente de pessoas externas da universidade (lideranças políticas e comércio), questionam de que maneira esse desenvolvimento poderia estar atrelado às transformações situadas no campo social, favorecendo quem atualmente não tem como lucrar diretamente com esse momento de expansão de possibilidades econômicas, ou seja os mais pobres.

(L2) “O mais importante é que uma cidade conseguisse **conciliar esse desenvolvimento econômico, com um desenvolvimento que é hoje chamado como sustentável**, que vá atendendo todas as camadas, principalmente as que mais precisam”.

(C1) “A concepção que eu tenho é que as pessoas, **que a comunidade cresça junto com esse desenvolvimento**. Não é um desenvolvimento de crescimento de casas, entendeu? Esse amadurecimento é, essa política social, entendeu? Que a pessoa cresçam juntas, sabendo o porque das coisas”.

(C4) “A questão do **desenvolvimento da cidade é a longo prazo**, diferentemente do custo de vida, que é imediato. Aumentou muito o custo de vida, principalmente dos aluguéis”.

Nas entrevistas por nós realizadas podemos notar duas posturas principais em relação ao desenvolvimento a partir da chegada da universidade, tomando a mesma como um parâmetro para pensar as questões que envolvem mudanças visíveis e não totalmente explícitas, que demandam longo prazo e equilíbrio de outras variáveis, tais como melhoria geral no panorama social e econômico da região:

1) A comunidade interna da universidade, formada pelos seus gestores, docentes, funcionários estudantes, tende a acreditar que a ação universitária, a educação, a informação, a eventual socialização de novas tecnologias para a convivência com o semiárido, a melhor adaptação às condições de vida através do conhecimento ampliado, pode ser de fato uma contribuição efetiva e o papel que a universidade deve cumprir em relação ao desenvolvimento.

2) Por parte da comunidade externa, nas entrevistas com lideranças políticas, líderes comunitários bem como por comerciantes e atores do setor de serviços, a noção de desenvolvimento é balizada pelos reflexos apontados diretamente a partir de sua instalação, bem como pelo questionamento sobre a real contribuição da universidade, numa expectativa de desenvolvimento que consiga atingir classes mais afastadas da ação universitária, classes estas que se apresentam como demandando uma ação mais efetiva, como um desenvolvimento que seja capaz de gerar novas possibilidades de ocupação de emprego e geração de renda.

As expectativas nesse sentido são tidas como naturais, uma vez que ali a universidade se apresentou como um fator dinamizador da economia, carregada de significados que em muito tinham a ver com a possibilidade de que numa região bastante carente da ação do Estado de modo principalmente interventivo, a chegada de uma instituição com uma natureza propositiva, como é apontada pelos seus gestores, gera naturalmente expectativas quanto ao que ela está propondo e sobre quais condições podem ser estabelecidas as parcerias com a comunidade interna e externa.

Sobre as respostas relativas a essa variável, podemos destacar alguns pontos, dentre os quais a associação recorrente entre a *chegada* da universidade e o desenvolvimento. Ela aparece na grande maioria das falas, quer seja em termos de crescimento econômico, quer seja em termos de cultura e sustentabilidade, como vemos nos trechos abaixo citados:

(E2) “A universidade contribui diretamente nisso. Ela é feita para um desenvolvimento, de **formação, cultural, para a sociedade, formar cidadãos. O desenvolvimento econômico também, forma profissionais que vão gerar dinheiro**”.

(L2) “O papel da universidade aqui deve ser o de **trazer conhecimento**. Conhecimento é uma das maiores riquezas é ciência, é intelectualização. **Isso para mim é desenvolvimento**”.

Uma nuance em termos dessa tendência observada foi o destaque para a capacidade interventiva da universidade, apontando-se para a possibilidade de ação desenvolvimentista da instituição em termos de transferência de conhecimentos e tecnologias para as populações locais, como visto na seguinte fala:

(C4) “A gente mora em uma região que chove pouco, como estamos nesse momento. **A universidade pode dar uma contribuição em termos de desenvolvimento de meios para a convivência com a seca**”.

Ainda digno de nota é uma contradição que aparece nas falas a respeito do atendimento da população local em termos de acessibilidade ao ensino superior que a expansão universitária em questão promete. Nas falas dos entrevistados sobre esse ponto ficou evidente uma tendência à percepção em dois sentidos opostos: por um lado, afirma-se o veiculado nos discursos políticos produzidos para justificar o projeto expansionista das universidades brasileiras e, no caso, da UFCG, ou seja, a ideia de que a proximidade do *campus* universitário favoreceria o acesso da população local, que não precisaria se deslocar mais para longe de suas residências para estudar na universidade; por outro lado, aponta-se o fato de que a maioria dos estudantes, nem de professores e demais pessoal técnico, é da localidade em que se instalou o *campus*, o que colocaria em cheque um dos argumentos mais

utilizados para conquistar a vinda do *campus* da UFCG para Sumé e outras cidades do interior da Paraíba. É o que vemos, por exemplo, nas falas citadas a seguir:

(D1) “Eu acho que a universidade em si, está colaborando para o crescimento da cidade de Sumé e também das cidades circunvizinhas, porque as pessoas que antes não podiam por diferentes razões ou até pela questão do distanciamento para um centro maior para poder cursar uma formação superior, hoje em dia elas estão podendo fazer isso na **sua própria cidade**”.

(T1) “As pessoas que moram não tem uma educação que acompanhe o que aqui tá precisando, em termos de alunos que saem do segundo grau, eles não tem um nível que possam chegar na universidade, para fazer como que o aluno acompanhe o nível da universidade. **Nem se tem mão de obra e nem a formação de alunos da região para entrar na universidade**”.

As estatísticas disponibilizadas para a pesquisa, pelo CDSA, apontam a efetivação de matrículas de alunos naturais da cidade de Sumé, na taxa de pouco mais de 39%, sendo que no universo total de alunos, pouco mais 90% são paraibanos vindos de diversas regiões do Estado, ou seja, a universidade situada em uma região é capaz de atrair pessoas para a localidade, o que não significa que essas pessoas permaneçam ali depois de formadas, prejudicando justamente naquilo que a universidade teria condições reais de oferecer no contexto estudado, que é a colaboração nas transformações sócio culturais mais profundas da relação entre os habitantes e o lugar.

Outro conceito que é recorrente nos discursos justificativos do projeto de expansão interiorizada da universidade brasileira e que aparece nas falas dos entrevistados a respeito da presente variável de modo significativo é o de **melhoria da qualidade de vida**. Mais uma vez foi possível observar tendências opostas na interpretação dos efeitos da chegada do *campus* da UFCG à Sumé: por um lado tem-se a indicação da melhoria das condições de vida da população e por outro lado a indicação dos problemas gerados, como é possível observar nos trechos das falas registradas apresentados a seguir:

(D2) “**A universidade nessa região veio acrescentar, melhorar a qualidade de vida** nessa região”.

(D3) “A medida que a universidade se aproxima da população ela vai oferecendo condições de melhoria naquela região. Acho que **a universidade vem oferecendo algum direcionamento não total, acho que está começando**”.

(L2) É preciso pensar a questão da moradia. **Hoje a gente está sofrendo o pão que o diabo amassou do ponto de vista habitacional por causa da universidade**.

Uma das principais dificuldades apontadas e percebidas também empiricamente é quando da conceituação da noção de desenvolvimento. O termo assume uma pluralidade de concepções, perpassando a abordagem social, econômica, mista; a noção de qualidade de vida

e protagonismo social, razão pela qual um lugar, um grupo ou uma região seriam *desenvolvidos*, a partir da capacidade dos moradores conseguirem se situar e interagir com os acontecimentos e neles serem capaz de se posicionar.

A pluralidade dessas abordagens, dentro do contexto da pesquisa é interpretada como decorrente das variadas expectativas dos diversos atores no tocante à melhoria da qualidade de vida, e a universidade aparece como fator que pode colaborar. Ao mesmo tempo traz com a mudança novos panoramas e desafios a serem enfrentados.

Do ponto de vista teórico, as noções de desenvolvimento, perpassando a abordagem econômica, política ou social, devem se refletir, segundo Oliveira (2002, p. 38), em um desenvolvimento econômico, *acompanhado de melhoria na qualidade de vida*.

Furtado (1961) compreende o desenvolvimento enquanto o aumento do fluxo de renda, ou seja, o aumento da disponibilidade de bens e de serviços a uma população em um dado período de tempo. Esta seria uma noção fundamentada no paradigma econômico. No entanto, compreende o autor que ao disponibilizar esses bens a uma população, os índices que costumamos tomar como referentes ao desenvolvimento ou como sinônimos dele, tais como progresso, enriquecimento, melhoria dos indicadores sociais, melhoria do acesso aos bens e serviços de saúde, educação, segurança e alimentação estariam correlacionados com o aumento da renda, ou seja, à distribuição dos benefícios gerados pelo desenvolvimento econômico. O aumento da renda por si, associado com alto nível de concentração não poderia ser tomado, segundo o paradigma *cepalino* de Furtado, como equivalente a desenvolvimento.

A percepção do desenvolvimento aparece no estudo ora refletindo as expectativas de *melhoria de vida* dos atores, ora confirmando a noção de desenvolvimento apontada pelos reflexos imediatos percebidos na dinâmica de determinados nichos de mercado, a exemplo do mercado da construção civil e o aumento da demanda e dos preços dos poucos imóveis disponíveis para os aluguéis, revelando-se como um problema, que por sua vez, possui outras causas que estão para além da questão apenas habitacional.

Do ponto de vista dos gestores, essa noção se sustenta com a apresentação de indicadores da renda municipal em aumento, considerando o período de 2003 a 2011, espaço temporal que coincide com o período de instalação da universidade na cidade de Sumé. É importante salientar que o presente estudo não teve como objetivo apontar em que medida se deu ou não o *desenvolvimento* da cidade e da região. No momento, interessou-nos discutir teórica e empiricamente como se articulam os discursos sobre a relação entre as noções de desenvolvimento apontada pelos atores e autores e o papel que nele desempenha a instalação

de *campi* universitários, buscando elementos discursivos das argumentações postas pelos diversos atores.

A cidade de Sumé se apresenta nesse contexto com uma população de 16.072 habitantes (Fonte: IBGE, 2010), inferior à população dos anos 1990 que era de 17.230 habitantes, com retração na composição setorial do seu PIB tanto nos setores da agricultura como no da indústria, notando-se uma ligeira acentuação positiva no setor de serviços entre os anos de 2001 a 2005, conforme a tabela abaixo:

TABELA 3 – Composição setorial do PIB da cidade de Sumé – PB.

COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB – SUMÉ – PB – 2001/2005				
ANO	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	PIB
2001	8,1%	22,4%	74,2%	27.369.000
2002	9,8%	10,5%	74,8%	24.957.000
2003	12,6%	9,3%	73,2%	24.312.000
2004	10,1%	10,5%	74,2%	25.031.000
2005	9,8%	8,3%	77,3%	26.854.000

Fonte: BR Cidades/IBGE, 2012.

A recuperação do setor de serviços como indicador importante do desenvolvimento econômico do município, mesmo que em uma taxa pequena a cada ano, pode ser apontado de forma generalizada e sem condições de especificação, carecendo de fontes mais precisas, pela introdução de novas demandas no período de 2003 a 2005, quando houve a mobilização em torno da instalação da universidade na cidade de Sumé, o que só veio ocorrer efetivamente após o ano de 2008.

Quando se fala em aumento populacional, em *um maior número de pessoas circulando na cidade*, em *um maior número de construções*, até mesmo em *um volume mais significativo de recursos em circulação*, é necessário equacionar esses fluxos, atentando principalmente para a relação entre crescimento populacional, crescimento econômico e *bem estar social*, bem como para a composição do grupo de pessoas que passam a frequentar a cidade, em sua grande maioria estudantes. Conforme foi apontado na caracterização das variáveis no item *condições locais de desenvolvimento profissional e crescimento pessoal*, os estudantes naturalmente relatavam as dificuldades enfrentadas em relação ao deslocamento, à manutenção de suas residências e ao custo de vida da cidade.

A proposta principal do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido é a busca por uma atuação contributiva e propositiva da universidade para o desenvolvimento da

microrregião do Cariri Paraibano, apoiada no modelo de sustentabilidade, conceito este que possui um forte apelo em praticamente todas as políticas desenvolvimentistas na contemporaneidade. Essa noção aparece claramente no estudo, tanto do ponto de vista dos gestores, como dos docentes, acerca da noção de desenvolvimento e da mitigação de impactos ambientais.

Há uma preocupação e uma tendência apontada nas ações de extensão com essa finalidade, com a proposta de auto sustentabilidade das atividades do *campus*, com o desenvolvimento de pesquisas voltadas para o reaproveitamento de recursos naturais e geração de energia através de processos internos, bem como a pesquisa voltada, segundo a gestão do centro, para a *convivência sustentável da população do semiárido com as condições climáticas e ambientais*. Abordaremos esse tema com mais ênfase em seguida, quando se tratará do papel e das expectativas dos indivíduos entrevistados referidas à relação entre a universidade e o desenvolvimento.

Na conclusão desse tópico é importante ressaltar a dificuldade efetiva em se falar de um desenvolvimento sustentável e de conseguir equacionar as dimensões “social, econômica, ecológica, espacial e cultural” (SACHS, 1993, pp. 25-27), de modo que se reflita diretamente na qualidade de vida das populações. De acordo com essa corrente as condições postas para o desenvolvimento devem estar para além da compartimentação e da crença de que um aspecto em si, a exemplo do crescimento populacional ou do aumento da renda poderem ser tomados como *desenvolvimento*. Nesta direção, FILHO (1993, p.132) introduz a definição de *ecodesenvolvimento* como uma visão “holística” e ao mesmo tempo “sistêmica”, capaz de encarar as dimensões apontadas por Sachs (1993, p. 45), no conjunto dos aspectos “econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais (...), em uma abordagem que seja capaz de “analisar como as várias dimensões se interpenetram e interdependem”.

3.8.2 Relação expansão universitária e desenvolvimento

No tocante à correlação entre *universidade e desenvolvimento*, aparece como significativo o questionamento sobre o que é, no contexto analisado, o processo de interiorização e se como este se concretiza com a chegada da instituição à região. A partir das falas registradas podemos destacar a tendência à representação das condições de interiorização como dependentes de uma dinâmica que operacionalize a geração, por parte de seus habitantes, de vínculos mais efetivos com a região, de laços, de pertencimento, o que dará condições da universidade se consolidar como importante vetor de soluções para os

problemas enfrentados pela comunidade.

(D3) “A medida que a universidade se aproxima da população ela vai oferecendo condições de melhoria naquela região. Acho que **a universidade vem oferecendo algum direcionamento não total, mas acho que está começando**”.

(T1) “A universidade veio pra cá, está tentando desenvolver em função de toda estrutura, mas a complicação é **manter essa interiorização**”.

Há, sob a ótica de alguns entrevistados, aspectos a serem observados no processo de interiorização, entendendo que esta precisa estar para além da instalação física dos *campi*, necessitando se configurar principalmente como um fenômeno humano, ou seja, com pessoal e com ações capazes de colaborar diretamente nos problemas enfrentados pela região, empregando naquele lugar muito mais do que recursos financeiros, mas principalmente um conjunto de sentidos positivos relativos às identidades ligadas ao local.

(E1) “**Não sei se a universidade aqui vai trazer desenvolvimento, porque a maioria das pessoas não é daqui**”.

Uma tendência observada nos diversos grupos de entrevistados foi a de definir a expansão universitária como uma política capaz de colaborar diretamente com o desenvolvimento da região. Vejamos exemplos de como isso apareceu nas seguintes falas registradas:

(G1) “Foi uma das políticas mais acertadas que o governo federal se dispôs a fazer, depois de um refluxo neoliberal pesadíssimo com diminuição no número de instituições, com um forte apelo pelo ensino particular. Então eu **vejo com muita positividade esse processo como um todo**”.

(E2) “A universidade contribui diretamente nisso. Ela é feita para um desenvolvimento, de **formação, cultural, para a sociedade, formar cidadãos. O desenvolvimento econômico também, forma profissionais que vão gerar dinheiro**”.

Ao mesmo tempo que essa convicção de que a política de expansão tem uma ligação com o desenvolvimento da cidade, há uma cobrança implícita, na medida em que parte dos entrevistados no grupo de comerciantes e lideranças políticas fazem menções a situações enfrentadas pelo município na perda de espaços produtivos e ao enfrentamento de questões de emprego e de geração de renda, os quais são apontados como cruciais para a região, de maneira geral bastante carente dessas ações.

(C2) “A universidade deve ter também o papel de ajudar, que de certa forma **não deixe abandonados os que não têm mais condições de estudar**”.

(C3) “A universidade no interior **atrai muita gente de outras cidades e outros estados** e aqui por ser uma região carente, esperamos que ajude a gerar empregos e melhorar a vida das pessoas”.

Comparativamente às expectativas pontuais da relação entre expansão das universidades e desenvolvimento, aparece a contribuição mais significativa da política de expansão via interiorização dos *campi* universitários, que é a proximidade e a disponibilização de espaços de formação universitária nos lugares onde antes esse acesso era dificultado pela concentração dos mesmos nos grandes centros.

(T3) “Importante a questão da universidade aqui nessa região porque, antes, como a universidade ficava distante, havia todos esses **problemas de deslocamento**”;

(T3) “As pessoas que antes não podiam por diferentes razões ou até pela questão do **distanciamento para um centro maior** para poder cursar uma formação superior, hoje em dia elas estão podendo fazer isso na sua própria cidade”.

(E3) “Tem um aspecto bom que é dar **oportunidades para as pessoas que não têm condições de irem para a cidade grande estudar**”.

(L1) “É uma grande oportunidade. Hoje **não estuda quem não quer**”.

(L2) “O papel da universidade aqui deve ser o de **trazer conhecimento**. Conhecimento é uma das maiores riquezas é ciência é intelectualização. **Isso para mim é desenvolvimento**”.

(C1) “**A longo prazo é um investimento que vai ser muito bom para a cidade** porque ela oferece cursos que não tem em outras universidades. Muita gente de outras cidades e outros estados”.

Destaca-se ainda o pioneirismo de alguns cursos, em consonância com as metas estabelecidas pelo REUNI (2007), de inovações na oferta de cursos, flexibilização da formação e redesenho curricular das IFES. A educação é apontada como um dos fatores primordiais para o desenvolvimento, tanto por parte da comunidade externa, que acredita na ação da universidade nesse sentido, quanto das pessoas de fora da universidade, que interpretam o melhor acesso a educação no interior dos estados, como uma oportunidade de profissionalização e melhoria da qualidade de vida.

Esses cursos chamados de “inovadores” possuem, de acordo com os dados da pesquisa, a capacidade de congregar alunos vindos da maior diversidade de estados do nordeste, como os cursos de Engenharia de Biotecnologia, Engenharia de Biosistemas e Engenharia de Produção nos quais as vagas vêm sendo ocupadas por alunos dos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia, Maranhão e Paraíba, ao passo em que os cursos de Agroecologia, Educação no Campo e Ciências Sociais é ocupado na sua totalidade por alunos do Estado da Paraíba.

No tópico em questão, surgem questionamentos sobre a natureza do processo de interiorização deflagrado e as condições deste para colaborar no desenvolvimento, a partir da chegada de uma estrutura de ponta, que requer não apenas eficiência de funcionamento da sua estrutura física, como também a demanda por pessoal extremamente qualificado, tanto para a

composição dos seus quadros, quanto em termos de alunado, em tese, vindos da escola pública, nivelados por um processo de acesso cada vez mais baseado em parâmetros dos exames nacionais, revelando na compreensão de alguns dos entrevistados um gargalo que pode gerar entraves aos alunos da região, dadas as condições precárias de preparo destes para disputar uma vaga no ensino superior.

Por outro lado, há também uma crença de que a universidade aumente e valorize a aquisição de conhecimento, renovando as posturas culturais de maneira ampliada, frente às práticas e saberes já existentes na comunidade, o que pode representar um estranhamento, na medida em que essa prática seja efetivada, uma vez que o saber da comunidade precisa inclusive fazer parte da ação do ensino superior, dando a ela o tratamento crítico e científico.

A visão de Furtado (1984) acerca da relação entre universidade e desenvolvimento, mais uma vez é lembrada, considerando que esse autor é tomado como referência em diversos planos de atuação das IFES. Para ele, a universidade deveria cumprir uma importante função no desenvolvimento do nordeste, considerando o papel que esta tem na relação com o conhecimento de novas formas capazes de ultrapassar o legado de uma sociedade marcadamente arraigada em relações de dependência, a fim de que o homem se eleve à *plena dignidade*.

A partir do nosso estudo tornou-se evidente o fato de as universidades, na sua relação com o desenvolvimento, estarem bastante ansiosas em oferecer respostas e enumerar uma série de ações práticas que vão ao encontro das demandas da população, mesmo que a nova problemática revelada nas transformações pelas quais passa a cidade de Sumé traga à tona as questões mais cruciais enfrentadas pelo município.

Ratificando as interpretações de Gianotti (2004), a universidade sozinha, nem tampouco a educação “é capaz de arregimentar forças no campo das decisões políticas verdadeiramente significativas”, entendendo-se “*verdadeiramente significativo*” (grifo nosso) como a capacidade de equacionar o desenvolvimento regional, aqui nesse contexto tomado como o aumento variados dos diversos fluxos de capitais (financeiro, cultural, social, *etc.*) no sentido de gerar aquilo que Sachs (1993) considera como desenvolvimento sustentável, apoiado nas quatro dimensões anteriormente expostas.

Os enunciados dessa relação sob a ótica dos diversos atores (instituições, comunidade externa, lideranças e alunado) se encaminham no sentido de corroborar as expectativas postas às universidades na mesma medida em que aparecem nos estudos e documentos sobre essa relação. Este é um tema bastante controverso, na medida em que existe uma vinculação direta entre o Estado enquanto financiador das universidades, a questão da liberdade de pensamento

e a cultura acadêmica.

Há uma tensão entre os que pensam a universidade de maneira utilitarista e os que defendem a universidade como espaço de preservação da cultura, do saber e o lugar de “assimilação e digestão intelectual do saber” (BERCHEM, 1990, p. 15-17 *apud* OLIVEIRA, 2006, p.10). Nesse sentido, o autor coloca como condição para que a universidade possa cumprir essa finalidade, o gozo da autonomia intelectual plena, e que em função do financiamento estatal das atividades acadêmicas, a liberdade das instituições precisa ser conciliada com as pressões da sociedade na execução de uma função que não cabe a ela tão somente, correndo o risco dela se transformar em uma instituição cada vez mais burocratizada, funcionando como uma agência de serviços e cumprimento de agendas governamentais, quando não objeto de manipulação política.

No lugar em que esses dilemas aparecem, no contexto próximo das populações que colocam na universidade as suas expectativas, é possível se deparar com algumas situações que requerem uma análise sobre as condições de execução dessas tarefas que são atribuídas às instituições, principalmente atreladas à estrutura precarizada das pequenas cidades, inseridas em um contexto adverso de problemáticas cujas causas remontam a processos sociais mais complexos, além de condições ambientais não menos problemáticas, como o é o caso do semiárido.

Uma das tendências mais consistentes apontadas no estudo é a noção de que na percepção dos atores envolvidos a universidade possui um papel relevante na região, mesmo quando acompanhada de questionamentos acerca das condições estruturais e de sustentabilidade do processo de expansão interiorizada. Na compreensão de parte dos atores, apenas o fato da presença da universidade sob o ponto de vista organizacional e físico não garante que ela é interiorizada, principalmente considerando o seu corpo de atuação funcional (gestores, professores e alunos) e as políticas de gestão burocrática e da pesquisa e extensão.

A problemática apontada também se reflete na discussão do fato de que de uma maneira geral, os processos de expansão universitária interiorizada não têm garantido o efetivo incremento nem do acesso dos alunos da região ao ensino universitário nem às vagas de emprego por eles gerados. Um motivo de preocupação é a possibilidade de que a consolidação das posturas culturais deflagradas a partir da formação acadêmica e das condições políticas e ambientais para se efetivar naquela região uma ação empreendedora capaz de gerar vínculos permanentes, corra o risco de não ser aproveitada pelas populações locais.

Haveria nesse sentido, condições prévias em que a universidade poderia prestar a sua

contribuição, metaforicamente ilustradas pelas condições de “preparo do terreno” no semiárido, a fim de que a semente da universidade pudesse crescer e dar frutos desejados, em culturas periódicas, organizadas e parte de um processo que pudessem se considerar minimamente sustentáveis.

Relembramos que de fato houve um envolvimento dos atores locais bastante forte em defesa da implantação do *campus* da UFCG em Sumé, sendo a mesma uma ação “completamente induzida” (CANIELLO, 2012, entrevista), em um contexto em que havia o “Projeto Universidade Camponesa” sendo executado pela Universidade Federal de Campina Grande, para a capacitação de algumas famílias de agricultores, aliado ao contexto nacional uma política que favorecia recursos às IFES para os seus processos de expansão, além da conjugação de fatores internos, como a eleição para a reitoria da UFCG, na qual havia sido colocada então como meta de campanha do então candidato à reeleição a implantação do referido *campus*.

Notadamente uma ação dessa magnitude não ocorre sem que sejam envolvidos e conciliados os diversos interesses políticos e partidários locais e regionais, principalmente em uma área marcada por interesses bastante particulares e personalismos que caracterizam o processo de atuação dessas lideranças regionais e locais. Segundo Caniello, essa ação foi deflagrada a partir da “articulação política, que é papel do reitor fazer junto a essas lideranças”, que se deu, segundo ele, *sem partidarismos*, convencendo-as “da viabilidade e da importância do projeto”.

Uma vez consolidada a implantação, ainda em curso, com instalações físicas ainda sendo erguidas, a posição de alguns docentes tem sido de suspeição no cumprimento das demandas, que naturalmente são muitas, havendo dúvidas a respeito da possibilidade de a universidade dar conta das mesmas, principalmente com as ações de extensões, pilar da universidade que atrela a sua ação à população de modo geral. As ações de extensão teriam o potencial de aproximar a universidade da comunidade, mas não daria conta de todas suas demandas.

Por parte de alguns entrevistados da comunidade geral, surpreendentemente de pessoas do comércio, que em tese se beneficiariam diretamente da implantação do *campus*, há o reconhecimento de que o que a universidade ali poderia desempenhar de mais significativo era a proposição de políticas públicas voltadas para o enfrentamento das grandes questões da região, como a dificuldade de abastecimento de água e o planejamento de ações macroestruturais no âmbito da região, de resgate do setor produtivo e no combate à cultura do não planejamento dessas ações.

(C4) A gente mora em uma região que chove pouco, como estamos nesse momento, atravessando uma das maiores secas da história. A universidade pode dar uma contribuição em termos de desenvolvimento de meios para a convivência com a seca, no semiárido. Por outro lado a universidade deve ter também o papel de formar políticas e de ajudar politicamente. Que de certa forma não deixe abandonado os que não tem mais condições de estudar. A gente não pode criar favelas, vai ter uma camada de classe média, média alto e os outros? Se você começa a discutir com a sociedade políticas públicas de como construir casas, como sanear? É importante todas essas condições de moradia, saneamento básico e além disso a universidade também precisa ter uma preocupação com a capacitação das pessoas com cursos profissionalizantes para as pessoas da comunidade. Hoje o mercado exige. Empregos tem, mas falta capacitação.

Nos discursos elicitados nas entrevistas com indivíduos desse estrato, a universidade aparece como potencial produtora de conhecimento sobre as demandas locais e como uma instância na qual poderiam ser apontadas alternativas viáveis às instituições governamentais e não governamentais em termos de políticas públicas, o que poderia resultar na geração e gestão de conhecimentos, bem como dos impactos da situação regional. A capacidade crítica de questionar a ação da universidade e interrogar em que medida essa ação ultrapassa os muros da mesma, também é apontado por uma entrevistada da comunidade, que participou ativamente do processo de mobilização.

(C1) É preciso que as pessoas de fora de universidade, também acompanhem esse desenvolvimento (...) (*que questionem*) Porque eu estou aqui? Porque eu faço parte disso? Ainda não existe muito, ainda está muito solto.

Do ponto de vista teórico, essas questões que estão para além do que a universidade tem condições de oferecer, aparecem como contribuições esperadas das mesmas, dada a carência de um projeto consistente de desenvolvimento no âmbito nacional, salvo pela determinação das diretrizes do PNE para a década em que estamos analisando (MEC, 2006, p. 43), que propõe as universidades atuando numa perspectiva de inserção em um projeto de desenvolvimento, ainda não totalmente sistematizado. Outra questão que ainda pode ser apontada é o baixo nível de acesso a educação, de uma forma geral, o que pode dificultar o acesso aos recursos que a universidade disponibiliza.

3.8.3 Percepção global da política de interiorização

Acerca da *percepção geral da política de interiorização*, as tendências apontadas pelos entrevistados podem ser agrupadas a partir das seguintes posições, sendo feitas poucas referências aos objetivos da mesma enquanto política pública de acesso, observando-se que, nesse contexto, opera discursivamente a temática do desenvolvimento regional, como uma finalidade, quando a proposta do REUNI tinha mais a ver com a expansão do acesso,

manutenção e reformulação das IES para a democratização do ensino universitário.

(G1) “Eu acho que foi **uma política de democratização de acesso, sem precedentes**. A universidade saiu dos seus muros e se propôs a dar a sua contribuição real para os problemas que a comunidade enfrenta, com o seu **papel propositor e indutor do desenvolvimento**”.

De maneira estratégica, a fala do gestor reúne não apenas uma visão positiva da ação capitaneada pelo governo federal, bem como ressalta a importância desta para o desenvolvimento das regiões, entendendo a universidade como instituição capaz de propor alternativas desenvolvimentistas.

No que se refere à visão global da política de interiorização, os entrevistados apresentaram uma tendência a vislumbrar as contribuições positivas, embora, ao mesmo tempo, indicaram que encaram o processo com suspeição, aparecendo o fator estrutural como a preocupação mais recorrente. Vale destacar o que um dos entrevistados chamou de “risco de inversão da lógica de interiorização”:

(T1) “A interiorização favoreceu a vinda do pessoal de fora para cá e tirou a oportunidade do pessoal do interior. Inverteu a lógica de interiorização. Ou seja, **para que interiorizar, se quem faz a universidade não são as pessoas do interior? Se aqui não se encontram pessoas (nem alunos e nem professores) que façam de fato a universidade interiorizada? Isso é interiorização?** A cidade em termos de prefeitura, governo, precisa dar condições da população local ter acesso a essa universidade”.

(T3) “A principal dificuldade é **trazer uma estrutura que já vem montada do seu local de origem e as vezes o interior não suporta essa estrutura.**”

Sob esta perspectiva, além da composição dos quadros docentes e discentes, bem como do quadro administrativo pode ser pensada também ou principalmente a condição de que a ação de ensino, pesquisa e de extensão da universidade seja realizada de maneira indissociada da realidade regional. A introdução de cursos pioneiros e as ações de extensão, aparecem em outra variável, relacionada com as condições de realização dos profissionais, como uma ação considerada pelos docentes como de uma importância fundamental para a consolidação da proposta de interiorização.

(E3) “Acho que aqui está sendo bom para a comunidade porque eles estão sempre fazendo eventos nos quais **interage todo mundo: alunos e pessoas da cidade**. Tem projetos que têm como objetivo envolver as pessoas de fora da universidade. ”

As críticas mais frequentes da política de interiorização é no tocante a pouca estrutura da região, em termos habitacionais, de transporte e de serviços. Esse parece ser um desafio a ser enfrentado de maneira coletiva, com a participação das diversas esferas de poder, mas pode se constituir em uma visão preconcebida de condições ideais para a instalação dos *campi*

nessas regiões, uma vez que a universidade naturalmente deflagra uma mudança no fluxo de pessoas, na introdução de outros padrões culturais e renovação dos já existentes, sendo essa uma dinâmica que a universidade apenas potencializaria.

(D1) “Acho muito importante colocar campus ou polos das universidades nas regiões mais distantes, para que as pessoas tenham oportunidade de também entrar no mercado de trabalho sendo qualificados e tendo um curso de formação superior, porque só assim eles vão ter **qualidade de vida**”.

(D2) “As regiões do interior, são bem desvalorizadas, principalmente aqui por ser cariri, por conta dessa clima, muita gente não quer vir pra cá. Tem que ter um **atrativo para trazer as pessoas pra cá**. Essa universidade muitos professores que estão aqui, como eu que fixei residência, eu vim por conta desse atrativo que é um **emprego público federal**. Foi a maior contribuição para me trazer pra cá”.

(D3) “A interiorização favorece o desenvolvimento no interior, não tenho dúvida. Os alunos vão chegando, pelo menos o comércio na região está aquecido. Eu não posso definir **até que ponto isso favorece de fato o desenvolvimento social dessa região**. Favorecia se a gente tivesse aqui, de fato, o maior número de alunos daqui dessa região. **A interiorização é importante, favorece o desenvolvimento local, com várias limitações, mas favorece**. Sou a favor, no sentido também de se levar a escola, o governo tem uma dívida muito grande com a população que foi sempre colocada à margem da sociedade”.

(T2) “**Muito positiva a universidade aqui, dando oportunidade das pessoas estudarem por aqui sem ter que se deslocar**, perder tempo, arriscar-se na estrada, os ônibus nem sempre seguros.”

Esta é a posição dos docentes e técnicos entrevistados destacando a importância das pequenas e médias cidades em oferecer oportunidades para a inserção de profissionais qualificados, entendendo que as problemáticas enfrentadas necessitam inclusive dessa ação potencializadora da universidade em diminuir os seus impactos. Por parte dos estudantes, a noção é de que a cidade antes mesmo da instalação do *campus*, já deveria oferecer as condições estruturais necessárias ao incremento de novos habitantes e serviços públicos e privados de uma qualidade compatível.

(E1) “É confusa, porque **as cidades não tem estrutura para comportar um investimento desses**. A cidade é fora do normal para ter universidade.”

(E2) “É interessante, mas **a minha expectativa não é ficar aqui**, é transferir para João Pessoa.”

Por parte das lideranças e da comunidade, há a expectativa de que a política de interiorização seja um vetor de formulação de outras políticas sociais, naquilo que ela se propõe: dotar de tecnologias apropriadas o homem na convivência no semiárido, mais uma vez revelando o quanto de expectativa se tem, pois a condição de vida do homem do campo na região, remonta um longo processo de decadência, com causas muito mais sócio-culturais do que mesmo climáticas.

(L2) “A universidade pode contribuir para o desenvolvimento **formando políticas**

públicas, por exemplo relativas a como manter o homem do campo no campo.”

De maneira geral, tanto a comunidade interna, quanto a comunidade externa tendem a interpretar a política nacional de interiorização das universidades como uma ação positiva, capaz de gerar inclusão e colaborar na democratização do acesso a formação superior, se aproximando dos contextos locais e regionais, principalmente pela produção de conhecimentos sobre essas realidades.

Os gestores, docentes e técnicos tendem a considerar a política de interiorização como uma oportunidade com efeitos diretos e positivos sobre as localidades, desconhecendo em grande medida os objetivos para os quais ela foi formatada. Há, na exposição ou justificativa de motivos da política de interiorização do REUNI (2007), uma clara intenção desta em se configurar como uma política de enfrentamento do abismo posto no acesso dos jovens ao ensino universitário, que não apenas compreende a presença das universidades públicas, mas nesse sentido, podem ser apontadas também como vetores de enfrentamento dos indicadores a implementação da educação à distância, as políticas afirmativas de cotas e a oferta de vagas no sistema privado.

Essas questões não aparecem no estudo, não apenas pelo enquadramento do mesmo tratar da interiorização via universidade pública, implantando a sua ação administrativa e acadêmica nas localidades mais afastadas dos grandes centros, mas revelando também e principalmente, na nossa interpretação, uma compreensão se não equivocada, mas pelo menos parcial das finalidades da política de interiorização ao não serem mencionados na visão geral as finalidades formais da mesma.

Por outra via, se percebe uma certa desconfiança relativa à ação, talvez pelo fato dela representar um processo em grande medida induzido, atraindo estudantes, professores e funcionários vindos de outras cidades, para uma região que eles consideram de pouca atratividade, a não ser em função da oferta de vagas como estudantes ou como profissionais em instituições creditadas ao fator de qualidade tanto de ensino das instituições públicas, quanto de qualidade de vida possibilitadas pela estabilidade no serviço público.

Rememoremos de maneira rápida as linhas gerais da principal política de expansão do ensino superior – O REUNI – em cujo âmbito se deu a implantação do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido. Antes disso, faz-se necessário salientar a justificativa da existência de uma política que viesse a favorecer o acesso ao ensino superior. Podemos interpretar como uma tentativa de democratização do acesso das populações menos favorecidas ao ensino universitário público, dificultado pelos processos históricos e sociais e

pela própria dinâmica de crescimento do Brasil, durante o seu processo de industrialização. O privilégio aos espaços urbanos, às classes que teriam mais condições de acesso ao capital financeiro e conseqüentemente a oportunidade de converter e reproduzir as demais formas de capital social, cultural, etc., colocaria em condição de vulnerabilidade tanto determinados segmentos sociais como também determinados espaços, mas hoje não se concebe esses espaços e segmentos sociais como impossibilitados de reversão daquilo que lhes foi negado.

Pela via da nossa interpretação dos achados empíricos da nossa pesquisa, podemos propor que a razão de ser dessas políticas leva em conta essas assimetrias enquanto realidades, inscrevendo-se num esforço para produzir a “*endogeneização do desenvolvimento*”, surgida como uma necessidade do próprio sistema capitalista de implicar o contexto regional e o local tanto nas suas políticas de desenvolvimento como nas demais políticas, sendo cada vez mais os níveis estaduais, municipais e por fim as próprias instituições como as universidades, convocados a apresentarem alternativas para os seus próprios desafios, mais do que coletivamente, pois no nosso entendimento, ao ser dada a oportunidade de “*sucesso*”, o fracasso aparece como uma implicação subjetiva. E aí surge o maior dos desafios: entender que as condições regionais de sucesso e fracasso estão acima das condições de atuação dos sujeitos.

A razão de ser da política de expansão universitária não é o fato das pessoas das pequenas cidades possuírem dificuldades de atingir a escolaridade superior em função de diversos fatores. Grande parte das pessoas a quem se alega a expansão universitária deveria atingir e não atinge nem mesmo os níveis satisfatórios de educação básica.

No caso específico da educação superior, a introdução da política de expansão se dá num cenário marcado pela pressão das instituições multilaterais, a exemplo do Banco Mundial, sob o argumento de que há de fato indicadores que apontam a baixa taxa de acesso de jovens na faixa de 18 a 24 anos no ensino superior, sendo apontado como caminhos para esse enfrentamento “o redesenho curricular dos cursos, valorizando a flexibilização e a interdisciplinaridade, diversificando as modalidades de graduação e articulando-as com a pós-graduação” e ainda criando condições de aproximar “a educação superior com a educação básica” (MEC, 2007, p.5). Em certa medida as distorções fundamentais do sistema educacional como um todo permanecem inalteradas.

A Universidade Federal de Campina Grande e outras instituições federais desenvolveram os seus planos de expansão num contexto em que o Ministério da Educação garantia a exequibilidade financeira “mediante termo de pactuação de metas firmado entre o MEC e as instituições participantes” (*ibidem*), em situações muitas vezes marcadas pela

pressa com que as ações eram demandadas e sob o argumento de que “era preciso não perder o bonde da história”. Embora alguns argumentem que o REUNI foi uma oportunidade para repensar as universidades públicas no país, é preciso também pensar no tempo exíguo em que a reforma e as medidas expansionistas foram *decididas* e implementadas, com consequências que somente posteriormente poderemos avaliar mais acuradamente. Nesse sentido, é importante pensar no argumento apontado pelos sindicatos que defendem a consolidação interna das instituições, como forma de preservar a própria universidade na sua função primordial que é a de produzir a síntese do conhecimento dos processos complexos da sociedade contemporânea.

Nas entrevistas poucas menções surgiram sobre o argumento apontado na formatação da própria política de expansão: o enfrentamento da baixa condição de acesso das pessoas à educação superior. No caso de CDSA, adiciona-se um outro elemento justificativo, o de que sendo financiadas pelo poder público têm o dever de oferecer alternativas práticas para os desafios do subdesenvolvimento, para a melhoria das condições infraestruturais de saúde e saneamento básico deficitárias.

A presença da universidade na região é vinculada pelos diversos atores locais a uma possibilidade de oferta de oportunidade para as pessoas, tanto em termos de escolarização em nível universitário quanto como oportunidade de trabalho. Além das vagas disponibilizadas via concurso público, há também as vagas oferecidas pelas empresas terceirizadas, que cuidam da conservação e da segurança do campus, além do transporte e da logística.

Embora alguns entrevistados tenham notado uma preocupação com a pouca ocupação dos cargos da universidade por pessoas da cidade, as estatísticas oficiais de registro funcional do centro apontam número de 55 dos 87 professores procedentes do Estado da Paraíba, entendendo que a ação da universidade procura congrega também forças situadas no âmbito local e regional.

Outro aspecto suscitado durante o trabalho de campo, juntamente com a visão da necessidade de acompanhamento e de avaliação da política de interiorização, foi o risco da inversão da lógica de interiorização, principalmente pelo fator de baixa qualificação tanto dos alunos do ensino médio da região, como de pessoal para a ocupação para concorrer nos concursos públicos destinados ao preenchimento das vagas do quadro técnico e docente abertas pela implantação do CDSA. Nesse caso teríamos uma instituição onde coexistiria uma grande contradição sob o ponto de vista da expectativa dos atores acerca da interiorização: seria uma instituição com quadros docentes, discentes e administrativos de pessoas oriundas dos grandes centros, com reflexos sociais e culturais da região. O que chamou nossa atenção é

a relação entre as finalidades e objetivos alcançados pela política de interiorização, a qual do ponto de vista das metas, propunha o seguinte, para ser alcançado em um período de cinco anos:

- ▲ Ampliação da oferta de vagas, principalmente no período diurno;
- ▲ Redução das taxas de evasão;
- ▲ Ocupação das vagas ociosas;
- ▲ Reestruturação acadêmica curricular e renovação pedagógica do ensino superior dos cursos de graduação e de pós graduação, através da inovação nas graduações, articulação com a pós-graduação, flexibilização curricular e capacitação dos docentes e funcionários;
- ▲ Mobilidade inter e intra institucionais de alunos e professores;
- ▲ Compromisso social da instituição através de políticas específicas de inclusão, assistência estudantil e políticas de extensão.

Sobre política de expansão, os entrevistados da comunidade externa ao *campus* classificam como positiva a disponibilização de oportunidades de acesso à universidade próximas da moradia e do local de trabalho, o que é visto como potencialmente capaz de gerar melhor qualidade de vida para os indivíduos da cidade e microrregião. No entanto, são apontados alguns aspectos que suscitam a necessidade de avaliação e ajustes da política na sua execução em nível local, principalmente quando estão sendo discutidas as finalidades que estão para além das metas intrínsecas da política, que neste caso seriam os resultados da capacidade da universidade induzir o desenvolvimento de uma maneira ampliada na visão dos entrevistados.

Com relação a essa finalidade, a direção apontada por alguns entrevistados, encara a política de expansão do REUNI como uma ação importante, que embora cumpra um papel de atender o direito de acesso das populações locais ao ensino superior, encerra alguns receios quanto à capacidade efetiva de gerar um desenvolvimento social e cultural, para além da onda de especulação financeira momentânea, que a presença das universidades desperta nas pequenas cidades, agravando abismos existentes do ponto de vista de geração de renda. Vale ressaltar que esses aspectos são interpretados no contexto do estudo como reflexos imediatos dessa política, dadas as condições precárias de convivência e de oportunidades de geração de emprego e de renda nessas cidades, não perdendo de vista os objetivos e as metas maiores que a mesma propõe.

No cumprimento dessas metas, alguns entrevistados apontam a falta acompanhamento

e avaliação da política de interiorização, além da precariedade do efetivo preparo para lidar com a realidade local. Salientam que por vezes aquilo que a universidade propõe não é o que as pessoas da comunidade querem. Esse aparente descontentamento com o protagonismo da universidade pode ser pensado a partir de dois aspectos:

1 – O papel que ela passou a assumir de oferecer soluções para os problemas enfrentados na relação das comunidades com o ambiente e como agência de serviços demandados pelo Estado;

2 – A aproximação da universidade de uma visão empresarial e utilitarista, como reflexo de sua submissão às regras do mercado. Nesse sentido, ela se vê ofertando cursos que respondam a uma agenda posta como a da sustentabilidade, tornada paradigma mundial, reflexo do processo de globalização e da iminente ameaça de perdas de espaços produtivos capazes de gerar desequilíbrio no padrão de consumo, ora se voltando para as necessidades mais emergentes, resultado das falhas nas ações políticas do estado, tais como a pouca capacitação e condição de trabalho dos professores de um modo geral, a má gestão dos recursos hídricos e as condições precárias de saneamento e de infraestrutura das cidades e dos *espaços rurais*.

3.8.4 Percepção dos efeitos no nível local

Quanto à *percepção dos efeitos locais*, as principais tendências encontradas se encaminham no sentido de observações pontuais sobre a dinâmica urbana da cidade e aumento significativo de taxas de serviços e mercadorias, bem como um relato de dificuldades encontradas no tocante a moradia e a prestação de serviços ainda precários.

(D1) “Quando eu cheguei aqui era um pessoal meio sem lapidação ainda para o tratamento com o cliente. Hoje em dia não, hoje eu **vejo que o tratamento com o cliente é mais profissional**, e eu acho que isso tudo vem pelo pessoal que está procurando a pousada, que é um público da universidade, antigamente não, era um pessoal que estava de passagem, de viagem e hoje em dia, muitos professores ficam na pousada, e eles tem que se adaptar também a esse tipo de publico.”

(D2) “Eles **estão preocupados em atender bem a gente**. As lojas já estão com coisas mais modernas, os supermercados os produtos com uma variedade maior, a gente chega para o dono do estabelecimento e diz o que gostaria que tivesse ali e **eles correm atrás pra atender a necessidade da gente**.”

(D3) “Mudou a feira daqui. A feira passou a oferecer produtos que antes não oferecia. Até os restaurantes também. A gente vê também um **aumento no numero de obras de construções**, as pessoas querendo atender essa necessidade e se favorecer com isso, são as coisas que eu mais percebo aqui. A **sinalização de ruas, placa de trânsito**, tudo isso aconteceu depois que eu cheguei aqui.”

A variedade de serviços ofertados também tem sido destacado pelos entrevistados, bem como tem sido observada a pouca profissionalização do setor de serviços, como um

desafio posto para a cidade, no atendimento ao que uma entrevistada destaca como “o surgimento de uma nova classe de consumidores” que o comércio local passa a contar como permanente.

(T1) “A gente vê que o pessoal já está **construindo mais, os alugueis, já está começando a ficar mais complicado nesse sentido, vem muita gente de fora, professores e funcionarios a maioria são de fora, alunos também são de fora a grande parte**. Essa parte de moradia está mais complicado. No começo tava mais fácil, mas não está acompanhando o crescimento da demanda de pessoas e da disponibilidade de moradia. Agora **em termos de alimentação já deu uma melhorada, já tem mais opções**, já tem mais restaurantes, a gente vê os estabelecimentos fechando as portas mais tarde do que quando a gente chegou aqui. É uma adapatacao um pouco lenta, mas a gente já vê melhoras.”

(C2) “**Aluguel em Sumé aumentou** assim de **quatrocentos a quinhentos por cento**, um absurdo. Casa que era cem reais, hoje é quinhentos, seiscentos reais, sem a menor estrutura que justifique esse preço, a não ser a procura de pessoas que precisam alugar. Isso é uma preocupação. **A universidade trouxe esse mal**. A cidade **não tinha estrutura física** em termos de habitação para receber esse pessoal.”

É importante ressaltar o impacto desse crescimento de demanda por moradia, enfatizando principalmente a condição de sujeitos mais vulneráveis, abrindo possibilidade de discussão de outro aspecto importante no acesso do ensino superior, quando se declara a intenção da oferta de cursos aos filhos de agricultores locais, pessoas cujas condições de renda são bastante limitadas. O que se questiona é em que medida o acesso tem sido dado a esses jovens, ou se quem está sendo afetado por essa onda de especulação do setor imobiliário e de serviços na cidade, não tem sido exatamente aqueles que estão no foco da ação da universidade, ou seja, os estudantes? Estes alimentam não apenas anseios bastante fortes de melhoria das condições de vida, mediante uma formação universitária, bem como representam a parte mais vulnerável que sofre diretamente com as condições precárias de moradia e as limitações impostas pelos altos preços dos aluguéis e dos serviços na cidade, incompatíveis com as condições de estrutura de apoio demandadas por eles.

(E1) “**A cidade é desestruturada, não oferece perspectiva**, muita gente desiste quando chega aqui. Os imóveis são desestruturados. É tudo emprestado as coisas da gente, televisão não tem. Acesso à internet não tem, é um cabo para quatro pessoas. A universidade oferece bolsa, mas é muito pouca. Todas as pessoas que moram aqui, estudam aqui são de fora, dificilmente tem gente daqui. **A maioria mora aqui mas não é daqui.**”

(E2) “Aumento de preços, aluguéis stupidamente caros, alimentação mais cara, transporte mais caro, foi um aumento significativo da economia local, porém eles

exploraram um bocado essa nova onda da universidade. Aumentou o preço de muita coisa. Agora também assim, você pode ver novas residências construídas, prédios comerciais sendo construídos, prédios residenciais em construção tudo por conta desse aumento do índice de moradores aqui na cidade que é de 400 a 500 pessoas por ano. Tirando a evasão e a inclusão no meio desse processo.”

(E3) “Moradias que **não oferecem conforto e os que oferecem esse conforto é um preço absurdo.**”

Na visão do gestor do *campus*, a universidade tem cumprido naquele contexto a função indutora do desenvolvimento, provocando o surgimento de outras demandas no setor cultural e na oferta de possibilidade de formação de um capital cultural cada vez mais significativo, se mostrando bastante confiante no sucesso da ação, desde a transformação do projeto UNICAMPO em uma proposta consolidada de investimento na instalação, manutenção, apoio logístico e parcerias entre o poder local, tendo da comunidade externa uma boa referência da presença da universidade na região.

(G1) “Na minha visão esse papel vem sendo cumprido com dilemas, mas cumprindo sim a **função de indutora do desenvolvimento.** Nos estamos sim ajudando nessa indução e a história dirá o que se produziu de impactos. A própria receita do município é um índice dessa mudança. Claro que tem outros critérios, mas é um indicador que precisa ser verificado”.

As expectativas em torno das mudanças culturais também são apontadas por pessoas externas da comunidade, tais como lideranças comunitárias e comerciantes, tendo a observação de que essas transformações são menos perceptíveis e demandam um tempo maior para que sejam evidenciadas.

(L2) “Outro aspecto que **mudou** e está mudando aos poucos é o **aspecto cultural,** você vê sempre mobilizações, movimentos culturais que mobilizam a comunidade. Aos poucos já se percebe as pessoas que não tinham quase nenhum conhecimento, **já começam a ter um entendimento melhor das coisas.**”

(C3) “Tem só dois ou três anos que estão aí. **Eu acho que a cidade ainda não progrediu.** Não dá pra ver nesse tempo ainda esse progresso, mas eu acho que **daqui a uns dez anos isso vai ser bem visível.**”

(C1) “Isso **ainda não surtiu um efeito,** eu ainda **não captei essa mudança significativa** aqui não. Mas eu vejo essa questão econômica, a questão de oportunidades, não é? De certa forma está ampliando a visão eu não sei se esse povo vai ficar por aqui, não é verdade? **Se a região vai reter essa mão de obra qualificada. Eu sinceramente acho que não.**”

Há uma preocupação entre alguns dos entrevistados com as condições de oferta de possibilidade de escolarização dos filhos em função da incipiente e defasada estrutura educacional do município, que está em consonância com a já apontada precariedade dos serviços oferecidos.

(T3) “Em educação por exemplo, tem apenas uma ou duas escolas para os filhos, em

termos de alimentação, tem poucos lugares para comer, **transporte não é uma coisa que se pode dizer que é bom, não tem muita opção**. Ao mesmo tempo tem a coisa de **dar oportunidade para as pessoas**, ou seja, a cidade tem se desenvolvido sob vários aspectos as pessoas tem construído mais casas para alugar, mais pontos de alimentação as pessoas **já estão se preocupando em fazer alguma coisa que venda para a universidade**, ou seja todo o corpo de funcionários.”

Quanto à mudanças de índices de violência, mesmo com o aumento do fluxo de pessoas, não se nota por parte dos entrevistados, nenhuma alteração significativa.

(C4) “Uma média de vinte a trinta pessoas que viajam aqui todos os dias só estudantes, principalmente na quinta e na sexta. Pelo que eu vejo **a mudança no custo de vida foi a coisa mais notada hoje. Não aumentou índice de violência**, apenas aquelas coisas habituais mesmo, nada de mais grave.”

Importante ainda ressaltar o momento em que a comunidade tanto externa, quanto interna se encontram de questionamentos sobre a diferença entre crescimento (inclusive desordenado e sem condições estruturais adequadas) e desenvolvimento, resgatando para o debate a contribuição da universidade sobre o desenvolvimento. Há por parte de toda a comunidade a consciência de que a cidade precisa enfrentar as questões que estão inclusive postas muito antes em torno do seu desenvolvimento enquanto município atualmente com poucas alternativas produtivas.

Por outra via, no plano nacional, a concentração de recursos e a própria característica do processo de crescimento do Brasil, destacou o protagonismo dos grandes centros urbanos como aqueles espaços onde pode ser agregadas a maioria dos serviços e as possibilidades de melhores níveis de qualidade de vida. Essa promessa parece ter sido algo que não só colocou as pequenas cidades em um estágio de estagnação e poucos investimentos em infra estrutura, como também agravou as questões sociais nos grandes centros, com demandas extremas e inatendíveis por emprego, moradia, saúde e segurança pública, provocando a marginalização e a baixa qualidade vida.

Hoje essas mazelas não são exclusivas dos grandes centros. Nas pequenas cidades já se percebe um aumento de pessoas desempregadas, reflexo da extinção de setores produtivos, como se observa na própria cidade de Sumé, que durante os anos de 1980 foi o maior produtor de tomate do Estado da Paraíba, com uma produção e transformação da matéria prima em produtos industrializados no próprio município. A ausência de planejamento tanto na bacia do açude que abastecia o perímetro irrigado, quanto no fomento a essas atividades, fez com que essa produção e esse setor fossem extintos, gerando reflexos diretos nas condições das pessoas continuarem a residir no município, tanto que hoje a população do município é inferior à do início da década de 1990.

Isso denota uma baixa renovação das forças produtivas e uma concentração do

trabalho em atividades voltadas para o setor de serviços e a dependência econômica do município em relação à massa de salários do funcionalismo público estadual e municipal e à transferência de renda proveniente dos programas governamentais e aposentadorias dos idosos. E isso é de fato a característica de grande parte dos pequenos municípios no interior do nordeste: a incapacidade de gerar ações duráveis de desenvolvimento. E não apenas isso. A ausência de uma política de desenvolvimento revelou a condição própria da economia dependente de uma maneira niveladora, tanto nos grandes centros urbanos que hoje estão dando sinais de saturação de sua capacidade de transportes, de serviços de saúde, de segurança pública, *etc.*, quanto nas pequenas cidades, apresentando um crescente índice de marginalização dos jovens e das crianças. A ausência de empregos formais para a população economicamente ativa aumenta a taxa de pessoas subempregadas ou em atividades não formais, a ponto de requerer políticas específicas de *formalização da informalidade*, como os programas de incentivo à regulamentação de pequenos negócios e de registros como empreendedores individuais.

Segundo Milton Santos (1988), “quanto menor o lugar, tanto maior o nível de determinações externas que incidem sobre ele”. Desse modo, a característica dependente da economia, a demanda por atividades sustentáveis, a demanda por educação, saúde, serviços de qualidade tudo parece ecoar com muito mais veemência, gravidade e muito menos condições de serem internamente supridas do que nos lugares onde esses agravantes são parte ou reflexos de um processo de crescimento não planejado, ou onde se deu uma prioridade para o crescimento desses espaços atraindo pessoas em busca de melhor qualidade de vida, como é o caso das grandes cidades no passado e hoje das pequenas cidades como Sumé.

3.8.5 Condições locais para o desenvolvimento pessoal e profissional

No estudo ainda foi incluída essa variável *direcionada especificamente aos funcionários e professores* e que também poderia ter sido estendida aos alunos, uma vez que eles naturalmente em suas falas apontavam as suas expectativas e os seus projetos de vida. Curiosamente entre os alunos foi onde se percebeu a maior preocupação destes em dizer o que esperavam do futuro e quais condições a cidade oferecia para esse projeto de vida.

Grande parte dos entrevistados não era da região e não tinha pretensões de ficar por lá depois de formados. Alguns apresentavam declaradamente a intenção de utilizar o vestibular como um ritual de entrada na universidade, para posteriormente buscar a sua colocação no contexto de origem, onde as dificuldades de acesso se mostravam mais acentuadas. Essa

tendência também foi notada entre alguns funcionários.

De maneira geral, nessa categoria de análise que investigava as *condições locais de desenvolvimento profissional e crescimento pessoal* novamente aparece a questão estrutural da cidade como determinante da oferta não satisfatória de possibilidades de educação para os filhos dos funcionários e do acesso precário a serviços de saúde de qualidade. Ao mesmo tempo, os funcionários e professores que se mudaram definitivamente para a cidade, reconhecem a oferta desses serviços, não na mesma proporção e variações que são oferecidos nos grandes centros, mas reconhecem a possibilidade de se criar alternativas para o enfrentamento dessas condições.

(T1) “Infelizmente a cidade em termos de escola, família, ainda está um pouco complicado aqui. Profissionalmente, eu fiz o concurso já pensando em ficar aqui mesmo na cidade e espero que desenvolva partindo do desenvolvimento da cidade, possa fixar família, eu não sei se dependendo do tempo, eu vou querer continuar aqui, se vou fazer outro concurso, por enquanto eu tiver solteiro minha vida profissional vai estar se desenvolvendo e adiantando. **A gente apesar de tudo tem algumas facilidades. Em termos de aprendizagem tem algumas facilidades, tem a possibilidade de se capacitar, coisa que em outros cargos públicos não é oferecido.** Em termos profissionais, intelectual, qualidade, aqui se oferece uma coisa muito boa nesse sentido.”

(D2) “No momento, eu que vim de uma cidade maior sinto dificuldade com algumas coisas, **não tem um cinema**, que eu adoro cinema, mas já existe um projeto para revitalização para colocar o cinema para funcionar, o shopping do artesanato, já vai ser um ponto turístico para a cidade, hoje meus filhos fazem inglês aqui, achavam que não ia ser possível isso aqui, **não temos no nível de qualidade de uma cidade grande, mas temos.**”

No contexto da interiorização as cidades possivelmente têm se tornado atrativos interessantes, por oferecer possibilidades de empregos públicos estáveis e possibilidades de aperfeiçoamento, cada vez mais concorridos nos grandes centros. Esta é a maneira como parte dos entrevistados, professores e funcionários têm legitimado a sua experiência de trabalho, como capaz de oferecer a possibilidade de ressignificar a sua carreira, desenvolvendo atividades mais ligadas a comunidade e aproveitando as oportunidades de melhoria não apenas do ponto de vista financeiro, mas como em termos de oportunidades de qualificação.

(D1) “A universidade aqui em Sumé, está me proporcionando um tipo de experiência que eu não tinha antes de **trabalhar diretamente com a comunidade**. Claro que eu trabalhava com gente, por que eu trabalhava com alunos, mas em trabalhar em alguma coisa que vai favorecer a comunidade.”

(T3) “O **meu projeto de vida é em Campina Grande**. Profissionalmente aqui é bastante interessante, é um campus novo, tem bastante coisa que pode ser explorada. Por uma questão logística, a gente ficar aqui gasta bem mais, tem aluguel, transporte, combustível, alimentação, **uma parcela do nosso salário fica aqui em Sumé e a gente tem a nossa vida pessoal em outro lugar** que o restante desse salário tem que segurar uma estrutura em outra cidade que você não pode trazer. Então você tem uma **vida meio que dupla.**”

As diferenças culturais também são apontadas como indícios de inadaptação ou até mesmo sofrimento, como a divisão entre vida para o trabalho e vida para as relações afetivas mais próximas (esposa(o), filhos(as), namoradas(os)), ocupando boa parte da vivência social do sujeito, restando pouco tempo e até mesmo poucos recursos provenientes do salário, para a família e para as atividades pessoais, ocasionando uma "vida meio que dupla" (T3).

Uma das entrevistadas, proveniente de outro estado da federação, onde as relações se davam, segundo ela, de maneira mais impessoal, relata inadaptação à forma de estabelecimento de relações típicas dos pequenos lugares, onde há uma relação quase que familiar entre os membros da comunidade, carecendo de referências familiares a fim de se estabelecer uma empatia entre os indivíduos.

(D3) “O transporte é precário, é difícil também comer na rua. Os restaurantes oferecem sempre a mesma comida engordurada em todos os lugares, **é muito difícil morar em Sumé**. É difícil morar aqui. Muitos problemas: as casas não têm janelas, as casas daqui não têm janelas! **A prestação de serviços é muito difícil**. Gentileza no atendimento? Essas coisas não tem aqui! Só depois que você conhece as pessoas, aí elas até que amansam. Se você for só num lugar eles não te atendem bem. **Você tem que ser de alguém. Fulano de fulano. Senão não te atendem. Quem é você? Tem que ter referencial**. Na cidade grande, como eu cresci, morava em São Paulo em todos os lugares, banco, açougue, todo lugar, eu era bem tratada. Não tinha esse personalismo, não tinha isso, não precisava eu ser de ninguém, eu chegava lá, comprava, resolvia minhas coisas”.

A perspectiva se mostra inversa na fala de pessoas da cidade de Sumé que trabalham no *campus*. Nesse sentido, a experiência de trabalho e as possibilidades futuras de aperfeiçoamento profissional, além do aproveitamento do esforço de formação, são apontados como fatores positivos.

(T2) “De início eu to satisfeita sim. Eu passei para a vaga que tem muito a ver com a minha área de formação que é contábeis. Eu estudei isso, eu **sou daqui da cidade**. **O que eu aprendi está sendo aplicado aqui**. Pretendo fazer mestrado. Consegui fazer especialização à distância, que futuramente se tiver aqui no *campus* seria bem melhor.”

De maneira geral, tanto funcionários quanto professores, tendem a destacar como positiva a possibilidade de crescimento profissional, oportunizada pela criação de um *campus* universitário com uma proposta nova e em um lugar onde a comunidade tende a positivar em alto grau a presença daqueles como colaboradores fundamentais para algo que demandou o engajamento de toda comunidade, desde pessoas comuns, lideranças políticas, movimentos sociais e setores do comércio. Por outra via, a preocupação de parte desses funcionários e também dos alunos é se inserir na esfera do serviço público ou vencer o ritual do vestibular e pleitear a transferência para centros de origem ou lugares onde as suas expectativas de vida sejam melhor contempladas, sendo esse um momento transitório.

3.8.6 A percepção da chegada do *campus*

Conforme foi visto, a chegada do *campus* da UFCG à cidade de Sumé representou um desafio, já que são necessárias estruturas administrativas complexas e uma oferta de serviços apropriados para uma quantidade maior de pessoas. Neste segmento do trabalho de campo, avaliamos principalmente os efeitos imediatos percebidos a partir da chegada da universidade, pensando na capacidade de produção ou de incremento das dinâmicas de desenvolvimento e em quais direções isso ocorre.

A necessidade de infraestrutura foi uma das imediatamente identificadas como cruciais. A reclamação generalizada dos estudantes, professores e funcionários se dirige aos preços de aluguéis e às condições de moradia e conforto oferecidos. A pouca profissionalização do setor de serviços, que responde a mais de 70% da composição setorial do PIB da cidade de Sumé também foi apontada como um problema a ser minimizado, principalmente no atendimento e na oferta de qualidade nos serviços, embora sejam apontadas melhorias significativas na qualidade das lojas, restaurantes e acomodações em hotéis e pousadas.

Aponta-se ainda o surgimento de uma nova classe de consumidores, demandando por posturas mais profissionais dos serviços e por uma qualidade e diferenciais no atendimento de suas necessidades, sendo também um público que o comércio de um modo geral começou a contar como permanente, formado por alunos, professores e funcionários da universidade. Houve um considerável aumento da construção civil com prédios para fins de moradia e prédios da própria universidade, a construção em execução de um *shopping center*, possivelmente levando em consideração a presença desse público rotativo e permanente com que a cidade passou a contar, além de ser um atrativo numa conjuntura em que inexistiam espaços de lazer e de convivência dessa nova categoria de consumidores.

Do ponto de vista de mobilidade e estrutura de circulação urbana, o setor de transporte ainda se revela como um problema a ser enfrentado, contando com apenas uma linha de ônibus interurbano, com horários que limitam a circulação de pessoas principalmente durante a noite e o transporte alternativo urbano e interurbano demandando uma política de regulamentação por parte do governo municipal. Como mudanças nesse aspecto, foi apontada a sugestão de melhoria na sinalização das ruas, mesmo que ainda se conviva com a pouca adaptabilidade dos motoristas e pedestres para a nova dinâmica de circulação urbana. No uso desses meios de transporte, se enquadram não apenas alunos vindos do Cariri como também vindos de outras cidades como Campina Grande, João Pessoa e de outros estados. A demanda

por transportes apropriados e em quantidade suficiente também provém de funcionários que passam a semana na cidade e nos finais de semana se deslocam para as suas cidades de origem.

Por parte dos estudantes, houve uma reclamação frequente sobre as condições precárias das instalações de moradia e dos recursos insuficientes para permanência na cidade. Isso pareceu agravante, sob o ponto de vista da consecução das metas da política de interiorização, sobretudo na preocupação desta com a permanência dos alunos nos seus cursos, evitando as taxas de evasão. Grande parte deles relatou a intenção de se transferir para outros *campi*, utilizando o vestibular para o CSDA como entrada na universidade e entendendo esta como uma estrutura flexível que permita a mobilidade para outros centros urbanos.

A cultura de eventos que envolvem a comunidade, as ações de extensão e o cosmopolitismo introduzido a partir da chegada da universidade e em ações por ela capitaneadas, têm sido vistos como fatores que potencialmente podem estar contribuindo para o processo de desenvolvimento e auxiliando na mudança de compreensão mais elaborada da relação da comunidade com o meio, pois tem favorecido na visão de alguns entrevistados uma mudança no posicionamento das pessoas em função da introdução de formas mais elaboradas de interpretação da realidade local.

Por outro lado, também têm sido evidenciadas posturas mais comedidas e mais cuidadosas sobre a percepção desses efeitos, compreendendo que a fase em que o processo se encontra é ainda bastante incipiente. Os que partilham dessa visão, provavelmente entendem a relação entre essa iniciativa e o desenvolvimento como capaz de gerar resultados mais disseminados, menos impactantes e mais profundamente transformadores, na medida em que são incorporados a uma conjuntura de outros fatores que estão fora da esfera de atuação da universidade, tais como as dimensões políticas, a dimensão social e a dimensão ambiental da sociedade como um todo. Nesse sentido, os entrevistados afirmaram que caberia à universidade a consecução de sua função que lhe é assegurada como instituição que busca a relação superior com o saber e da produção do conhecimento nesse patamar onde ela atua, atenta às condições sociais em que essa função possa ser desempenhada.

Surgiu de modo bastante forte a constatação do momento de efervescência das oportunidades econômicas do município em relação à análise de praticamente todas as variáveis. As contribuições das universidades para o dinamismo das economias locais é um fator apontado na literatura sobre o tema, em estudos desenvolvidos aqui no Brasil e em estudos internacionais, dentre os quais utilizamos alguns como norteamento para a presente

investigação (ROLIM & SERRA, 2009; BOVO, 2003; CHATTERTON & GODDARD, 2009; WINDOLF, 1997).

O nosso modelo de universidade tem, segundo Bovo (2003, p.109), uma identidade assentada sobre os modelos internacionais que muito pouco têm a ver com a nossa realidade. O modelo privatista, que no contexto da pesquisa em curso tem como reflexo a universidade colocada sob tensão e ansiosa em oferecer respostas para as problemáticas fora de seu espectro de missão, ou mesmo com uma missão que ultrapassa a sua real capacidade de contribuição, se revela, na compreensão de Bovo (2003), assim como na visão de Coutinho (2004), pela *ausência de um projeto nacional de desenvolvimento que pudesse equacionar crescimento econômico e justiça social*.

No nosso entendimento, a ausência desse projeto nacional de desenvolvimento, no qual as universidades e os grandes centros de pesquisa possuíssem uma função estratégica e claramente definida, tem como reflexo imediato a constituição das expectativas de ação das universidades no contexto em que elas atuam enquanto potencializadoras de movimentos tanto nas economias locais, como certamente indutoras de alguma transformação de naturezas diversas, que justamente pela finalidade política que estas possuem, necessitam constantemente de se avaliar a natureza dos impactos causados com essas ações. Bovo (2003) e Coutinho (2004), apontam que as universidades têm se articulado de uma maneira não menos estratégica, como parceira dos interesses privados, sendo hoje esse o foco de grande parte de suas ações de ensino, pesquisa e extensão, o que merece profundas reformas, capazes de superar as reformas parciais e fragmentadas do passado.

Ainda na visão de Bovo (*idem*), quando se referia à contribuição da UNESP para o desenvolvimento dos municípios do Estado de São Paulo, seria recomendável a busca por um modelo alternativo de atuação das universidades, *menos comprometido com discursos e metas que surgem como consequências do modelo privado e das determinações de organismos internacionais*, e mais ativamente *em sintonia com a realidade e interesses da sociedade brasileira*.

A determinação das universidades locais em atuar e contribuir com o desenvolvimento regional é um fator presente nos documentos e no próprio estatuto da Universidade Federal de Campina Grande, como bem destaca o Diretor do CDSA, Prof. Márcio Caniello. Na visão de Rolim & Serra (2009, p. 433), “as instituições de ensino superior no Brasil, normalmente são muito preocupadas com o desenvolvimento local”. São vistas como “privilegiados agentes governamentais de desenvolvimento, que deveriam usar os seus recursos humanos e materiais para adotar metas muito além da educação de terceiro grau”.

CONCLUSÕES

O objetivo deste estudo foi descrever as linhas gerais que orientaram o processo de interiorização das universidades públicas no Estado da Paraíba, destacando a maneira como os diversos atores compreendem e como repercute nos diferentes estratos sociais a política governamental de expansão universitária, concebida com a finalidade de levar o acesso ao ensino universitário a lugares distantes dos polos acadêmicos tradicionais de produção de saber, representando uma mudança do paradigma das políticas públicas. Além disso, o argumento secundário, quando não assumindo importância primordial nos processos de interiorização, é possibilidade de enfrentar a questão do desenvolvimento regional.

Nosso olhar focalizou a relação que aparece nos discursos sobre a referida expansão do ensino universitário público entre a universidade e o desenvolvimento. A partir do debate teórico, percebemos a noção de universidade enquanto uma instituição secular, com importância estratégica para a elevação do conhecimento ao status de capital, uma vez que esta não apenas forma as diversas modalidades deste, como também em grande medida possibilita o enriquecimento e as operações de troca dos mesmos. A noção de desenvolvimento apresentada perpassa uma pluralidade de abordagens e de concepções, não apenas do ponto de vista teórico, mas enquanto expectativas dos diversos atores.

No Estado da Paraíba, as instituições de ensino superior assumem um papel propositor do desenvolvimento das cidades de médio e pequeno porte, sendo a cidade de Campina Grande, juntamente com a capital do Estado João Pessoa, as cidades que possuem o maior número de instituições educacionais de ensino universitário, resultado da polarização entre esses dois centros, definidos formalmente como significativos *propulsores das transformações sociais, econômicas e políticas do Estado*. A trajetória histórica das instituições de ensino superior nesses lugares se confunde com a luta histórica de afirmação das posturas dos grupos de destaque no campo político estadual polarizado por essas duas cidades.

Por se tratar de uma região onde se apresentam de maneira geral índices de baixa escolaridade, problemas de ordem social, como a pobreza e a má distribuição de renda, naturalmente a universidade é tida como uma instituição que pode oferecer algum direcionamento às políticas de desenvolvimento locais quer seja através da produção de conhecimentos, quer seja no sentido de um engajamento junto aos agentes públicos e a comunidade. Ao mesmo tempo em que isso se confunde com a dimensão social do trabalho e da razão de ser das universidades, mostra-se uma faceta que inspira cuidados na medida em

que atinge a questão da autonomia do saber e do necessário compromisso da universidade com a liberdade de pensamento, correndo-se o risco de encontrar as universidades configuradas como agentes burocráticos do Estado, cumprindo agendas em relação às quais ela certamente teria uma parcela de contribuição, embora em sua realização não residiria fundamentalmente o seu papel.

Ao mesmo tempo em que a comunidade analisada no estudo produz significações discursivas que se aproximam das propostas apresentadas nos planos de criação e nos documentos, elevando a presença da universidade como totalmente positiva, capaz de gerar e manter dinâmicas de crescimento, nota-se a repercussão do contrário: um número bastante significativo de pessoas questionando o para além do desenvolvimento aparente, fundamentado hoje apenas na emergência de mercados como o de habitação e de serviços, deixando à margem desse momento justamente a parte mais vulnerável no aspecto econômico, ou seja, as pessoas mais pobres e para ser mais exato, os estudantes que aparecem em maior número do fluxo de pessoas que passaram a residir na cidade ou a ela se deslocar constantemente.

Em termos de inspiração teórica, percorremos uma trajetória de revisão das orientações e bases das políticas de expansão universitária e de desenvolvimento, notando-se a ausência dessa última como política de estado, capaz de delimitar o papel dos agentes, dentre eles o da própria universidade. O debate teórico focalizando a participação das universidades no desenvolvimento das regiões, nos deu a possibilidade de analisar a relação dessas instituições com sistemas ou redes de inovação, nas quais assumem parcelas bastante específicas naquilo que a elas compete, bem como a comunidade assume também o seu papel não de expectador, mas de agente do processo de transformação.

No que se refere à metodologia nosso estudo não pretende generalizar as interpretações aqui apresentadas, baseadas na realização de entrevistas estruturadas com uma amostra relativamente pequena, de caráter não aleatório, estratificada por grupos de atores no campo interno à UFCG e com uma amostra também não aleatória de uma amostra estratificada por tipos de atividades profissionais a que se dedicam atores de fora da UFCG em Sumé, bem como com um grupo de políticos que se destacaram na mobilização para a instalação do *campus* da universidade citada no município de Sumé.

Além da análise de como aparece a relação entre expansão universitária e desenvolvimento nos documentos em que se encontram cristalizadas as políticas governamentais em nível nacional, bem como aqueles nos quais se apresentam as justificativas e os projetos de expansão no nível interno à UFCG.

Conforme no lembra Malheiros (2011, p. 94), “apesar do estudo de caso não poder ser generalizado, uma vez que o centro do método são as especificidades de cada situação, a frequência das questões por ele apontadas, pode levar o pesquisador e a sociedade, por indução, à generalização”. As leituras, o estudo de outros contextos onde apontam o alerta da universidade representar no contexto local um conjunto de expectativas em torno do desenvolvimento, aparecem ligadas ao papel e as lutas que a instituição secular tem travado em busca de autonomia, carecendo de financiamento que no caso em questão, advém do poder público.

As limitações em termos de generalização, no entanto não invalidam nossa análise, que se pretende exploratória e indicativa de elementos do fenômeno que devem ser objeto de pesquisa mais aprofundada. Segundo MALHEIROS (2011, p. 95), esse receio é superado a partir do que (YIN, 2005) aponta como condição científica para generalizações, ou seja, “não se generaliza a partir de um experimento único em nenhum modelo de pesquisa”. Foi com base nos passos da condução metodológica apresentada por esses dois autores que procuramos:

1 – *Definir o nosso problema de pesquisa*, como sendo a busca pela identificação de quais concepções de universidade e desenvolvimento, os diversos atores articulam no contexto local os discursos desenvolvimentistas postos diante de contextos com problemáticas claramente neles apontadas como no caso do semiárido;

2 – *Restringimos a análise do estudo ao caso específico* da cidade de Sumé e ao CDSA, mesmo havendo na região do Cariri, na cidade vizinha de Monteiro, um campus da Universidade Estadual da Paraíba, uma instituição que tem cumprido um papel importantíssimo na disposição de seus *campi* em todas as regiões do Estado da Paraíba. Essa delimitação se deu em função do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, partir de uma proposta que parece anteceder a natureza de uma instituição de ensino superior, onde a ideia de desenvolvimento regional e local, aparece como uma determinação bastante forte;

3 – As noções dos dois vocábulos (universidade e desenvolvimento) orientou a *construção do nosso instrumental de coleta dos dados*, ora buscando a compreensão de cada um separadamente, ora entrelaçando-os em entrevistas semi estruturadas e com liberdade total dos entrevistados para se expressarem;

4 - Na *coleta e análise dos dados*, o instrumento revelou um aspecto bastante significativo nessa dicotomia, que foi a possibilidade de questionamento não apenas por parte dos entrevistados, em que medida o panorama ali reconstruído e refletido poderia ser tomado como desenvolvimento, uma vez que ele reflete mudanças econômicas em uma região

carente, tendo um público de pouca expressão econômica (estudantes) como o nicho de novos mercados de serviços a serem explorados na cidade. Outro aspecto também surgido em função dos levantamentos foi a evidência de que a universidade ali congrega pessoas vindas de diversos locais e mais uma vez os questionamentos das condições pelas quais a modalidade de capital enriquecido pelas universidades poderiam ali oferecer condições de subsidiar dinâmicas consolidadas de desenvolvimento local;

5 – O *relato* e a *reconstrução escrita dos achados*, revelou-se um exercício desafiador, principalmente pela dificuldade inicial de se delimitar de qual aspecto do desenvolvimento (econômico, cultural, social, etc) deveríamos partir. Nesse entendimento, partimos da ideia de que o desenvolvimento, mesmo em condições diferenciadas em função das especificidades locais, precisa estar ao alcance de todos, direta ou indiretamente. Não tomaríamos como tal, uma situação onde apenas o aspecto de mobilização de capitais temporários são deflagrados, mas talvez de uma condição local onde esses mesmos capitais possam ser reproduzidos, trocados, convertidos.

Nosso estudo aponta aspectos importantes da argumentação apresentada nos processos de interiorização universitária, tais como a alegação de que eles seriam capazes de fixar os alunos nas suas regiões de origem, evitando o deslocamento desses para outras localidades, correndo riscos de acidentes e gerando desconfortos. Sobre isso os dados apontam para uma incongruência entre o planejado e alegado e a realidade observada: aproximadamente 60% dos alunos do *campus* estudado não são da cidade de Sumé, mas provêm de outras cidades do Estado e de fora deste. Entre as dificuldades apresentadas no ingresso dos alunos da própria cidade à universidade está, como em outros lugares do estado, a formação do ensino básico que se revela insuficiente para possibilitar a seus egressos o acesso ao ensino universitário.

Por outro lado, a proximidade do *campus* aparece como um fator significativo em relação à vinda de outros estudantes, de componentes do quadro docente e técnico-administrativo para o *campus* recém instalado. Isso não impediu o deslocamento de estudantes em ônibus das prefeituras, tanto da cidade de Sumé, Monteiro como das cidades circunvizinhas, em viagens diárias noturnas para a cidade de Campina Grande a fim de frequentarem cursos das áreas de saúde e direito, principalmente, em instituições públicas e privadas.

O encadeamento das etapas do trabalho revelaram-se um exercício de recomposição e de organização das informações, na ausência de registros documentais escritos ou gravados e da dificuldade de compreender como se articularam as decisões políticas apenas a partir dos relatos dos entrevistados, uma vez que a tendência destes poderia ser a de ocultar o que

ocorria no ínterim do processo de decisões em torno da instalação do *campus* da UFCG na cidade de Sumé.

As matrizes pelas quais o estudo procura interpretar a relação entre as variáveis propostas é pela via da percepção dos efeitos e das expectativas, se refletindo nas posturas e nas eventuais contradições das falas dos atores. A universidade surge como *potencializadora* do desenvolvimento, ao mesmo tempo em que a sua ação prática requer dos atores um posicionamento que está além da sua condição de oferta de respostas ao desenvolvimento. Isso se dá, na nossa interpretação pelo papel *propositivo* que esta assume, em um contexto onde a ação demandada é uma ação *interventiva*, face os problemas sociais e ambientais do semiárido e da pobreza estrutural na ausência de campos de trabalho e do empobrecimento de setores da economia.

Enquanto linhas orientadoras do pensamento sobre a relação universidade e desenvolvimento aparece a demanda por políticas públicas capazes de reverter as questões que estão no âmbito da organização da cultura local. Possivelmente, ali a própria universidade toma como parâmetro de sua ação a operacionalização dessas políticas governamentais. Os gestores e docentes, se apresentam como defensores da política de interiorização, assumindo nesse contexto uma importância estratégica para o desenvolvimento. As opiniões questionadoras vêm mais de pessoas externas da universidade, além de advir fortemente da parte mais vulnerável da sua ação que são os estudantes e a comunidade que outrora foi mobilizada na promessa de desenvolvimento como um direito e como esperança de dias melhores para a cidade e região.

No contexto que estudamos, a ação da universidade está intimamente ligada ao Estado, o que se relaciona com as expectativas observadas nas falas de atores da comunidade local em relação à realização de tarefas que a instituição não tem condições de satisfazer, mesmo porque os discursos que a vinculam às políticas de desenvolvimento, embora seja produzido em grande medida em seus espaços e pelos seus quadros não implicam na implementação efetiva de ações que possam torná-lo realidade.

Nessa medida, vemos os atores internos (como exceção dos estudantes, por reclamarem das condições da infra estrutura da cidade e dos efeitos da especulação financeira deflagrada), absolutamente crenes na convicção da universidade como *propositora* do desenvolvimento e capaz de favorecer o desenvolvimento pessoal e profissional, tanto da comunidade local, quanto dos docentes e funcionários. Por outra via, surge a comunidade externa, com muita expectativa e demandando uma ação prática, *interventiva* pela nova estrutura ali agregada, onde havia uma clara meta desta ao ali se instalar, inclusive ou

principalmente no nível discursivo, ao se valer de toda a condição apontada na sua criação, sobre o semiárido, sobre a alegação da região do cariri como “zona de exclusão universitária”, hoje contemplada com a presença da Universidade Estadual da Paraíba na cidade de Monteiro e a Universidade Federal de Campina Grande na cidade de Sumé, ambas praticamente de uma mesma época de criação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Reynaldo Mello de. **Universidade: expansão e modernização**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1977.

ALVES, C.P; PIMENTA, C.A M; SOUZA, R.T; SILVA, A. L. **Educação e mediação: apontamentos teóricos para o debate sobre políticas públicas**. In: PIMENTA, C. A; ALVES, C. P. Políticas públicas e desenvolvimento regional. Campina Grande: Eduepb, 2010.

AMARAL FILHO, Jair do. **A endogeneização do desenvolvimento econômico regional**. In: Planejamento e Políticas Públicas. Nº 23. ppp. Jun. 2001. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/78/89>>. Acesso em 03 de novembro de 2011.

BÉRGAMO, Pedro. **Educação universitária: práxis coletiva em busca da veraz qualidade e da precisa cientificidade**. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

BOISIER, Sérgio. **Post-scriptum sobre desenvolvimento regional: modelos reais e modelos mentais**. In: Planejamento e Políticas Públicas. Nº 19. ppp. Jun. 1999. Disponível em <<http://www.fag.edu.br/professores/solange/PUR%20IV/IBLIOGRAFIA%20APOIO/POST%20SCRIPTUM.pdf>> Acesso em 03 de novembro de 2011.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOVO, José Murari (org). **Impados econômicos e financeiros da UNESP para os municípios**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

BUARQUE, Cristovam. **A Aventura da Universidade**. São Paulo: Editora da Universidade do Estado de São Paulo, 1994.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento – Brasil: JK – JQ**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CHATETON, P., GODDARD J., **The response of Higher Education in the regional needs**. In: European Journal of Education, Vol. 35, No. 4, 2000

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CONSIDERA, C. **Universidade: para que modelo de desenvolvimento do Brasil**. In: NUSSENZVEIG, H. Moysés (Org). Repensando a Universidade. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

COOKE, P. **Introduction: origins of the concept**, In: H-J. BRACZYK, P.COOKE, M. HEIDENREICH, Regional Innovation Systems: the role of governance in a globalized world: London, UCL Press, 1998.

COUTINHO, Luciano. **Universidade**: para que modelo de desenvolvimento do Brasil. *In*: NUSSENZVEIG, H. Moysés (Org). *Repensando a Universidade*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

CUNHA, L.A. **Qual universidade?** São Paulo: Cortez - autores associados, 1989.

_____. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1979.

DA VEIGA, J. E. **A face territorial do desenvolvimento**. *In*: Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 3. N. 5, p. 5-19, Set. 2002. Disponível em http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/36234_4555.PDF. Acesso em 05 de novembro de 2011.

FÁVERO, M.L.A. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FERNANDES, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus Editora, 1966.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças Sociais no Brasil**: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

FERNANDES, Florestan. **Universidade Brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

FILHO, Carlos Fragoso. **Universidade e Sociedade**. Campina Grande: Grafset, 1984.

FILHO, Gilberto Montibeller. **Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável**: conceitos e princípios. *In*: Textos de Economia, Florianópolis, v.4, n1, p.131-142, 1993. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/download/6645/6263>

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault e a análise do discurso em educação**. *In*: Cadernos de Pesquisa, n. 114, p. 197-223. Nov. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>.

FURNE. **Fundação Universitária de Ensino Pesquisa e Extensão do Nordeste**. Disponível em < <http://www.fundacaofurne.org.br/> > Acesso em 08 de novembro de 2011.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GIANOTTI, A. **Financiamento da Universidade Pública**. *In*: NUSSENZVEIG, H. Moysés

(Org). *Repensando a Universidade*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODDARD, J. B. **Universities and regional development: an overview**, *In*: GRAY (Ed) *Universities and the Creation of Wealth*. Milton Keynes: Open University Press, 1999.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. **Plano Estadual de Educação**. João Pessoa: SEC, 2006.

IBGE, **Dados demográficos do município de Sumé**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em 01 de abril de 2011.

IFPB. **História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**. Disponível em <<http://www.ifpb.edu.br/institucional/historico>> Acesso em 06 de abril de 2011.

IPEADATA. **Ipeadata**. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/>

LEHER, Roberto. **Capitalismo dependiente y educacion**: propuestas para la problemática universitaria. *In*: LEHER, Roberto (Comp). *Por una reforma radical de las universidades latinoamericanas*. Rosario: Homo Sapiens ediciones, 2010.

LIMA, Rômulo de Araújo. **A luz que não se apaga**: Escola Politécnica da Paraíba e a formação de um campo científico e tecnológico. Campina Grande: Eduepb, 2010.

LOPES, Roberto Paulo Machado. **Universidade Pública e Desenvolvimento Local**: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia Salvador, BA. UFBA, Nov. 2001. Disponível em www.mesteco.ufba.br/scripts/db/teses/ROBERTOPAULO.pdf. Acesso em 16/08/2011.

MALHEIROS. Bruno Taranto. **Metodologia da Pesquisa em Educação**. São Paulo: LTC, 2011.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 3. Ed.- São Paulo: Martins Fontes, 1976.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 6 ed: Brasília, 2011. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_6ed.pdf?sequence=7

_____. **Plano Nacional de Educação - PNE**. Brasília: MEC, 2001.

_____. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Brasília: MEC, 2007.

MINOGUE, Keneth. **O conceito de universidade**. Trad. Jorge Eira Garcia Vieira. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

MORGAN, K. **The Learning Region**: institutions, innovation and regional renewal, Regional

Studies, 31, pp. 491-503, 1997.

NETO, Ivan Rocha. **Lynaldo Cavalcanti além das palavras**. Brasília: Paralelo 15, 2010.

NETO, João Cabral de Melo. **Novas Seletas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

NUSSENZVEIG, H. Moysés (Org). **Repensando a Universidade**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, nordeste, planejamento e conflitos de classes**. 6 ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1981.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. In: Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/uma_discussao_sobre.pdf> Acesso em 06/06/2012.

OLIVEIRA, João Ferreira de (et al.). **Políticas de acesso e expansão da educação superior: concepções e desafios**. Brasília: INEP, 2006.

OLIVEIRA, V. A. N. **O Planejamento de Novas Estruturas Universitárias – o caso da interiorização da UFRJ em Macaé**. UFRJ: Rio de Janeiro, 2009. Disponível em www.soltec.ufrj.br/index.php/biblioteca/teses. Acesso em 13/04/2011.

ORSO, Paulino José (org). **Educação, Sociedade de Classes e Reformas Universitárias**. Campinas: Autores Associados, 2007.

PORTO, C. & RÉGNER, K. **O ensino Superior no Mundo e no Brasil: condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003-2025 – uma abordagem exploratória**. Domínio público, 2003. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000694>>. Acesso em 04 de maio de 2011.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Programa Diversidade na Universidade**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10558.htm>. Acesso em 07 de novembro de 2011.

RIBEIRO, Darcy. **A Universidade Necessária**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ROLIM, C.F.C; SERRA, M.A. **Universidade e desenvolvimento regional: o apoio das instituições de ensino superior ao desenvolvimento regional**. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

RUTTEN E COLS, **Economic geography of higher education**. London: Routledge Taylor and France Group, 2003

SACHS, Ignacy. **As cinco dimensões do ecodesenvolvimento**. In: Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SAVIANI, D. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores associados, 2004.

SCHUMPETER, J. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCHWARTZMAN, Simon. **A Revolução Silenciosa do Ensino Superior**. In: DURHAM, R.D; SAMPAIO, H. O ensino superior em transformação. pp. 13-30. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior (NUPES/USP): São Paulo, 2000. Disponível em <<http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/nupes2000.pdf>> Acesso em 23 de abril de 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. ver. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMÕES. R. F. LIMA, A.C.C. **Teorias do Desenvolvimento Regional e suas implicações de políticas do desenvolvimento no pós guerra**. Belo Horizonte: Cedeplar, 2009. Disponível em <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20358.pdf>> Acesso em 26 de agosto de 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo da Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UEPB. **Distribuição dos campi e dos cursos da UEPB**. Disponível em <http://www.uepb.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=74&Itemid=57> Acesso em 01 de abril de 2011.

_____. **Portal da Universidade Estadual da Paraíba**. Disponível em www.uepb.edu.br Acesso em 02 de abril de 2011.

UFCG, **Projeto acadêmico de criação do campus de Sumé**. UFCG: Campina Grande, 2008. Disponível em: http://www.cdsa.ufcg.edu.br/portal/images/downloads/cdsa_projeto_academico.pdf

UFPB. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. UFPB: João Pessoa, 2011. Disponível em <<http://www.ce.ufpb.br/ce/pdi.htm>> Acesso em 01 de abril de 2011.

UnB. **Universidade de Brasília**. UnB: Brasília, 2011. Disponível em <http://www.unb.br/sobre/principais_capitulos>. Acesso em 15 de maio de 2011.

UNICAMPO, **Universidade camponesa**. Disponível em <http://www.ufcg.edu.br/~unicampo/>. Acesso em 10 de setembro de 2012.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é Universidade**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

WINDOLF, Paul. **Expansion & Structural Change: higher education in Germany, The United States and Japan, 1870-1990**. United States of America: Westview Press, 1997

WORLD BANK. **Higher Education in developing countries: peril and promise**. Task Force on Higher Education and Society. Washington: World Bank, 2000. Disponível em http://www.accesstosuccess-africa.eu/web/images/literature/peril_and_promise.pdf. Acesso em 10 de dezembro de 2011.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4 Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.